

Maria Verónica Secreto

Volume 2 :

História da América II





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da América II

Volume 2

Gabriel Aladrén

Larissa Viana

Maria Verónica Secreto



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Gabriel Aladrén

Larissa Viana

Maria Verónica Secreto

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Elaine Perdigão

Henrique Oliveira

Jorge Fernando Barbosa do Amaral

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Andreia Villar

Alexandre d'Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

Alessandra Nogueira

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A316

Aladrén, Gabriel

História da América II v. 2. / Gabriel Aladrén, Larissa Viana, Maria Verónica Secreto. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2011. 206 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-793-7

1. História da América. 2. América Latina.
3. Formação do Estado Nacional. I. Viana, Larissa. II. Secreto, Maria Verônica. III. Título.

CDD 970.03

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

•
•
•
•
•
•
•

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 8	– O pensamento político da emancipação latino-americana II: o pensamento nativo	7
	Maria Verónica Secreto	
Aula 9	– A formação do Estado nacional na América Latina: o caso mexicano	37
	Gabriel Aladrén	
Aula 10	– A formação do Estado nacional na América Latina: o caso argentino	65
	Maria Verónica Secreto	
Aula 11	– A independência de Cuba	97
	Gabriel Aladrén	
Aula 12	– A economia latino-americana no século XIX: debates	123
	Maria Verónica Secreto	
Aula 13	– A reconstrução dos Estados Unidos no período pós-Guerra Civil	155
	Larissa Viana	
Aula 14	– Escravidão e emancipação na América Latina pós-independência	181
	Larissa Viana	
Referências		201

Aula 8

O pensamento político da emancipação latino-americana II: o pensamento nativo

Maria Verónica Secreto

Meta da Aula

Apresentar as principais ideias que inspiraram os movimentos de independência no continente americano.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a singularidade do movimento de independência haitiano;
2. comparar as ideias de origem americana com as ideias de origem europeia.

INTRODUÇÃO

Desde 1804, a Ata de Declaração da Independência do Haiti havia se perdido entre as poeiras e o tempo que, de certo modo, afastam-nos da História. Contudo, este mesmo tempo que nos afasta aproxima-nos novamente do que nos pertence, como humanos: nossa própria história. Isso parece peculiar ao Haiti, castigado pelo terremoto em 2010. Nesse mesmo ano, o país via-se em meio a um achado extraordinário: foi encontrada a Ata de Declaração que recuperava outro evento tão importante na sua história.



Michal Koralewski

Fonte: http://www.sxc.hu/pic/m/m/mi/mikekorn/175322_very_old_papers.jpg.

Fazia tempo que uma jovem historiadora estava atrás deste documento tão significativo. Ela decidiu pesquisar nos arquivos da Universidade de Duke, nos Estados Unidos, cujo acervo é constituído

de uma grande coleção de documentos haitianos. Posteriormente estendeu a pesquisa pela Jamaica e pela Inglaterra. Nos arquivos nacionais da Jamaica, a pesquisadora encontrou a carta de um oficial britânico dirigida ao governador da colônia, na qual informava a situação do Haiti, de onde ele acabava de chegar. Dizia na mesma carta que anexava um documento interessante: a declaração de independência, mas esse documento não estava na mesma pasta, nem em outras do arquivo jamaicano. A historiadora o encontraria no Arquivo Real de Londres, entre a documentação referente ao oficial britânico.

Os documentos redigidos pelos *cabildos* ("insurgentes") e pelas juntas de governo, as atas de declaração das independências hispânicas, os panfletos e pasquins que circularam durante o período revolucionário e previamente reúnem um conjunto de ideias que plasmam as reflexões crioulas sobre o Estado, a soberania, a legitimidade do soberano, os direitos do povo, os pactos, o contrato social etc.



O terremoto ocorrido no Haiti em 12 de janeiro de 2010 foi um fenômeno de proporções jamais vistas naquele país.

O abalo causou grandes danos a Porto Príncipe, a capital, e a outros locais da região. Milhares de edifícios, incluindo os mais significativos do patrimônio da capital – como o palácio presidencial, o edifício do Parlamento, além de grande parte dos hospitais –, foram destruídos. O resultado de tamanha catástrofe custou a vida de muita gente: cerca de 21 mil pessoas morreram em razão deste terremoto.

Uma revolução ilustrada? O caso específico do Haiti

Michel-Rolph Trouillot, antropólogo haitiano, diz que a independência do Haiti transformou-se em um “*não evento*”. Você imagina o que é isso? Isso se deveu ao fato de os contemporâneos não entenderem de que se tratava, isto é, não podiam compreender a revolução em seus próprios termos. Na verdade, a revolução do Haiti não se encaixava na realidade e nas categorias dos homens da Ilustração. A possibilidade de que os negros de uma colônia francesa pudessem pensar a liberdade e atuar para assegurar seus direitos como homens era inconcebível dentro da ordem ontológica, compartilhada por boa parte do mundo ocidental. A ordem ontológica segundo a qual os europeus classificavam o mundo reservava aos povos não europeus um lugar inferior ao deles. Esse lugar em que os outros podiam ser situados dependia de uma escala com diferentes graus de humanidade. Aos povos africanos correspondia um dos graus inferiores dessa escala. Essa representação do mundo tinha sido criada pelo pensamento cristão e renascentista e reeditada pelo Iluminismo e pelo pensamento científico. Mas a evidência empírica demonstrava outra coisa: que os escravos de Saint-Domingue atuavam politicamente.

A incapacidade para compreender os acontecimentos de Saint-Domingue, ao ponto de negá-los, deveu-se ao fato de que a mesma rompia com os três discursos mais problemáticos da modernidade: a escravidão, a colonização e a raça. Uma das perguntas que se faz o antropólogo é: podem narrativas históricas dar conta de eventos que são inverossímeis para o mundo no qual acontecem?

Contribuiu para a invisibilidade do evento – ou deturpação – essa ideia de homem a que nos referimos, talhada no Renascimento e perpetuada na Ilustração. Desde a descoberta da América que se colocou a discussão sobre o grau de humanidade de seus habitantes. Estava em questão a possibilidade de colonização, apropriação do território e escravização. Chegou-se à conclusão

de que os índios americanos eram humanos com alma e portanto vassallos do rei. Assim se introduziu a escravidão africana, justificada por interpretações teológicas. A teoria da limpeza de sangue dos séculos XVI e XVII foi mudando para teoria racial no final do século XVIII e no XIX. Contudo, este marco mental não correspondia aos acontecimentos da revolução, levada a cabo por negros escravos em Saint-Domingue.

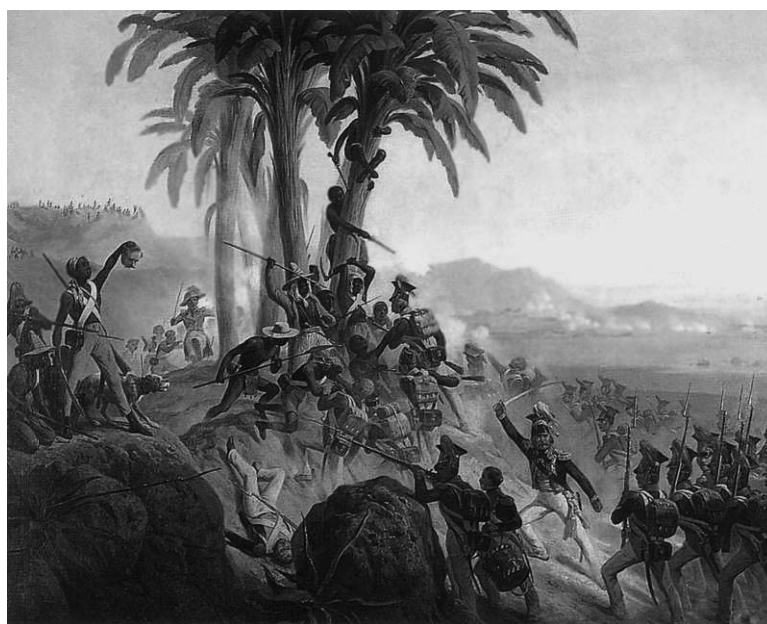


Figura 8.1: Independência haitiana.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3a/San_Domingo.jpg/300px-San_Domingo.jpg

A revolução haitiana não foi precedida de nenhuma anúncio formal, de nenhum discurso explícito. Isso pode ser explicado porque a maioria dos escravos era iletrada – embora como podemos ver em outros casos em que a leitura oral dos pasquins serviu como instrumento de propaganda – e porque as demandas eram radicais em demasia para serem explicitadas, pelo menos as reivindicações dos escravos. As dos mulatos eram de outro tipo; estas deixaram mais vestígios escritos. A revolução haitiana expressou-se nas ações, desafiou o pensamento formal através da prática política,

e seus escritos são de consolidação de posições: como a declaração de Camp Tuel de 1794, a declaração de independência de 1804 e a Constituição de 1805.

Entre as abordagens da revolução do Haiti que a esvaziam de seu verdadeiro significado encontramos os textos que “com as melhores intenções” filiam a revolta dos escravos ao pensamento da Ilustração. Como se o único marco a partir do qual se pudesse pensar a liberdade fosse o da *liberté*, e a única igualdade o da *égalité*. Assim, não é raro encontrar comparações entre Toussaint L’Ouverture e Napoleão, ou dizer que os escravos escutavam falar de *liberté* aos senhores e daí pensaram nela.



Toussaint L’Ouverture (1743-1803), líder da Revolução Haitiana e, em seguida, governador de Saint-Domingue, nasceu escravo. Homem habilidoso nas armas, Toussaint coordenou o movimento que resultou na luta vitoriosa pela libertação dos escravos haitianos. Tornou-se uma figura histórica de grande importância no movimento de emancipação dos escravos na América. Tal movimento em nada agradou ao imperador francês Napoleão, posto que seus lucros com a colônia estavam ameaçados. O imperador, então, acionou medidas que revertissem o êxito dos insurretos, e o resultado disso foi a prisão de L’Ouverture, que em 1803 morreu em decorrência de uma pneumonia.

Caroline Fick destaca, ao se referir à ideia de liberdade dos ex-escravos haitianos, que, para estes, a liberdade era definida a partir da experiência e, portanto, não era um conceito abstrato,

vinculado ao ideal iluminista, mas concreto e contrário ao cotidiano da escravidão. Liberdade era o contrário da escravidão e podia resumir-se em trabalhar para si.

Se bem que não é possível negar a influência das ideias ilustradas na revolução no Haiti, principalmente porque não foram os negros o único grupo politizado, também os brancos e mulatos tinham suas reivindicações, embora fossem vencidos. De todo modo, devemos ressaltar as características específicas do movimento haitiano, não o aprisionando dentro da “estrita” roupagem da Ilustração.

Também se evidencia o esvaziamento do conteúdo da revolução, através do “acaso”. Assim, nos relatos da guerra é comum atribuir a vitória dos negros à derrubada dos brancos:

Os franceses – 58.000 homens – tentaram dominar aos antigos escravos durante 21 meses. Os mesmos homens teriam triunfado em Itália ou Egito. Não obstante, desta vez não conseguiram alcançar a vitória; os negros e mulatos de Saint-Domingue contaram com um poderoso aliado: a febre amarela.



Atende ao Objetivo 1

1. Compare as duas imagens e escreva sobre a especificidade do caso haitiano em relação ao ideário francês.



Figura 8.2: Napoleão Bonaparte.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/91/David_napoleon.jpg/220px-David_napoleon.jpg

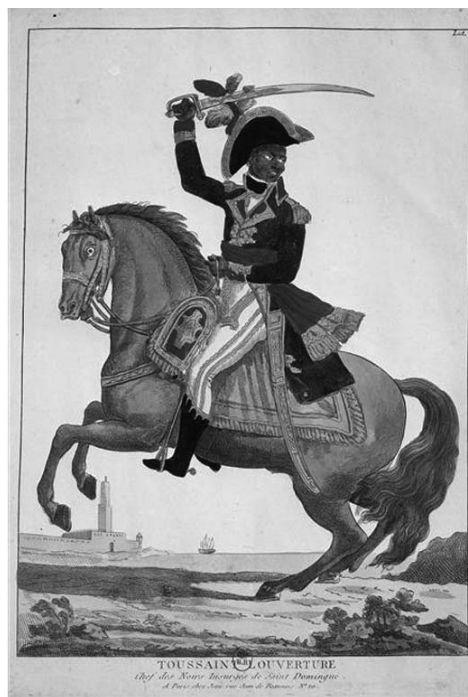


Figura 8.3: Toussaint L'Ouverture.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/6f/Toussaint_L%27Ouverture.jpg/250px-Toussaint_L%27Ouverture.jpg

Resposta Comentada

Não há parâmetros para representar o novo. Toussaint aparece nesta pintura como em outros retratos representado como um Napoleão negro, como foi chamado por Chateaubriand. Se os exércitos negros do Haiti venceram o exército mais bem preparado do mundo e invicto até o

momento, seu líder só poderia ser um homem igual ao comandante dos franceses. O mundo de fim do século XVIII e início do XIX só podia ser classificado pelos europeus de acordo com suas categorias de conhecimento.

Contudo, uma evidência mostrou-se imperiosa no movimento de independência haitiano: a figura de Toussaint representava uma parte da sociedade que, na sua maior parte escravizada, ansiava pelo desejo de liberdade. Tal liberdade expressava-se em termos diferentes da que embalava o coro francês, quando da Revolução Francesa. Era uma vontade crescente num contexto de opressão igualmente crescente. Era, sobretudo, uma necessidade. Mas a organização do movimento de independência era singular em muitos aspectos, era uma força que Napoleão deseja fortemente conter.

Observação: Como esta atividade objetiva incentivar a criatividade do aluno, as respostas podem ser variadas.

Forma e fundo

Notícias e profecias constituíam o material dos debates nas cidades. A palavra escrita predominava, mas ainda muito próxima da oralidade; a maioria dos pasquins adotava a forma de versos cantados, como foi o caso dos pasquins/canções da campanha de rumores que antecedeu a rebelião liderada por Tupac Amaru II, que levava este nome em homenagem ao último líder indígena do povo inca na época da conquista espanhola.

Segundo Marie-Daniele Demelás, a sociedade andina é a sociedade da palavra. As informações eram levadas de uma cidade a outra, ditas de uma praça a outra. Aos poucos, a palavra escrita, ainda próxima da oralidade, foi aparecendo: tratava-se, sobretudo, de pasquins, notícias escritas em forma de versos fáceis de memorizar e de declamar. O caso mais emblemático talvez seja constituído pela chamada “rebelião dos pasquins”, acontecida em Arequipa em 1780, quando textos ameaçadores foram pendurados nas portas

da igreja e do cabildo; seus versos eram contra as autoridades da alfândega e as novas taxas e impostos. Os pasquins constituíram um “gênero” literário do período colonial. A partir de 1808, a folha impressa foi substituindo a manuscrita.

A “rebelião dos pasquins” de Arequipa, se bem durante muito tempo foi considerada como precedente do movimento de independência, foi mais um movimento de outro tipo, foi um enfrentamento entre os intentos da Coroa de suprimir a corrupção e impor um sistema mais eficiente de arrecadação fiscal e o esforço dos habitantes para opor-se a ele. Meses depois, quando os Andes foram convulsionados pela revolta de Tupac Amaru, Arequipa não só não participou, apesar do convite que fez o cacique Tinta, mas contribuiu na repressão à revolta. Esta atitude é uma evidência de peso para desmentir a afirmação tradicional de que a rebelião dos pasquins prenuncia a revolução de independência.

Para a mesma historiadora, o mundo andino era muito propenso aos rumores. Os tropeiros, vendedores ambulantes e comerciantes eram peças essenciais na tarefa de fazer circular as notícias e rumores. Estes circulavam pelo Caminho Real, caminho transandino que comunica os diferentes vales. Nas tabernas, **chicherías** e **picanterías**, as notícias eram repassadas.



Embora se diga que “as notícias voam”, isto não implica que elas chegassem no final do século XVIII e início do XIX com a mesma velocidade a todas as partes do Império espanhol. Nas cidades costeiras, as notícias chegavam com maior rapidez que nas cidades do interior, embora alguns lugares estivessem bem comunicados. Por exemplo, a notícia da junta de Montevideu, criada em 21 de

Chicherías

Lugares em que se serve uma bebida de origem pré-hispânica, chamada *chicha*, e que é fermentada a partir do milho, embora também exista *chicha* de mandioca e de outros frutos. Era uma bebida muito popular, como assim também o eram esses lugares de sociabilização. Até os dias de hoje, mantém esse costume.

Nas **picanterías**, além de se servir a *chicha*, serviam-se pratos picantes, como é de costume nos Andes.

Mita

Em quéchua, significa turno de trabalho. Na região andina, a mita, de origem pré-colombiana, foi adaptada e utilizada também pelos conquistadores espanhóis. No período colonial, sorteava-se uma percentagem da população indígena tributária para prestar serviços. A mita ocasionou a desintegração da comunidade indígena e rompeu seu vínculo com a terra. A mita podia ser agrária, *minera* e de *obrajes*. Junto com a escravidão negra eram formas compulsórias de trabalho. Contra estas formas de trabalho compulsórias levantaram-se Tupac Amaru e amplos setores da população andina.

Obrajes

Eram as fábricas de tecidos de algodão e lã. Também houve *obrajes* em que se fabricavam alpargatas, sacos, pólvora e chapéus.

setembro de 1808, chegou em Chuquisaca em 23 de outubro. As notícias das abdicações e demais sucessos espanhóis foram conhecidas em La Paz após quatro meses e três semanas.

A rebelião de Tupac Amaru: o fantasma a percorrer o Império espanhol

Tupac Amaru II foi o líder da maior rebelião indígena anticolonial. A rebelião explodiu em 1780, e embora no seu início não fosse independentista, transformou-se nesse sentido e contra a ordem colonial no vice-reino do Peru. A independência declarada por Tupac Amaru também implicava a abolição da **mita**, do repartimento e dos **obrajes**. Declarou abolida a escravidão negra em novembro de 1780.

No início, a rebelião reconheceu a autoridade da Coroa, já que o objetivo dele não era destituir o rei nem declarar a independência, mas eliminar o mau governo dos corregedores. A repressão do movimento foi brutal. A partir dele, a nobreza indígena foi excluída e cerceada, as autoridades coloniais passaram a temer e ver, por toda parte, complôs contra a ordem metropolitana.

Tupac Amaru era descendente dos incas. Dominava o quéchua, o castelhano e o latim. Seu chamado buscou apelar a indígenas, crioulos, mestiços e negros numa única frente contra o sistema colonial.

Em 1795 o *Alcalde* de Primeiro Voto de Buenos Aires, Martín de Álzaga, acreditou ter descoberto uma conspiração, à qual chamou no inquérito que conduziu de "*Sublevación intentada hacer por negros y franceses en esta capital de Buenos Ayres*" (Sublevação de negros e franceses nesta capital de Buenos Aires). Talvez tenha sido o fantasma de Tupac Amaru, ou o da Revolução Francesa e o da

haitiana os que despertaram esta desconfiança. O Império espanhol de final do século XVIII e início do XIX foi povoado de conspirações, complôs, suspeitos, denúncias e denunciante. O certo é que Álzaga acreditou que Buenos Aires e as autoridades espanholas corriam perigo e que os responsáveis por isso eram alguns moradores da cidade de origem francesa e alguns escravos. Álzaga acreditava que os franceses e seus escravos reuniam-se e brindavam em nome da “liberdade”. Nunca uma palavra pareceu tão subversiva.

No processo, ainda nos moldes do antigo regime, Álzaga tentou de toda forma afirmar sua hipótese e até aplicou tormentos a seus interrogados, mas os depoimentos recolhidos não foram suficientes para provar a hipótese do *alcalde* sobre a conspiração. As autoridades coloniais estiveram muito atentas à circulação e às potencialidades das ideias consideradas “perigosas”. No topo da lista das notícias vindas de ultramar e consideradas suspeitas estavam as que provinham da França e das colônias francesas.

Em Buenos Aires, a pequena colônia de imigrantes galos passou a ser alvo de uma vigilância mais apertada, embora não foram os únicos vigiados ou suspeitos. Esse clima de desconfiança predominou em várias cidades importantes do Império. As autoridades coloniais lançaram-se à busca dos suspeitos. Segundo Guerra, nas investigações realizadas e nos processos abertos contra os simpatizantes da Revolução Francesa predomina a acusação de libertinagem, informações sobre **tertúlias**, brindes em nome da França ou do ideário da revolução, como: à liberdade, à igualdade e à fraternidade. As autoridades espanholas na América tinham orientações para proibir a circulação de textos franceses, a discussão de ideias políticas ou o simples comentário dos acontecimentos europeus. Qualquer uma destas ações era considerada propaganda antimonárquica.

Quando as autoridades coloniais relaxaram, não faltou quem delatasse ou se acautelasse contra os perigos imaginários ou eminentes que corria a ordem constituída. Assim foi avisado o vice-rei do Rio da Prata, Nicolás Arredondo, do complô que os franceses e

Tertúlia

Reunião de parentes
ou de amigos;
assembleia, palestra
literária.

afrancesados tramavam contra Buenos Aires, a evidência era que tinha aparecido um pasquim de uma única palavra: “liberdade”.

A “Carta aos espanhóis americanos”: ingratidão, injustiça, servidão e desolação!

Em 1767, os jesuítas foram expulsos das possessões espanholas na América. Entre os “exilados” figurava Juan Pablo Viscardo, um jovem peruano que junto com seu irmão e outros da Companhia realocaram-se em diferentes pontos da Europa. Juan Pablo peregrinou por vários lugares até acabar, por motivos políticos, na Inglaterra, na qual acreditava poder achar aliados para sua causa “independentista”. Sem muito sucesso nas gestões feitas neste sentido, conheceu e fez-se amigo do embaixador dos EUA em Londres e, próximo de sua morte, entregou a este seus pertences, compostos principalmente de manuscritos. Entre estes encontrava-se o documento intitulado “Carta aos espanhóis americanos”. Miranda, que em 1806 encabeçaria uma tentativa de independência na Venezuela, recebeu das mãos do embaixador esse conjunto de papéis em 1798, ano da morte do jesuíta. A carta talvez tenha sido o documento que mais o impressionou, já que fez uma tradução (o original estava em francês) e anexou-a a sua proclama de Coro, de 2 de agosto de 1806.

A carta do jesuíta começava fazendo um balanço dos trezentos anos de colonização da Espanha na América. Segundo ele, a história desses três séculos era tão uniforme que podia ser resumida em quatro palavras: ingratidão, injustiça, servidão e desolação.

Dizia o padre:

Temos respeitado, conservado e aumentado cordialmente o apego de nossos pais a sua pátria. A ela sacrificamos riquezas infinitas... Guiados por um entusiasmo cego, não temos considerado que tanto empenho em favor de um país

que é estrangeiro, a quem não devemos nada, de quem não dependemos e do qual nada podemos esperar, é uma traição cruel contra aquele em que somos nascidos e que nos subministra alimento, necessário para nós e para nossos filhos.

Se o diagnóstico apresentado não tivesse remédio, considera o autor, seria compassivo não o apresentar, mas, como teria remédio, acreditava um dever analisá-lo.

Uma boa parte da carta ocupa-se em analisar como a riqueza americana foi escoltada para a Espanha. Também denuncia a postergação dos americanos nas questões administrativas. São nossos interesses e nosso país, dirá, sendo também direito nosso sua boa ou má administração. Compara a situação dos americanos, que tinham de suportar que os cargos públicos fossem ocupados por espanhóis nascidos na Espanha à que sofreram os espanhóis peninsulares quando os empregos públicos foram ocupados, durante o reinado de Carlos V, por flamengos, conterrâneos do rei.

A pretensão da corte da Espanha a uma cega obediência às leis arbitrárias devia-se à ignorância que ela alimentava a respeito dos direitos inalienáveis do homem e dos deveres indispensáveis de todo governo.

O pensamento do jesuíta, se bem aderiu aos direitos individuais e à liberdade, assim como era contrário ao monopólio comercial e favorável à independência da América da Espanha, fazia-o dentro do marco do pensamento tradicional que conferia a limitação do poder do rei às cortes. Assim diz que, depois da época em que predominava o poder arbitrário dos reis godos, os antepassados espanhóis, quando restabeleceram o reino e seu governo, pensaram em prevenir-se contra o poder absoluto. Este último, aspirado pelos reis, concentrava a supremacia da justiça e dos poderes legislativos, da paz, da guerra e dos subsídios, e das moedas nas cortes que representam a nação em suas diferentes classes e dever ser os depositários e guardiões dos direitos do povo. Lembra que entre os aragoneses existia a figura do *justiça* que, na cerimônia de

coroação, dizia ao rei: “Nos que valem os vós, fazemos-te rei e senhor, com o objetivo de que guardes nossos foros e liberdades e senão, não.”

Justifica a independência e a revolução, afirmando que toda lei que se opõe ao bem universal daqueles para os quais está feita é tirania. Como antecedente, menciona as regiões da Europa a que a Espanha teve de renunciar: o reino de Portugal e as Províncias Unidas.



Figura 8.4: Capa do manuscrito *El primer nueva crónica y buen gobierno*, por Don Felipe Poma de Ayala.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Primer_Nueva_coronica_y_buen_gobierno

A carta de Juan Pablo Viscardo foi escrita na Inglaterra e no contexto da Ilustração, do contrato social e da crise do antigo sistema colonial. Mas podemos encontrar antecedentes a este tipo de manifestação de descontentamento na carta que mais de 170 anos antes um índio nos Andes peruanos escreveu para denunciar ao rei os abusos cometidos pela administração

colonial, incluindo nesta os padres. Em 1615, o índio Felipe Guamán Poma de Ayala, de família nobre, escreveu uma carta ao rei de Espanha denunciando os maus-tratos que recebiam os índios no Peru. Sua epístola, com 1.180 páginas e 398 ilustrações, intitula-se de *Nueva crónica y buen gobierno*. Apesar das informações sobre Guamán Poma carecerem de precisão, pode-se afirmar que, desterrado pelo *corregidor*, dedicou-se a percorrer o país entre 1606 e 1615, aproximadamente. O texto não só denunciava, também fazia uma proposta de reforma do governo colonial. Parece que esta carta nunca chegou em mãos do rei da Espanha. Ela foi encontrada em 1908 num arquivo em Copenhague, na Dinamarca.

Panfletos incendiários: o diálogo entre o último imperador inca e o rei da Espanha

Bernardo de Monteagudo, um dos crioulos que participaram ativamente das guerras de independência, ideólogo do movimento emancipador, começou sua atuação política mal-sucedida, na rebelião de Charcas em 1809 e escreveu, para que circulasse nessa circunstância, um panfleto intitulado “Diálogo entre Atahualpa e Fernando VII nos Campos Elíseos”. Este texto foi escrito em forma de diálogo e é muito provável que o mesmo tenha sido lido de forma teatralizada, em janeiro desse mesmo ano, difundido em meios universitários e revolucionários de forma manuscrita. Neste texto ele afirmava a ilegitimidade da conquista, denunciava a usurpação dos direitos americanos sobre essas terras, a ilegitimidade da monarquia espanhola na América e exortava a independência.

Os horrores da conquista são expostos, seguindo a narrativa de Bartolomé de las Casas, missionário que relatara os acontecimentos

nas colônias espanholas. Sua crítica baseava-se, sobretudo, numa perspectiva humanista e de defesa dos indígenas. O passado incaico é exposto a partir da idealização do bom governo.

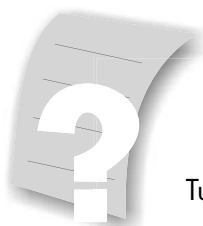


Atahualpa

Atahualpa foi o décimo terceiro e último imperador do Tahuantinsuyu. Foi feito prisioneiro por Pizarro e, em troca da liberdade, Atahualpa ofereceu enchê-lo com ouro. Embora Pizarro aceitasse, não tinha intenção de libertar Atahualpa, que foi julgado de doze acusações e condenado à morte. Foi estrangulado em 26 de julho de 1533.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atahualpa>



Incaísmo

Desde 1782, quando foi reprimida a revolta de Tupac Amaru, proibiu-se no vice-reino do Peru o uso de títulos de nobreza incaica. Os indígenas foram proibidos de assumir sua identidade. Daí em diante, foram as elites crioulas que se apropriaram do grandioso e justo passado imperial. Esta apropriação nutriu-se da obra do inca Garcilaso de la Vega. Esta apropriação da identidade indígena, chamada também de *incaísmo*, corresponde a uma idealização. O denominado “bom governo” é comum encontrar nos textos da época, dos antigos incas. Os dos tempos da conquista aparecem para encorajar os guerreiros da independência; portanto, são os nobres indígenas despojados de seu reino que são evocados e não os índios contemporâneos dos crioulos independentistas.

O diálogo começa com uma pergunta que Atahualpa faz para Fernando VII com a qual tem por objetivo definir as noções de tirania e obediência forçada, frente à de soberania entendida como livre, espontânea e deliberada cessão dos direitos do povo:

Atahualpa – Não é certo, Fernando, que sendo a base e único sustento de uma bem fundada soberania livre, espontânea e deliberada vontade dos povos em cessão de seus direitos, e que atropelado este princípio, conseguindo subjugar uma nação e ascender ao trono sem ter subido por este sagrado degrau, será no lugar de um rei um tirano para o qual as nações darão o nome de usurpador? Sem dúvida que coincidirás porque o comprova a notícia da injustiça do imperador dos franceses.

Na primeira fala do diálogo, aparecem as referências pactistas/contratualistas de Francisco de Suárez e Rousseau (ver aula anterior). Atahualpa tece um paralelo entre a usurpação de seu trono que fizeram os espanhóis e a que Napoleão fez do de Fernando VII.

Segundo Elena Altuna, nesse diálogo, Fernando aparece como o “sujeito do não saber”, e este não saber tem uma larga tradição nas colônias. Lembremos um pouco mais acima a carta de Guamán Poma. Guamán escreve ao rei para informá-lo. Considera-se que os abusos são dos funcionários e não do rei. Como sujeito do não saber, Atahualpa diz a Fernando:

Por conseguinte, desde o mesmo instante em que o monarca, piloto adormecido nos braços do ócio ou do interesse, nada vigia pelo bem de seus vassalos, faltando ele a seus deveres, há quebrado também os vínculos de sujeição e dependência dos povos. Este é o sentir de todo homem justo e a opinião dos verdadeiros sábios.

Fernando responde com uma pergunta: que inferes?

Atahualpa infere que nem o juramento de vassalagem dos americanos, nem a possessão de trezentos anos são títulos suficientes para o domínio. Responde com outra pergunta: senão de onde resulta a nulidade da vassalagem que têm prestado os habitantes da península ao imperador francês? Novamente, o paralelo: se nulo é o juramento que os espanhóis prestaram a José Bonaparte por usurpador, também foi nulo o juramento de vassalagem que prestaram os americanos ao rei da Espanha. Chegado a este ponto, Atahualpa exorta à ação os habitantes do Peru: quebrem as correntes da escravidão e desfrutem os deliciosos encantos da independência, dirá para eles.

Temos, neste diálogo de Monteagudo, um conjunto de ideias que alimentam e inspiram os revolucionários: o questionamento dos chamados “justos títulos” do domínio espanhol sobre a América, a

ignorância do rei a respeito da realidade americana e, portanto, o desinteresse pelo bem-estar dos habitantes da América justifica o fim do vínculo de sujeição.



Atende ao Objetivo 2

2. Compare a “Carta aos espanhóis americanos” e o “Diálogo entre Atahualpa e Fernando VII nos Campos Elíseos”.

Resposta Comentada

Ambos os textos denunciam a conquista e baseiam os direitos dos americanos sobre o autogoverno na ilegitimidade da conquista. Se bem que, como vimos na aula anterior, na primeira etapa das revoluções tenha predominado a declaração de “lealdade” ao rei da Espanha, estes dois textos propagandísticos caracterizam-se por exortar a independência imediata, não como resposta conjuntural à ocupação francesa da Espanha, mas como direito ancestral dos americanos que foram injustamente despossuídos de seus impérios pela cobiça e crueldade dos conquistadores.

Para Viscardo, a soberania é do povo, mas o povo tradicional representado em corpos, por isto lembra que em Aragão as cortes limitavam o poder do rei. Para Montegudo, a soberania recai no povo, no sentido de direitos cedidos pelo povo ao rei.

Mariano Moreno: dissipando as trevas

Em 1809, Mariano Moreno, um dos ideólogos da revolução de maio (ver Aulas 6 e 10) escreveu *Representación de los hacendados y otros escritos*. Neste texto, traduzido para o português e discutido nos círculos favoráveis ao livre-comércio no Rio de Janeiro, Moreno expunha as vantagens da abertura dos portos ao comércio às nações amigas.

Todas as mercadorias que chegavam ao porto de Buenos Aires deviam provir da Espanha, assim como todas as mercadorias que saíam dele deviam ir para Espanha. Somente o contrabando, que não era pouco, furava esta lógica.

A pouco de chegar Cisneros a Buenos Aires, recebeu a solicitação de dois comerciantes ingleses para a abertura ao comércio com a então aliada de Espanha, Inglaterra. Ante esta demanda, Cisneros consultou o Consulado e o Cabildo, os quais se pronunciaram a favor. O apoderado dos comerciantes espanhóis interveio, escrevendo um informe no qual se opunha a esse comércio. Mariano Moreno, respondendo a este informe e aos comerciantes peninsulares, escreveu sua representação dos fazendeiros. As ideias vertidas nela mostram que Moreno tinha familiaridade com o trabalho de Adam Smith e também com Gaetano Filangieri e Gaspar Melchor de Jovellanos.

O escrito foi redigido em nome dos lavradores e pecuaristas (hacendados) de ambas as margens do Rio da Prata. Nesta carta, estava expresso que os benefícios da produção do país deviam

recair nos lavradores e cultivadores que eram os que produziam, além disso, esse comércio permitiria que a administração pública contasse econômicos provenientes da alfândega.

Moreno diferenciava entre os lavradores e pecuaristas que viviam da produção e os comerciantes e tendeiros, aqueles que se queixaram que não viviam do que produziam.

A lei da necessidade: o estado sem recursos e com a ameaça francesa.

Se não se permite o ingresso legal de mercadorias, estas ingressam de qualquer jeito.

Que coisa mais ridícula que um comerciante que defende aos gritos a observância das leis proibitivas do comércio estrangeiro na porta de sua loja, na que somente se acham gêneros ingleses de clandestina introdução.

Os contra-argumentos aos comerciantes espanhóis

Um dos argumentos dos comerciantes peninsulares e seus sócios americanos era que a introdução de mercadorias inglesas arruinaria a indústria espanhola. Sobre isto, argumenta Moreno que as fábricas espanholas nunca conseguiram prover inteiramente a América e nem sequer, o consumo da península.

O segundo argumento, no qual tinha se baseado o defensor dos interesses metropolitanos, era que se corria o risco de arruinar os comerciantes de Buenos Aires. Moreno responde que a riqueza encontrava-se na produção agrária e artesanal, e não no comércio.

Sobre a “fuga da prata” que esse comércio provocaria, Moreno (1998) argumenta que a prata é como qualquer outra mercadoria.

“Os estrangeiros nos levarão a prata.” Isto é o mesmo que dizer que nos levarão o sebo, o couros, a lã, a crin, e demais

produções destas províncias: a prata é um fruto igual aos demais, está sujeito às mesmas variações e alteração de seu valor proporcionalmente de sua escassez ou abundância.

Com este argumento, Mariano Moreno mostrava como estava compenetrado das novas ideias econômicas. Não só as que se referiam à circulação das mercadorias, mas também sobre a natureza das mesmas.

No dia 6 de novembro, foi aprovada a introdução de efeitos de manufaturas, procedentes de barcos amigos. Apesar disto, esta permissão era muito limitada e não atendia a todas as demandas dos lavradores e pecuaristas.

Mariano Moreno também foi tradutor da “Carta aos espanhóis americanos”, de Juan Pablo Viscardo, da qual já falamos, e do *Contrato social* de Rousseau (ver aula anterior). Sobre a tradução deste último, afirmou Moreno, que a eloquência de Rousseau ensinou aos povos como buscar no contrato social a raiz e única origem da obediência, não reconhecendo seus chefes como emissários divinos.

A instalação do governo provisório seria em vão se não se consolidasse o processo com uma constituição que resguarde os direitos de todos. Por isto, diz Moreno, é difícil em povos que têm vivido na escravidão saber o que fazer depois de ter sacudido as correntes. Para que esses homens que nasceram na escravidão saíssem da ignorância de seus direitos é que Moreno publica o *Contrato social*.

Poucos dias depois da Revolução, criou-se em Buenos Aires a *Gazeta de Buenos Ayres*, jornal que foi veículo das novas ideias. Neste jornal, Moreno publicou muitos de seus escritos, que refletem boa parte da ideologia emancipacionista.

O pensamento político de Simón Bolívar

Poucas figuras gozam na América Latina do prestígio que goza Simón Bolívar. Filho da aristocracia, teve uma educação formal muito boa que lhe permitiu estudar na Espanha, França, Itália e Inglaterra. Em seus estudos foi fortemente influenciado por Rousseau e Montesquieu, resultando na propagação dos ideais da Ilustração e do liberalismo. Entre seus escritos políticos, destacam-se o Manifesto de Cartagena (1812) e a Carta de Jamaica (1815).

Como vimos na aula anterior e nesta, fica claro para os homens da Ilustração que o rei não recebe o poder por direito divino e que a soberania radica no povo. Mas que povo? Para Bolívar, o povo é gente como ele, **mantuanos** ou a elite crioula. As castas, as pessoas livres de cor deviam ser conduzidas pela elite política/letrada, a massa era demasiado despreparada para tomar decisões complexas.

Além do Manifesto de Cartagena, há outros escritos de Bolívar que refletem outros contextos da guerra de independência da Venezuela, mas nós nos detivemos neste primeiro.

As referências ao povo de 1812 são depreciativas:

As eleições populares feitas pelos rústicos do campo e pelos intrigantes moradores das cidades constituem mais um obstáculo à prática da federação entre nós, porque uns são tão ignorantes que fazem as suas votações maquinalmente, e os outros tão ambiciosos que convertem tudo em questões de partidos; pelo que nunca se viu na Venezuela uma votação livre e acertada (BOLÍVAR, 1812).

A liberdade que aparece uma e outra vez no manifesto se refere à liberdade política, sem implicar grandes mudanças na ordem social da colônia.

Na *Carta de Jamaica*, já não será tão pejorativo ao tratar do povo. Mas nesse momento a guerra de independência estava em outra instância. O realista José Tomás Bover tinha formado guerrilhas

Na Venezuela, chama-se **mantuano** o indivíduo que pertencia ao grupo da elite crioula, durante o período colonial.

Llanos

Planícies que ocupam uma vasta região da bacia do rio Orenoco. Nessas planícies, durante o período colonial, desenvolveu-se uma economia pecuarista na qual teve lugar o surgimento de uma figura: o vaqueiro ou *llanero*. Este era habitante dos *llanos* que desenvolveu grande habilidade na montaria de cavalos. Os *llaneros*, compostos na sua maior parte pelo grupo dos pardos, foram de muita importância na guerra da independência, por suas habilidades equestres, fundamentais nas guerras do século XIX.

de pardos e escravos no **llanos**, e com estas forças vinha produzindo baixas e derrotas no bando patriota. Isto ensinava para as elites crioulas que para ganhar a guerra ia ser necessário conquistar o povo para a causa americana.

No Manifesto de Cartagena, Bolívar faz um balanço do porquê da derrota da República. Entre as causas desta derrota destaca a adoção do que chama de “sistema tolerante”, isto é, de um sistema que partiu da ideia de que cada *cabildo* representava uma soberania. Assim, a Cidade de Coro, que deveria ter sido reprimida, foi deixada na sua rebeldia, e desta forma fortaleceu a contrarrevolução. Outra causa da derrota da República estava na adoção do sistema federal.

O sistema federal, se bem que seja o mais perfeito e o mais capaz de proporcionar a felicidade humana em sociedade, é, não obstante, o mais oposto aos interesses dos nossos estados nascentes. Falando de um modo geral, os nossos concidadãos não se encontram aptos a exercer por si mesmos e amplamente os seus direitos; porque carecem das virtudes políticas que caracterizam o verdadeiro republicano, virtudes essas que se não adquirem nos Governos absolutos, onde os direitos e os deveres dos cidadãos são desconhecidos (BOLÍVAR, 1812).

O sistema federal incentivou o caudilhismo, que ocasionou a rivalidade entre as províncias e cidades da Venezuela. A constituição federal foi favorável aos interesses espanhóis.

Outras causas analisadas por Bolívar são a adoção de uma nova moeda e a exploração “supersticiosa” que se fez do terremoto que castigou os insurretos patriotas de Caracas.

CONCLUSÃO

Tão importante como a geração das ideias foi a forma como estas circularam. Numa sociedade em que o acesso à palavra escrita era muito limitado à leitura coletiva em voz alta para uma plateia de ouvintes, era fundamental a criação de “opinião” a respeito do que acontecia. Neste sentido, os panfletos manuscritos afixados em lugares públicos, escritos pelo general em forma de versos, criavam um clima de rumores sobre o mundo político. Às vezes, não se precisava de muitas palavras. No contexto da expansão do ideário da Revolução Francesa, uma única palavra – “liberdade” – podia levar a supor a existência de uma conspiração. Mas não era somente a Revolução Francesa que criava temores. Em 1780, os Andes conheceram a maior revolta do mundo colonial, a liderada por Tupac Amaru II. Também esta revolta despertou os temores das autoridades das colônias e a vigilância sobre a população mais pobre.

O descontentamento com a Coroa espanhola vinha de diferentes lugares. Em 1777, a Companhia de Jesus, os jesuítas, tinha sido expulsa do continente americano. Entre os “exilados”, encontra-se um dos ideólogos do movimento emancipacionista: Juan Pablo Viscardo, que escreveu a Carta aos espanhóis americanos, que aqui apresentamos. Esta carta circulou amplamente da Venezuela ao Rio da Prata. Tal carta apresentara duas traduções:

- a do independentista Miranda, que a anexou à sua declaração de independência da Venezuela, em 1806.
- a de Moreno, que circulou na Universidade de Chuquisaca, onde se formou grande parte da intelectualidade dos vice-reinos do Peru e do Rio da Prata.



Fonte: http://www.sxc.hu/pic/m/m/ma/mattox/1209718_writing.jpg

Algumas ideias tinham forte filiação iluminista, como a da livre circulação das mercadorias e o fim do monopólio comercial. Outras ideias, como as que se referiam às possíveis formas de governo discutidas por Bolívar, constituíam os novos desafios americanos para os quais a velha Europa não representava um exemplo a ser seguido.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Descreva as principais matrizes de ideias que contribuíram para as independências americanas.

Resposta Comentada

Na ordem da exposição desta aula, começaremos por expor as ideias que nutriram a independência do Haiti, primeiro país a abolir a escravidão e o sistema colonial ao mesmo tempo. Esta revolução radical não foi prenunciada por nenhum manifesto nem pensamento formal que colocasse no papel essa radicalidade. Neste caso, as ações precederam às ideias. Outro conjunto de ideias constituíram-no, aquelas que se bem formuladas de um ponto de vista americano, como a carta do padre Juan Pablo Viscordo ou de Bernardo de Monteagudo pressupunham o conhecimento da formalidade das ideias da Ilustração, como o de soberania popular. Também os escritos de Moreno podem ser filiados a esta corrente, porque se bem toca um tema comum ao pensamento liberal clássico, o faz da perspectiva americana. As reflexões de Simón Bolívar podem ser caracterizadas como as que surgiram das demandas que a própria guerra da independência impôs a suas classes dirigentes: definir qual a forma de governo mais adequada à nova realidade.

RESUMO

Nesta aula, abordamos diferentes ideias que inspiraram as independências americanas. Em primeiro lugar e sendo a segunda independência depois daquela dos Estados Unidos da América, apresentamos o peculiar caso da independência do Haiti, na qual não predominou, como nas outras, a efervescência prévia de escritos. Seguindo a análise do antropólogo haitiano Trouillot,

afirmamos que a revolução haitiana escapou às categorias de conhecimento da época, não conseguindo por isto ser entendida pelos contemporâneos em sua natureza.

Também foi abordada a peculiar forma de circulação das ideias e notícias: os pasquins e a transmissão oral, sobretudo nos âmbitos de sociabilidade coletiva, como eram as tertúlias, o mesmo nas *pulperias*, *chicherias* e *picanterias*. A revolução de Tupac Amaru foi destacada no sentido de resgatar uma posição que tinha uma longa tradição na tradição andina: a denúncia do mau governo. Essa rebelião teve um papel muito importante porque aconteceu em meio a uma série de descontentamentos com o governo espanhol e colocou a potencialidade da revolta indígena. Porém, o rei da Espanha e seus ministros não só temiam a revolta indígena, mas também a propagação das ideias francesas, sobretudo depois de 1789 e a revolta escrava principalmente depois da revolução e independência do Haiti.

Mais próximos do ideário iluminista, vimos os escritos “incendiários” do jesuíta Juan Pablo Viscardo, que denunciava os trezentos anos de dominação e as injustiças que o sistema colonial tinha cometido contra os americanos. No mesmo sentido, o diálogo de Bernardo de Monteagudo denunciava a usurpação que tinha significado a conquista da América pelos espanhóis e chamava os americanos para se emancipar.

Ainda dentro do pensamento ilustrado, embora com características locais, apresentamos os escritos de Mariano Moreno sobre o livre-comércio e de Simón Bolívar sobre a melhor forma de governo.

Aula 9

A formação do Estado nacional na América Latina: o caso mexicano

Gabriel Aladrén

Metas da aula

Apresentar e discutir o processo de independência na Nova Espanha e a formação do Estado nacional mexicano na primeira metade do século XIX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características do processo de independência do México;
2. reconhecer os limites internos e externos e os conflitos políticos relacionados com a formação do Estado nacional mexicano.

Pré-requisitos

Você deve consultar as Aulas 5 e 6 de História da América II. A partir delas, você poderá se familiarizar com o contexto mais amplo do processo de independência na América Latina e também com as principais correntes de pensamento da época. É importante também consultar a Aula 5 para relembrar alguns termos, como *criollos*, *peninsulares* e *gachupines*, que vamos utilizar para falar sobre a independência do México.

INTRODUÇÃO

A formação política do México no século XIX é vista muitas vezes como uma contínua desordem. A sucessão de diferentes tipos de regime político, dificuldades econômicas, desintegração regional e uma série de turbulências e conflitos sociais teriam minado as possibilidades de o México se tornar uma nação estável, próspera e com um Estado organizado e eficiente. Essa suposta dificuldade na formação do Estado nacional mexicano no século XIX seria resultado, para algumas correntes historiográficas, das próprias turbulências e rupturas do processo de independência, da imaturidade política e cultural do povo e das elites mexicanas ou da retrógrada estrutura econômica da nação mexicana, ainda marcada pelas características do período colonial.

No entanto, veremos que essa leitura da história mexicana no século XIX, que só enxerga desordem e instabilidade política e social, não é mais plenamente aceita pela historiografia. Estudos mais recentes demonstram as complexidades do processo de independência e de formação do Estado nacional mexicano, identificando continuidades e rupturas com o período colonial. Visa-se compreender, dessa maneira, as dificuldades na obtenção da estabilidade política e da unidade territorial no México ao longo do século XIX, a partir de seus problemas específicos, sem partir de comparações abstratas com o desenvolvimento histórico de outros países.

A luta pela independência, 1808-1821

O México independente originou-se do antigo vice-reino da Nova Espanha, que incluía em sua jurisdição territórios coloniais espanhóis da América do Norte e da América Central. A Nova Espanha fazia parte do extenso Império espanhol nas Américas e, como tal, sua independência deve ser compreendida levando-se em consideração suas articulações com os outros vice-reinados

americanos e, é claro, com a metrópole. Sem essa dimensão global de análise da independência mexicana não é possível desenvolver uma avaliação coerente do processo. No entanto, também não devem ser deixadas de lado as características específicas que marcavam a história da Nova Espanha, para assim podermos compreender a gênese do México independente.

A Nova Espanha às vésperas da independência: a colônia mais rica do Império

A Nova Espanha era a colônia mais rica da Coroa espanhola. Conforme dados apresentados pelo historiador Timothy Anna, em 1800 a produção total de mercadorias e serviços da colônia alcançou 240 milhões de pesos, com uma média *per capita* de 40 pesos. Apesar de este valor ser a metade da produção *per capita* dos Estados Unidos na mesma época, era muito superior ao de qualquer outra colônia espanhola ou portuguesa. A Coroa espanhola impunha à Nova Espanha uma série de monopólios e controles econômicos, sobretudo no âmbito do comércio, o que significava um ônus bastante significativo para os produtores. Apesar de parte da riqueza gerada pela economia colonial ter sido reaplicada internamente, a extração de recursos pela Coroa gerava insatisfação nos habitantes.

Castas

Termo utilizado para identificar e classificar os mestiços na Nova Espanha. A mescla de raças e etnias diferentes deu origem a uma população diversa, e a Coroa espanhola tentou classificá-la a partir de um conjunto de designações, como *mestizo*, *zambo*, *mulato*, *albino*, *coyote*, *cambujo*, entre outros.

A população do vice-reino girava em torno de 6 milhões de habitantes, no início do século XIX. Havia três grandes grupos populacionais cuja definição se baseava em critérios étnicos, jurídicos e sociais: os brancos (divididos entre os *criollos* e os peninsulares), os mestiços (que constituíam as diversas categorias das **castas**) e os índios. Cada um destes grupos tinha um conjunto específico de prerrogativas sociais e econômicas, além de obrigações fiscais e direitos civis e políticos distintos. Os índios representavam 60% da população, os mestiços, 22% e os brancos, 18%.

Origens do movimento de independência mexicano

A invasão napoleônica na Península Ibérica em 1808 foi o evento que desencadeou os processos de independência na América espanhola. A deposição de Fernando VII e a consequente ascensão de José Bonaparte, irmão de Napoleão, ao trono lançaram o Império espanhol em uma grave crise. Portanto, a crise global do Império espanhol, e particularmente da relação entre a Coroa e as colônias americanas, explica o quadro geral em que se desenrolaram os movimentos de independência e a formação dos diversos países independentes na América. No entanto, embora o período de 1810 a 1825 tenha sido marcado pela destruição do domínio espanhol na maior parte de suas possessões na América (após 1825, apenas Cuba e Porto Rico se mantinham como colônias da Espanha na América), o ritmo e as características que explicam a independência de cada um dos países têm suas especificidades.

Algumas transformações que ocorreram na segunda metade do século XVIII são importantes para entender o surgimento de um desejo de reformas no Império espanhol, que, após 1808, acabou evoluindo para o projeto do México independente. As reformas políticas e administrativas da monarquia espanhola que se aceleraram a partir de 1750 (conhecidas como as reformas borbônicas) acabaram por deslocar a elite *criolla* dos principais cargos e centros de poder na Nova Espanha. Essa situação inspirou nos *criollos* a reivindicação de um governo local com mais autonomia frente à Coroa. Nesse processo de reformas, os índios, as castas, os mestiços e os mulatos também tiveram seus *status* e suas identidades alterados, o que os levou a participar ativamente dos acontecimentos políticos a partir de 1808. Portanto, vários grupos sociais, de etnias, inserção econômica e *status* distintos, participaram da formação da nação mexicana, e as camadas mais baixas da população tentaram imprimir ao movimento suas reivindicações e interesses específicos, ao mesmo tempo que a elite *criolla* buscava controlar os seus rumos

para assegurar sua posição privilegiada, o que fez com que o processo de independência do México fosse marcado por conflitos e interesses complexos e diversificados.

A historiografia durante muito tempo considerou que a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa foram exemplos precursores que explicariam, em grande medida, a independência na América espanhola. Porém, ainda que possamos considerar que esses acontecimentos tenham servido de inspiração para muitos líderes patriotas latino-americanos, suas consequências foram bastante contraditórias. Na realidade, ambas resultaram em uma reação conservadora da Coroa espanhola, que, empenhada em lutar contra a Revolução Francesa, barrou todas as possibilidades de reformas na Nova Espanha.

Além disso, as guerras nas quais a Espanha participou a partir da década de 1790 exigiram uma grandiosa quantidade de recursos, obtida em boa parte com a arrecadação fiscal nas colônias americanas. A Nova Espanha sofreu duramente o incremento da carga fiscal. Segundo a historiadora mexicana Alicia Hernández Chávez, as remessas anuais do México passaram de 6,6 milhões de pesos no período de 1790-1799 a 21,6 milhões de pesos no período 1800-1809. Os índios e a Igreja foram os setores mais atingidos, com a exigência de donativos forçados e o confisco, em 1804, dos recursos das *Cajas de Comunidad Indias* e das *Cajas de La Iglesia*. Essas medidas não descontentaram apenas os índios, mas também os **hacendados**, comerciantes e proprietários das minas, a quem a Igreja oferecia crédito.

O descontentamento com a política da Coroa espanhola cresceu durante os primeiros anos do século XIX. Vários setores da população da Nova Espanha desejavam reformas e autonomia para o governo local e para as comunidades. Nesse contexto, a circulação de notícias e opiniões pela imprensa (com o crescimento da venda de jornais e a difusão das novidades em reuniões, leituras públicas, locais de trabalho etc.) ajudou a difundir ideias subversivas e críticas à Coroa espanhola. Assim amadureceram os conceitos de pátria

Hacendados

Termo utilizado para identificar os proprietários de *haciendas* na América espanhola colonial. As *haciendas* eram propriedades rurais, destinadas à produção agrícola e à criação de gado. Era uma qualificação que conferia prestígio social, e os *hacendados*, junto com os proprietários de minas, grandes comerciantes e altos funcionários coloniais, formavam a elite econômica da Nova Espanha.

comum, identificada inicialmente pelo pertencimento às comunidades, e o de nação, que serviria para justificar e legitimar a transformação da colônia espanhola da Nova Espanha no México independente.

A reação dos mexicanos à invasão francesa

As notícias da abdicação de Fernando VII (que na prática consistiu em uma usurpação, na medida em que ele renunciou ao trono sob pressão da ocupação militar francesa) causaram forte turbulência na Nova Espanha. Ao mesmo tempo, vieram também as informações sobre a resistência na península, com a formação das juntas que repudiavam o domínio francês em diversos municípios espanhóis. O **ayuntamiento** da Cidade do México, com o apoio dos **cabildos** da Nova Espanha, decidiu que, sob aquelas circunstâncias, o vice-rei se manteria provisoriamente no cargo, e seria convocado um congresso com representação das principais cidades do vice-reinado. A proposta autonomista previa que o congresso atuaria como um conselho provisório até o retorno ao poder do monarca Fernando VII.

Embora o vice-rei José de Iturrigaray tenha apoiado esse acordo, um grupo de influentes peninsulares se opôs e deu um golpe em setembro de 1808, prendendo o vice-rei e os chefes dos autonomistas. Esse grupo, identificado como os absolutistas, se manteve no poder até 1810, mas sofreu uma forte oposição dos autonomistas, que tentavam aproveitar a situação de incerteza na Espanha para implementar um governo que pudesse garantir direitos de representação igualitários entre os habitantes da Nova Espanha e os peninsulares.

O projeto da independência ganha força

O período de 1808 a 1810 foi fundamental para o amadurecimento da ideia do México independente. No início, o projeto era simplesmente garantir a igualdade de representação entre os

Ayuntamiento

Enquanto o *cabildo* era um conselho, o *ayuntamiento* era a própria instituição administrativa municipal, e contava com funcionários para realizar as suas funções. O termo era usado também para identificar o prédio da municipalidade.

Cabildo

Era uma espécie de conselho municipal na América espanhola colonial. Nos *cabildos*, os *vecinos* (proprietários chefes de família) decidiam questões relacionadas com a administração econômica e política de âmbito municipal.

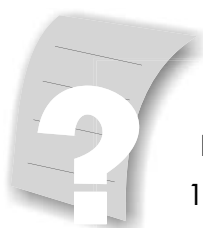
habitantes da Nova Espanha e os peninsulares, sem rompimento com a Coroa espanhola. Em 1810, a proposta da independência e ruptura com a Espanha já estava forte entre diversos setores da população. No dia 15 de setembro daquele ano, o sacerdote Miguel Hidalgo proclamou o famoso grito de independência em Dolores, conclamando a população a formar um novo governo.



O movimento de Hidalgo

Foi um movimento muito popular, pois além de receber certo apoio dos *criollos*, contava com uma expressiva adesão de índios e castas. Tomando como estandarte a Virgem de Guadalupe, o exército de Hidalgo cresceu rapidamente, e teria chegado a contar com 80.000 homens em fins de outubro. Algumas cidades foram ocupadas e as tropas de Hidalgo avançaram até as proximidades da Cidade do México. As tropas do governo conseguiram se organizar e detiveram o avanço dos rebeldes em fins de 1810. Em 1811 os patriotas foram derrotados pelos realistas e Hidalgo foi capturado e fuzilado no dia 30 de julho. Além da reorganização dos realistas, o fator que definiu a derrota de Hidalgo foi a perda de apoio entre a elite *criolla*, que receou a radicalização do movimento, no qual as classes populares estavam tendo um papel preponderante. Embora boa parte dos *criollos* ainda desejasse a independência e tivesse críticas ao domínio espanhol, havia um temor muito grande de que o movimento se transformasse em uma revolução que subverteria as hierarquias sociais do México.

Na Espanha, a situação também estava atribulada. Durante a ocupação francesa, aqueles que estavam resistindo também tinham muitas controvérsias. O grupo dos reformadores, que desejavam mudanças na monarquia espanhola quando esta fosse restaurada, acabou por predominar em 1810. Assim, propuseram a convocação das Cortes, para discutir o modelo de governo, com representação de todos os reinos e províncias do Império, inclusive as do ultramar. As Cortes se reuniram em Cádiz a partir de fins de 1810, e 15 representantes da Nova Espanha compareceram. Os deputados americanos, em geral, denunciaram o despotismo das autoridades dos vice-reinados e propuseram reformas que pretendiam transformar o Império espanhol em uma comunidade de reinos com autonomia, mas unidos pela Coroa e legitimados por uma constituição.



A Constituição de Cádiz

Foi promulgada em 1812 e esteve em vigor até 1814. Embora não promovesse uma transformação social profunda, suas bases liberais concediam uma razoável autonomia para os habitantes da Nova Espanha constituírem e governarem a partir de suas próprias instituições locais, como os *ayuntamientos* e as deputações provinciais (espécie de governos regionais). A partir dessas instituições, os americanos puderam exercer o autogoverno, ao menos em níveis municipais e regionais, e assim conquistar uma de suas principais reivindicações. Além disso, outra mudança importante foi a definição constitucional da cidadania, que superou a antiga relação entre o rei e os súditos e abriu espaço para uma concepção política moderna do governo.

A rebelião de Morelos

Ao mesmo tempo que as novas medidas promulgadas pela Constituição de Cádiz estavam sendo aplicadas, a insurgência direta também se manteve. Após a execução de Hidalgo, o também sacerdote José Maria Morelos herdou a liderança do movimento rebelde. Embora tenham conquistado algumas vitórias militares significativas, o sucesso do movimento foi inicialmente restrito, na medida em que as reformas moderadas definidas em Cádiz receberam apoio de parte da população patriota. Morelos, no entanto, também soube dialogar com os setores moderados e valorizou a necessidade de se definir uma Constituição do México independente. Morelos criticava as Cortes de Cádiz por elas não terem uma representação igualitária entre a América e a Espanha. Em 1813 convocou um congresso constituinte, que se reuniu em Chilpancingo, onde propôs a independência e uma constituição mexicana.

Em outubro de 1814 foi aprovada a Constituição de Apatzingán, que nunca foi colocada efetivamente em vigor em razão do estado de guerra. Porém, não deixa de ser significativa, já que expressa a transformação política da sociedade mexicana. A Constituição de Apatzingán continha elementos em comum com a de Cádiz (religião católica, representação nacional por províncias, divisão de poderes, igualdade jurídica, respeito à propriedade e aos direitos de cidadania), mas diferenciava-se radicalmente desta ao afirmar a independência e a cidadania para todos os indivíduos nascidos no México, sem distinção étnica ou social.

O movimento de Morelos não conseguiu triunfar, e a conjuntura política na Espanha mudou novamente. Em 1814 Napoleão foi derrotado, e Fernando VII retornou ao trono. O monarca desejava reaver os poderes absolutistas perdidos em 1808, então revogou a Constituição de Cádiz e colocou na prisão os espanhóis liberais. Ao mesmo tempo, organizou uma ofensiva na América para reprimir os movimentos de independência nas colônias. No México, o vice-rei Calleja militarizou o país e reprimiu duramente os insurgentes,

tanto os que queriam a independência quanto aqueles que apenas se limitavam a aplicar as disposições constitucionais de Cádiz. Em novembro de 1815, Morelos foi capturado, tendo sido executado no mês seguinte. Sua revolta, mais organizada que a de Hidalgo, obteve algumas vitórias importantes, apesar de ter sido debelada. Contando com um forte apoio dos mestiços, pôde organizar um exército revolucionário bem treinado, criou um congresso e votou uma constituição, deixando claros os objetivos. Mas as dificuldades enfrentadas eram grandes: os realistas estavam mais organizados desde a repressão ao movimento de Hidalgo e, além disso, a partir de 1814, contaram com a restauração do governo de Fernando VII na Espanha, o que impulsionou a reação. Por outro lado, é importante frisar que a rebelião de Morelos, assim como a de Hidalgo, teve um forte apoio popular entre mestiços e índios, e propunha reformas sociais que eram muito radicais para a elite *criolla*. Os obstáculos para conquistar a independência e ao mesmo tempo transformar a sociedade mexicana não puderam ser superados naquele momento.

Após a supressão das revoltas e da insurgência, a administração na Nova Espanha procurou atuar de forma pacificadora, para tentar restaurar a normalidade e o convívio pacífico entre as classes. A anistia foi oferecida e aceita por milhares de antigos rebeldes. Embora o desejo de independência e transformação ainda se mantivesse vivo em parte da população, ele estava claramente adormecido. A elite *criolla*, principalmente, estava receosa. Ela queria uma proposta moderada de independência, que garantisse a autonomia e o poder para os *criollos*, mas sempre nos limites da ordem e do respeito à propriedade privada, e com a manutenção das hierarquias sociais. As propostas radicais de Hidalgo e Morelos não apontavam para esse caminho.

O movimento de independência assume uma nova face: o Plano de Iguala

Em 1820, a revolução na Espanha, que expressava a insatisfação das forças armadas e dos grupos liberais com o absolutismo de Fernando VII, criou a conjuntura necessária para o prosseguimento do movimento independentista na América. O rei, então, foi obrigado a restaurar a constituição de 1812, que previa a formação de um parlamento que limitava o seu poder, mantendo-se como cabeça da monarquia. Na Nova Espanha, as disposições políticas constitucionais foram novamente colocadas em vigor, com a formação dos *ayuntamientos*, das deputações provinciais e a eleição de deputados para as Cortes. A população mexicana recebia de bom grado a restauração da constituição, mas percebia que a maior parte dos deputados das Cortes peninsulares não estava disposta a conceder a autonomia desejada pelos americanos. A insatisfação cresceu quando as Cortes aprovaram reformas que afetaram a posição do clero e dos militares. Estes setores que, principalmente nos níveis hierárquicos mais altos, sempre defenderam o Império e lutaram contra os patriotas, passaram a apoiar a independência.

Em fevereiro de 1821, Agustín Iturbide formulou o Plano de Iguala, com o apoio do líder rebelde Vicente Guerrero. Iturbide era oficial do exército e tinha participado decisivamente da repressão das revoltas de Hidalgo e Morelos. Insatisfeito, assim como muitos outros oficiais *criollos*, com as retribuições oferecidas por Fernando VII àqueles que defenderam o Império, passou para o lado dos patriotas em fins de 1820. O Plano de Iguala tentava expressar uma proposta de consenso entre todos os grupos que estavam descontentes com a situação: os militares e o clero, que viam alguns de seus privilégios ameaçados, os rebeldes liberais, que queriam reformas, os constitucionalistas, que desejavam um regime político organizado sob as bases da Constituição de Cádiz, e os monarquistas, que não aceitavam a república e temiam a radicalização.

O arranjo era complexo: a Nova Espanha seria uma monarquia católica independente, governada conforme as disposições da Constituição de Cádiz até a realização de uma nova constituição. O trono seria oferecido a Fernando VII ou, caso este se recusasse, aos seus irmãos. A Igreja Católica teria seus direitos resguardados, o exército teria o papel de assegurar a manutenção do governo e, embora independente, o México reconheceria a união entre espanhóis e americanos, e a Espanha como a pátria-mãe. Assim, buscava-se agradar a todos (ou quase). Segundo a análise de Timothy Anna, garantia-se a estabilidade econômica, a monarquia constitucional e os privilégios da elite, ao mesmo tempo que se prometia a independência e a igualdade, eliminavam-se as restrições aos antigos rebeldes e também aos que apoiavam o regime real. É claro que esse plano atraiu fortemente a elite *criolla*, assim como o clero e os militares.

Com a Espanha mergulhada na turbulência política, o vice-rei, embora tenha tentado, não conseguiu oferecer muita resistência. Após um período breve de conflitos pouco significativos, Iturbide assinou o Tratado de Córdoba com O'Donojú, capitão-general da Nova Espanha recém-nomeado que reconheceu a independência do México. Em setembro, Iturbide chegou à Cidade do México e tornou-se o presidente da Regência do Império mexicano, em 1821.





This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

Resposta Comentada

.....

e a independência, queriam manter seu *status* privilegiado frente às classes populares formadas por índios e mestiços. Por outro lado, a tentativa de implementar a Constituição de Cádiz, de 1812, tampouco obteve sucesso. Alguns grupos de *criollos* criticavam a falta de igualdade na representação de americanos e peninsulares nas Cortes, e as reformas previstas na Constituição eram consideradas muito tímidas. Os índios e mestiços, por sua vez, não seriam considerados cidadãos e, portanto, não enxergavam uma transformação de sua situação. Em 1821, aproveitando a revolução liberal espanhola que enfraqueceu a monarquia de Fernando VII, o coronel Iturbide aliou-se a antigos rebeldes mexicanos e elaborou o Plano de Iguala. Nele, tentava-se agradar a maior parte dos grupos influentes na política do México: afirmava claramente a independência do México, mas a proposta era de formar uma monarquia, com um papel preponderante da Igreja Católica e do exército. Assim, garantia-se a independência com a manutenção da estrutura econômica e das hierarquias sociais.

A formação do Estado nacional mexicano, 1821-1850

A independência do México conquistada em 1821 não significou uma transformação radical nas estruturas sociais do país. O regime imperial de Iturbide sustentava-se em forças tradicionais, ainda que modificadas no decorrer das lutas da década de 1810. O exército, sobretudo os grupos vinculados a Iturbide e a Vicente Guerrero, detinha o poder político. A Igreja Católica, embora bastante debilitada em suas rendas e prerrogativas após o período de guerras, também assumia um papel fundamental na nova nação.

A inalcançável estabilidade: diversificação e regionalização da economia

Apesar do consenso obtido em torno do Plano de Iguala, o governo de Iturbide não conseguiu se estabilizar. Na década de

1820, a economia do México estava debilitada, em especial no setor de mineração e na indústria manufatureira. A dívida pública havia aumentado, enquanto a arrecadação fiscal diminuiu. Além disso, as diferentes facções políticas dificilmente mantinham-se em acordo durante muito tempo. O caminho para a estabilização de um Estado nacional mexicano ainda seria muito longo e cheio de percalços. Entre 1821 e 1850, ocorreram 50 mudanças de governo, 11 delas presididas pelo general Santa Anna, que já despontava como um dos líderes mais influentes do exército em 1821. A crise econômica e as disputas políticas são muito enfatizadas nas explicações sobre a instabilidade desse período. No entanto, para analisar corretamente a situação, é necessário entender um processo que marcou o México pós-independência: a regionalização da economia e da política.

Desde fins do século XVIII, ocorreu um processo de diversificação regional da economia mexicana, que se acentuou nas primeiras décadas do século XIX. Novas regiões passaram a ser ocupadas e utilizadas para a realização de diversas atividades econômicas, em especial ao norte da Cidade do México. Com as dificuldades no transporte e nas comunicações, boa parte da produção e do comércio acabava tendo fortes características autonômicas, restringindo-se à circulação regional e inter-regional. A nova organização política pós-independência, ainda que constantemente modificada, manteve durante algum tempo a característica de distribuir funções e prerrogativas para os governos regionais. Portanto, tanto as atividades econômicas se diversificaram e passaram a gravitar em torno dos polos regionais quanto as próprias instituições políticas deixaram de estar centralizadas na Cidade do México, o que explica a dificuldade de formação de um governo estável e forte que tivesse o controle do país como um todo.

Lutas políticas e vertentes ideológicas

Neste cenário, a primeira metade do século XIX foi um período de lutas entre republicanos e monarquistas, federalistas e centralistas,

e liberais e conservadores. Os grupos políticos constantemente mudavam de posição, faziam e desfaziam alianças, sustentando ou se opondo aos sucessivos governos. Em 1822, o congresso constitucional se reuniu, convocado por Iturbide na Cidade do México. Diante da recusa da Espanha em reconhecer o Tratado de Córdoba e, portanto, em indicar um príncipe Bourbon para assumir o trono mexicano, Iturbide foi proclamado como o novo imperador, com o nome de Agustín I.

Apesar do sucesso e apoio de parte do exército, o novo governo tinha forte oposição. Um grupo formado por nobres mexicanos, *hacendados* e comerciantes preferia ver o Império mexicano governado por um Bourbon. Jornalistas, advogados e o clero progressista, junto com o apoio de setores do exército, tinham ideias republicanas. Quando Iturbide começou a reprimir os opositores, chegando a dissolver o congresso e destituir oficiais, Santa Anna, que então era coronel do exército, se rebelou, exigindo a queda de Iturbide. Conquistando o apoio de diversas facções e da maioria do exército, a rebelião iniciada por Santa Anna levou Iturbide a renunciar. O congresso voltou a se reunir e elegeu um triunvirato, formado por generais do exército. O Plano de Iguala e o Tratado de Córdoba foram anulados, e decretou-se que o México poderia escolher o sistema constitucional que quisesse. As portas para a adoção do regime republicano estavam abertas.

Com o projeto monarquista derrotado e a república vitoriosa, o conflito político passou a ser polarizado pelos federalistas e centralistas. Os primeiros conseguiram a maioria no congresso constituinte, e, em 1824, foi promulgada a constituição mexicana, inspirada no federalismo dos Estados Unidos. O país foi dividido em 19 estados e quatro territórios. Os poderes se dividiam em Executivo, Legislativo e Judiciário. A religião oficial era a católica, e qualquer outra estava proibida de ser exercida. Alguns dos principais líderes que elaboraram a constituição eram antigos rebeldes que lutaram ao lado de Morelos, fazendo com que a constituição de 1824 se assemelhasse em parte à de Apatzingán, de 1814. No entanto,

como lembra Timothy Anna, havia uma diferença fundamental: em 1824 não se falou da igualdade de todos perante a lei. O objetivo era resguardar os privilégios e as imunidades civis e jurídicas que beneficiavam os militares e o clero. O exército, principalmente, havia se tornado, após a derrocada da administração colonial espanhola, o grande sustentáculo do poder na república.

Até fins da década de 1820, os republicanos federalistas mantiveram-se no poder, não sem dificuldades. Enfrentaram divisões internas e forte oposição. O primeiro presidente, o general Guadalupe Victoria, formou um governo de coalizão com os centralistas, que ficou marcado por disputas sucessivas. Em 1828, na eleição presidencial, os federalistas se dividiram entre moderados e radicais. Com o apoio dos centralistas, os federalistas moderados venceram as eleições, mas os radicais lideraram uma rebelião e acabaram conseguindo levar ao poder o também general Vicente Guerrero, mestiço descendente de índios e negros, que ficou pouco tempo no cargo. O vice-presidente Bustamante tomou a presidência de Guerrero, que foi fuzilado em 1831. A partir de então, há uma sucessão de golpes, rebeliões e substituição de presidentes. O general Santa Anna teve um papel destacado, apoiando governos ora federalistas ora centralistas, assumindo ele mesmo a presidência em diversas ocasiões.

É difícil delimitar com precisão a atuação das diferentes facções (liberais e conservadores, centralistas e federalistas etc.), que se pautavam mais por alianças e rivalidades conjunturais e pela lealdade aos estados (no contexto mais amplo de regionalização da economia e da política) do que por princípios ideológicos e programáticos claros. A república de tipo federalista implementada em 1824 deu lugar à república centralista de 1834, referendada pela nova constituição de 1836 e derrubada com a invasão estadunidense em 1846. Em 1836, fez-se um esforço para unificar a república, restringindo a autonomia dos estados e fortalecendo o poder do congresso nacional. O poder Executivo, mais do que em 1824, tinha seus poderes limitados, agora

com a criação do Supremo Poder Conservador (constituído por conselheiros eleitos), que contava com poder de veto, e, inclusive, de remoção do próprio presidente.

A invasão norte-americana: o México perde um vasto território

Fica claro que, nas duas primeiras décadas após a independência de 1821, o poder das instituições políticas estava claramente fragmentado, mesmo durante a república centralista. O Executivo nunca foi forte, e os estados e municípios reivindicavam autonomia em detrimento do governo central. O exército e a Igreja eram as únicas instituições que tinham um alcance nacional. Embora as próprias forças armadas fossem disputadas pelas diferentes facções políticas e fossem condicionadas pelas questões regionais, elas mantiveram um papel preponderante durante a primeira metade do século XIX e foram fundamentais para manter, ainda que com muitas dificuldades, a unidade nacional.

Na década de 1840, a fragilidade política e a vulnerabilidade do México ficaram claras, quando começou a guerra com os Estados Unidos, em 1846. A raiz do conflito tinha sido o movimento de independência do Texas na década anterior. O estado, que fazia parte do território mexicano, contava com muitos colonos americanos, em decorrência da expansão estadunidense para o Oeste, que se acelerava desde a década de 1820. Os habitantes mexicanos do Texas queriam autonomia para organizar seus próprios interesses – sobretudo pelas possibilidades de intercâmbio com os Estados Unidos – e não aceitaram a centralização, declarando sua independência em 1836. A expedição mexicana foi derrotada pelos colonos, com o apoio dos Estados Unidos. Em 1845, o Texas foi incorporado aos Estados Unidos e, em 1846, a guerra começou. Os norte-americanos chegaram a invadir o México, pelo porto de Veracruz, e o conflito foi concluído com o Tratado Guadalupe-Hidalgo, em 1848. O México perdeu aproximadamente metade do seu território (Texas, Novo México e Califórnia) e recebeu uma indenização de 15 milhões de dólares.



Figura 9.2: Territórios mexicanos cedidos aos Estados Unidos.

Os dilemas do México oitocentista

A derrota na guerra foi o estopim para o surgimento de fortes críticas à situação política no México. A persistência de concepções hierárquicas do antigo regime, o voto censitário e um modo aristocrático de fazer política foram alvo do repúdio de uma nova geração de liberais. A invasão estadunidense possibilitou que comandantes liberais das milícias locais organizassem os cidadãos em cada um dos municípios a partir da Guarda Nacional e, ao fim da guerra, esse grupo emergiu exigindo direitos de cidadania e o fim do sistema eleitoral indireto. Essa nova geração queria formar

uma nação a partir de um Estado liberal e federal, deixando para trás a antiga concepção de um conjunto de pátrias regionais unidas por interesses em comum.

A antiga geração de políticos era criticada por não ter conseguido formar um Estado nacional forte no México. As condições econômicas eram desfavoráveis, sobretudo porque a arrecadação fiscal federal era muito débil e não conseguia fazer frente aos constantes déficits e pagamentos de empréstimos contraídos em Londres. Essa fragilidade marginalizou o México no cenário diplomático internacional, e suas relações com os países europeus, sobretudo a Espanha, foram complicadas durante a primeira metade do século XIX. As dificuldades internas (políticas e econômicas) para estabilizar a república e os conflitos externos com os países europeus e com os Estados Unidos foram os grandes obstáculos enfrentados para construir o México independente.



Sobre a independência mexicana

Vale a pena pesquisar na internet algumas páginas sobre a independência do México. A dica de hoje é o *site* sobre o bicentenário da independência e o centenário da revolução mexicana (1810-1910-2010). Lá você pode encontrar documentos, livros e artigos, fotos e gravuras. Além disso, consulte a página da revista *Historia Mexicana*, de El Colegio de México. Você vai encontrar muitos artigos de importantes historiadores sobre a história do México no século XIX. Não deixe de conferir!

<http://www.bicentenario.gob.mx/>

<http://www.colmex.mx/centros/ceh/revistahistoria/>

CONCLUSÃO

Algumas análises do processo de independência dos países da América espanhola tendem a trabalhar de forma muito simplificada os conflitos entre americanos e espanhóis. Os movimentos de independência são vistos unicamente como uma oposição à exploração colonial, e não se leva em consideração as complexidades e diferenças existentes na sociedade colonial e também na metropolitana. Na Nova Espanha, a população formada por índios, mestiços de condições diversas e *criollos* não lutou de forma unificada contra os espanhóis pela libertação do México. Os conflitos entre *criollos*, mestiços e índios, bem como seus diferentes projetos, ajudam a explicar a complexidade do processo de independência na Nova Espanha, que começou em 1808 e só foi concluído em 1821.

Superado o domínio espanhol, essas diferenças voltaram a aflorar. Grupos políticos com fortes vinculações regionais disputavam o controle e a forma do governo nacional. No quadro de dificuldades econômicas e de uma administração descentralizada, a formação do Estado nacional no México foi um processo turbulento, que levou décadas para alcançar um modelo de nação estável. Analisar os conflitos internos, as estratificações entre as classes sociais e seus diferentes interesses é fundamental para superar uma visão laudatória da formação das nações latino-americanas.

O México conquistou sua independência em 1821, mas demorou muito tempo para formar um governo sólido e estável. A historiografia, muitas vezes, costuma explicar essa dificuldade em razão de um suposto atraso cultural e político da população mexicana, que a levava a uma instabilidade crônica e à sucessão de diversos governos e golpes liderados por militares. Apesar de essa instabilidade política ser realmente uma característica do México oitocentista, suas raízes encontram-se em processos mais amplos e complexos do que a muitas vezes alegada falta de preparo e amadurecimento político dos mexicanos. Explique.

[illegible]

As dificuldades encontradas pelos mexicanos para construir um governo central estável não se devem a uma cultura política atrasada da população. A Nova Espanha, desde os últimos anos do século XVIII, passou por um crescimento econômico e populacional que foi marcado pela regionalização. As atividades econômicas se diversificaram e se proliferaram por áreas que até então eram muito pouco povoadas ou estavam distantes do centro de poder da administração

colonial espanhola. Ao longo do processo de independência, essa diversificação econômica foi acompanhada pela descentralização política. A formação de governos regionais, controlados por grupos fortemente vinculados a interesses locais, caracterizou o período da independência e, principalmente, a política mexicana após o ano de 1821. Os conflitos entre republicanos e monárquicos, federalistas e centralistas, liberais e conservadores, além de expressarem distintas concepções ideológicas e políticas, indicavam a defesa de interesses particulares, muitos deles ligados à dinâmica local dos governos regionais. Portanto, embora a instabilidade realmente seja uma característica do México oitocentista, ela está ligada ao processo de regionalização da economia e da política, que tendia a fortalecer os governos regionais em detrimento do poder central.

RESUMO

A crise do Império espanhol, desencadeada pela invasão napoleônica de 1808, abalou profundamente os laços que uniam a Espanha a suas colônias na América. A deposição do rei Fernando VII criou um cenário no qual a população, nas diversas regiões do Império, teve que tomar para si as funções do governo. Na Nova Espanha, conflitos antigos que opunham *criollos* a peninsulares ganharam mais força. Os *criollos* se ressentiam da falta de poder político e perceberam que a ausência do rei possibilitava a criação de um novo regime que pudesse oferecer uma maior autonomia para a América.

A partir de 1810, movimentos e propostas com conteúdos distintos foram experimentados na Nova Espanha. As rebeliões de Hidalgo e Morelos, com forte apelo aos índios e mestiços, acabaram afastando a elite *criolla*, que temia a radicalização. As reformas previstas na Constituição de Cádiz foram consideradas tímidas, pois não se basearam na igualdade de representação

entre americanos e peninsulares. O retorno de Fernando VII ao poder, em 1814, acabou sepultando a tentativa de formar uma monarquia constitucional, e o absolutismo real voltou a assombrar os mexicanos. Os rebeldes foram temporariamente silenciados, mas as perspectivas de construir um México independente já estavam enraizadas. Em 1821, aproveitando-se das turbulências provocadas pela revolução liberal espanhola no ano anterior, o coronel Iturbide, que tinha participado ativamente da repressão aos movimentos insurrecionais no período anterior, aliou-se aos rebeldes e elaborou o Plano de Iguala. Nele, a independência total do México vinha aliada a propostas mais conservadoras, como a formação de um regime monárquico e a manutenção das estruturas econômicas e sociais. A elite *criolla*, o exército e o clero foram fortemente atraídos por essa perspectiva mais conservadora, e a Nova Espanha tornou-se o México independente em 1821.

A construção do Estado nacional mexicano não seria tarefa fácil. Embora Iturbide tenha conquistado o apoio de boa parte dos setores políticos influentes com o Plano de Iguala, sua ascensão ao trono de imperador do México expôs novamente os conflitos que separavam classes e grupos políticos mexicanos. A proposta republicana foi vencedora, e o Império mexicano encerrou sua breve existência, dando lugar à república em 1823. Nesse período, já estava evidente o processo de regionalização econômica e política que vinha acontecendo no México desde fins do século XVIII. As atividades econômicas estavam mais descentralizadas, a população cresceu e se distribuiu em novas regiões do país, e surgiram lideranças políticas fortemente vinculadas a interesses regionais. Nesse contexto, o federalismo tornou-se uma opção política viável. Entretanto, até meados do século XIX, o México viveu uma constante luta política, separando aqueles que desejavam um governo federalista, descentralizado, com forte autonomia regional daqueles que propunham um governo central forte.

As dificuldades econômicas e os conflitos políticos tornaram o México frágil para manter o imenso território herdado do período

colonial. Os Estados Unidos, que vinham em uma vertiginosa expansão para o Oeste desde o início do século XIX, cobiçavam os territórios mexicanos. A incorporação do Texas, de 1845, deflagrou a guerra entre o México e os Estados Unidos. Os estadunidenses, mais organizados e preparados, venceram a guerra e obtiveram um vantajoso acordo, recebendo como butim o território dos atuais estados norte-americanos da Califórnia, Nevada, Utah, Novo México, Arizona e Texas, em troca de uma indenização de 15 milhões de dólares.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos estudar o processo de independência no vice-reino do Rio da Prata e a formação da Argentina. Até lá!

Aula 10

A formação do Estado nacional na América Latina: o caso argentino

Maria Verónica Secreto

Meta da aula

Apresentar o processo de formação do Estado argentino.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. distinguir as peculiaridades do processo de independência e da formação do Estado da Argentina, no contexto maior da formação dos Estados Nacionais, na América Latina;
2. identificar os conceitos de nação, povo, soberania.

INTRODUÇÃO

Você sabia que a Argentina tem duas datas em que comemora a independência? Uma é o 25 de Maio e a outra, o 9 de Julho. Isto confunde muito as crianças em idade escolar: “Por que estamos comemorando a independência em julho, se um mês e pouco atrás comemoramos a semana de maio?” A professora explica que em maio não foi comemorada a independência, mas o início da revolução da independência: sua formalização, isto é, a assinatura de sua declaração, só aconteceu em San Miguel de Tucumán, seis anos depois.



Figura 10.1: Bandeira da Argentina.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/ce/Argentina-Bandera-P2080016.JPG/200px-Arentina-Bandera-P2080016.JPG>

Mais confusas ficariam ainda se a professora explicasse que em 1816, depois de declarada a Independência, ainda não existia a República Argentina. Esta viria a existir como Estado unificado, isto é, como um único Estado-Nação, somente depois de 1862. Em 1816, declarou-se a independência das Províncias Unidas no Sul-América.

Nesta aula, abordaremos o lento processo de formação do Estado argentino que se inicia com a revolução de maio de 1810, passando sucessivamente por diferentes configurações institucionais

e conflitos políticos até formar um Estado-Nação unificado. Depois de declarada a independência, passou muito tempo até chegar ao modelo de República Federal. Primeiro foram os anos da guerra contra a Espanha, depois os conflitos armados no interior do território do antigo vice-reino do Rio da Prata. Dominam a cena política da primeira metade do século XIX:

- as lutas entre federais e unitários;
- os conflitos ao interior da região platina;
- o regime rosista (que estudaremos nesta aula) e os conflitos em torno deste e os pactos estabelecidos entre as províncias argentinas.

A sanção da Constituição de 1853 e a separação entre a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires marcam o início de uma nova etapa que culminou em 1862 com a unificação dentro da ordem liberal.

A independência argentina no contexto das revoluções atlânticas

Relembremos o contexto em que começam as revoluções da independência na América hispânica. Napoleão tinha estacionado seu exército no território espanhol, país aliado nesse momento, com o intuito de invadir Portugal, aliado de seu maior inimigo, a Inglaterra. Mas a presença napoleônica na Espanha transformou-se em algo mais do que uma passagem. Napoleão conseguiu com a ocupação da Espanha que Carlos IV e seu filho Fernando VII abdicassem ao trono em favor dele em seguida, sucedeu o trono da Espanha seu irmão José Bonaparte.

Nas colônias americanas, as notícias europeias foram interpretadas como acefalia do trono espanhol. Ante a “ausência” do rei Fernando VII, os **crioulos** consideraram necessário e oportuno declarar que não reconheciam José Bonaparte como rei da Espanha e de suas possessões ultramarinas. Nesta conjuntura, foram duas

Crioulos

Filhos de espanhóis que haviam nascido em América. Por terem nascido em América, não podiam ocupar alguns cargos da administração colonial, mas exerciam funções econômicas e profissionais com liberdade.

as atitudes assumidas pelos ***cabildos*** das cidades da América: reconhecer a legitimidade das cortes, reunidas em Cádiz, para as quais várias juntas americanas enviaram representantes ou a opção do autogoverno. Uma e outra opção foram tomadas, considerando que se estava “defendendo” as possessões americanas da ameaça francesa em nome de Fernando VII. Esta posição foi denominada pela historiografia de “a máscara de Fernando”.

Cabildo

Unidade administrativa colonial mais próxima do cidadão, na época chamado de vizinho.

Por suas funções, assemelhava-se à Câmara do Brasil Colônia.

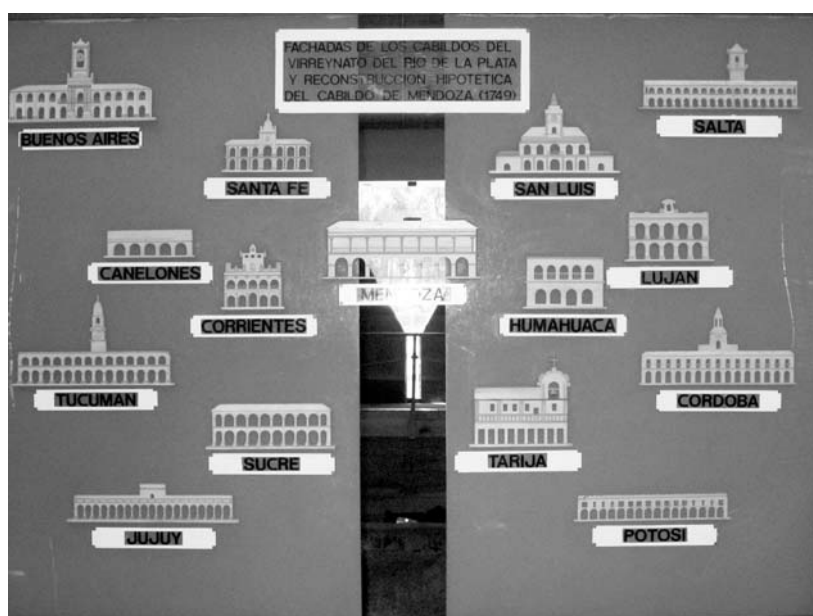


Figura 10.2: Quadro dos principais cabildos do vice-reino do Rio da Prata no qual se pode ler, da esquerda para a direita: Buenos Aires, Santa Fé, San Luis, Salta, Canelones, Corrientes, Humahuaca, Luján, Tucumán, Sucre, Tarija, Córdoba, Jujuy, Potosi.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Cabildo_colonial



“A máscara de Fernando”

Os historiadores chamaram de “a máscara de Fernando” a estratégia seguida pelos *cabildos* americanos que iniciaram o rompimento com a Espanha, alegando defender a legitimidade e legalidade

do soberano Fernando VII. Esta é considerada uma leitura anacrônica em alguma medida, já que os contemporâneos não tinham plena noção de que estavam iniciando a ruptura definitiva com a metrópole. Contudo, esta estratégia explica-se também porque a Inglaterra, que apoiava discretamente as autonomias americanas, era aliada da Espanha. Como disse Saavedra, um dos patriotas do Rio da Prata, que escrevia nas atas: “Fernando, Fernando!”, embora pensasse “independência, independência”.

A semana de maio

Baltasar Hidalgo de Cisneros

Foi o último vice-rei do Rio da Prata. Tinha chegado em 1809, nomeado para esse cargo pela Junta de Sevilha, que tinha assumido a soberania na Espanha ante a prisão do rei. Cisneros substituiu o vice-rei Santiago de Liniers, suspeito de deslealdade à Espanha. Liniers, francês de origem, tinha sido eleito pelos vizinhos de Buenos Aires, depois de ter defendido a cidade das invasões inglesas de 1806 e 1807. Sua escolha local foi ratificada pela Espanha, mas no contexto da invasão napoleônica e ante as constantes denúncias do governador de Montevideu, Francisco Javier de Elío, foi afastado desse cargo.

Cisneros tomou posse de seu cargo em Buenos Aires e de imediato enviou forças para reprimir dois levantes: um em Chuquisaca e outro na Paz. Em ambas, as cidades tinham-se formado Juntas ante a ausência do rei. Durante o ano em que governou o vice-reino, abriu o porto de Buenos Aires ao comércio com as nações amigas – Inglaterra – atendendo a uma demanda local.

A semana de maio constitui o evento inicial da revolução da independência argentina. Começou com a confirmação da queda da Junta de Sevilha quando os franceses tomaram essa cidade, informação que o vice-rei **Cisneros** pretendia manter sufocada. Porém, diante da chegada de um navio inglês no porto de Buenos Aires, foi impossível continuar a manter em sigilo. O próprio Cisneros tinha sido nomeado pela Junta de Sevilha que, ao cair, colocava sua legitimidade em questão. Na Espanha, ainda subsistiam como bastião da monarquia uma Junta em Cádiz e um Conselho da Regência.

No dia 18 de maio de 1810, já se conhecia em Buenos Aires a notícia sobre a queda da Junta de Sevilha. Os patriotas reuniram-se e decidiram solicitar ao vice-rei

a reunião de um ***cabildo aberto***. No dia 20, Cisneros, antes de dar uma resposta, solicitou o apoio dos chefes militares, mas estes lhe foram esquivos. Houve uma nova reunião dos crioulos ante a demora da resposta do vice-rei. A esta nova comitiva Cisneros teria respondido: “Dado que o povo não me quer e o exército abandona-me, façam o que queiram.”

No dia seguinte, enquanto seccionava o *cabildo* em reunião ordinária, um grupo denominado “legião infernal” agitava a praça da Vitória, hoje praça de Maio, desconfiado de que o vice-rei não convocaria esse *cabildo*. Nesse mesmo dia foram distribuídos mais de 450 convites entre os vizinhos, para que participassem da reunião extraordinária do *cabildo*.

No dia seguinte, no *cabildo aberto*, foi discutida a legitimidade do vice-rei e a teoria da retroversão da soberania.

Depois da demorada discussão, votou-se sobre a continuidade ou a destituição do vice-rei. O resultado foi favorável à destituição, e esta posição obteve 69 votos contra 55 pela continuidade do funcionário espanhol. A composição da Junta de Governo que foi aprovada era encabeçada por Cisneros; entretanto, a agitação popular não cessou, obrigando-o a receber uma pequena comitiva, que representava a posição dos crioulos, solicitando sua renúncia. Resultado: foi convocado outro *cabildo aberto* para o dia 25. Desta reunião dos vizinhos saíam a renúncia de Cisneros e a composição da Primeira Junta de Governo. De imediato, comunicou-se às províncias o acontecido e convidaram-nas a que enviassem deputados.

Cabildo aberto

Forma de reunião extraordinária dos *cabildos*, diríamos que sua forma era mais parecida com uma assembleia, do qual podiam participar todos os vizinhos de algumas posses. Tratava-se de uma reunião deliberativa que se convocava diante de assuntos de máxima gravidade, como foram os casos das invasões inglesas e da “acefalia” da Coroa espanhola.



Invasões inglesas

Em 1806 e 1807, as forças britânicas invadiram e ocuparam Buenos Aires. Estes dois acontecimentos deram lugar à autodefesa do vice-reino.

A primeira experiência de repulsão dos ingleses foi conhecida como a Reconquista e a segunda, como a Defesa. Como consequência dessas invasões, os vizinhos de Buenos Aires organizaram a Defesa, criando-se então o Regimento de Patrícios cujo papel seria de fundamental importância durante a guerra de independência. Durante estas invasões, o vice-rei Sobremonte fugiu de Buenos Aires, refugiando-se em Córdoba, desta forma, levando consigo o tesouro do vice-reino, causando indignação aos vizinhos de Buenos Aires. Por esta razão, depuseram-no, nomeando em seu lugar um dos heróis da Defesa, Santiago de Liniers, nomeação ratificada pela Espanha. Curiosamente, Santiago de Liniers era francês, o que constitui um caso excepcional dentro da administração colonial. Tanto a Defesa como a substituição do vice-rei geraram na população de Buenos Aires um sentimento de autonomia que seria difícil de remover para as autoridades coloniais.

Alguns historiadores, sustentando-se na interpretação dos contemporâneos do processo de independência, consideram que os vice-reinos não eram colônias no sentido estrito, mas reinos em igualdade de condições com os outros reinos que formavam parte das possessões da Coroa espanhola. Esta assumia então a forma de confederação de reinos e não de uma monarquia centralizada, como muitas vezes se tem afirmado.

Durante o reinado de Carlos III (1758-1788), houve um intento centralizador, mas em 1808 este processo ainda estava inacabado. Apesar de não terem sido estabelecidas cortes no novo mundo, havia outras instituições corporativas, como as repartições de índios, os ajuntamentos, as universidades, as deputações mineiras, os

consulados mercantis e os grêmios que mostram como as possessões americanas pareciam-se em status e organização aos reinos da Espanha. Muitos dos vice-reinos enviaram deputados às cortes reunidas em Cádiz e foram fortemente ativos durante a constituinte que deu à luz a Constituição de 1812.

Teoria da retroversão da soberania

No século XVIII, havia várias teorias sobre o poder e a origem deste. Uma delas tinha sido cunhada pelos teólogos da Segunda Escolástica, segundo a qual ante a ausência do príncipe a soberania retrovertia ao povo, que era em primeira instância o soberano. Durante os debates no *cabildo*, esta foi uma das questões mais debatidas.

O bispo Leu teria manifestado que, até que ficasse um último espanhol na América, era a este que deviam obediência os americanos. Castelli respondeu que os americanos, como os espanhóis, dois anos antes tinham jurado lealdade ao rei Fernando VII, assim a América não dependia da Espanha, mas de seu monarca a quem tinha jurado obediência e não a outras instituições. Segundo Castelli, a Espanha tinha caducado em seu poder, havia chegado o momento do povo assumir o poder do monarca. A devolução do poder de o povo, quando desaparecia o soberano, era uma doutrina comumente admitida. Ninguém se opôs no *cabildo* depois de exposta por Castelli, nem sequer o bispo Leu.

O que, sim, gerou debate foi por que esse poder deveria retornar ao povo de Buenos Aires. Este ponto foi de fundamental importância naquele dia e nos sucessivos. Em outros pontos da América espanhola, também gerou desconfiança a posição da cidade principal e a suposta supremacia que lhe cabia numa hora de tanta incerteza. Foi o caso de Caracas, por exemplo, na atual Venezuela, ante a qual as outras cidades do reino de Nova Granada preferiram manter a lealdade à Espanha. Melhor, nesse caso, uma dominação distante que “o perigo” de uma próxima.



Silogismo de Chuquisaca

A teoria da retroversão também foi conhecida no Rio da Prata como silogismo de Chuquisaca, já que foi lá e em Charcas, cidades do Alto Peru, onde começou o movimento de independência um ano antes que em Buenos Aires. Foi Bernardo de Monteagudo que disse: “Deve-se seguir a sorte de Espanha ou resistir nas Américas? As Índias são um domínio pessoal do rei de Espanha; o rei está impedido de reinar; portanto, as Índias devem governar-se por si próprias.”

Andrés de Jesús María y José Bello López

Foi escritor, filósofo poeta, filólogo, jurista e educador, nascido na Capitania Geral de Venezuela; foi professor de Simón Bolívar e participou da independência daquela região. Formou parte da primeira missão diplomática patriota a Londres, onde permaneceu até 1829, ano em que retornou à América. Em seu retorno da Inglaterra, radicou-se no Chile, onde agitou a vida intelectual, destacando-se seu trabalho no campo do Direito, no jornalismo e no educativo. Foi o reitor da primeira universidade chilena. Nesta aula, referimo-nos a ele como jurista.

Estado, nação, povo, soberania

Durante muito tempo, a historiografia, sobretudo aquela herdeira da do século XIX que consagrou a nação, considerou as independências americanas como a manifestação de uma nacionalidade preexistente. Assim, a independência argentina não seria outra coisa senão a manifestação e realização de interesses nacionais, contrapostos aos espanhóis.

Devemos frisar que as nações americanas não existiram desde o início da independência, nem isso foi expressão de um sentimento “nacional” preexistente. As nacionalidades não existiam antes da independência, nem imediatamente depois; elas foram o resultado de um processo conturbado, para o qual foi de grande contribuição o Romantismo. Os homens da revolução utilizavam indistintamente nação e Estado. Neste sentido, aparece na documentação da época: uma nação como a unidade de leis, território e governo. O próprio **Andrés Bello** afirmou: “Nação ou Estado é uma sociedade de homens que tem por objeto a conservação e felicidade dos

associados, que se governa por leis positivas, emanadas dela mesma, e é dona de uma porção de território.” Esta definição conheceu no início do século XIX muitas versões.

A teoria da *retroversão da soberania ao povo* foi outro dos nós conceituais na interpretação da natureza das novas experiências políticas. Em primeiro lugar, é importante que o termo “povo”, que além de ter acepções em várias línguas, agrega no espanhol uma definição a mais, a de significar cidade, povoado. Assim, quando os patriotas diziam atuar em nome dos “povos”, no plural ou ainda no singular, estavam se referindo a cidades concretas, a *ayuntamentos*, *cabildos* etc. Assim, a retroversão foi entendida pelos contemporâneos como retorno do poder à cidade. Foi o argumento defendido por Castelli quando afirmou que a soberania deveria ser assumida por Buenos Aires.

A Primeira Junta conseguiu a adesão das cidades que formavam o vice-reino do Rio da Prata com exceção de Córdoba e das cidades do Alto Peru, que tinham participado anteriormente de um levantamento e que se encontravam nesse momento em mãos da reação. Tampouco o Paraguai aderiu nem a Banda Oriental, onde a cidade de Montevideu era um forte bastião da resistência espanhola.

Diante das dificuldades, a Junta Grande agiu para tomar medidas rápidas a respeito da guerra, implantando outro Executivo: o Primeiro **Triunvirato** (1811-1812) e posteriormente outro, o Segundo Triunvirato, que foi o encarregado de convocar a Assembleia Constituinte.

A assembleia, conhecida como Assembleia do Ano XIII, não declarou a independência, mas aprovou uma série de medidas importantes, como:

Triunvirato
Órgão do Executivo
integrado por três
indivíduos.

Mita

Cota de trabalho obrigatório, podia ser agrária, mineira, pastoril ou do serviço doméstico. Estas cotas de trabalho deviam ser cumpridas pelos indígenas como forma de tributação, segundo determinava o *corregidor*, tanto para o serviço do encomendero como do proprietário de terras ou fazendeiro. Os índios eram sorteados para exercer esse trabalho. No caso da mita mineira, esta durava dez meses e não podia exceder um terço da população.

Yanaconazgo

Instituição de origem incaica que foi mantida e adaptada pelos espanhóis. Era uma instituição do chamado serviço pessoal dos índios, mediante a qual os índios sem cacique ou os considerados vagos eram repartidos entre os espanhóis encomenderos para que usufruíssem de seu trabalho. Os espanhóis deviam prover habitação, comida e evangelização.

- a liberdade de ventre e o fim do tráfico de escravos;
- o fim dos títulos nobiliários e dos morgadios, também da **mita** e do **yanaconazgo**, da aplicação de tortura aos réus;
- adotou um hino para as Províncias Unidas do Rio da Prata;
- esta assembleia também fez mudanças no Executivo, nomeando um diretor supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Para esta assembleia, cada Intendência devia escolher dois deputados e cada cidade; um por este motivo, a Banda Oriental enviou seis deputados: dois por Montevideu e um por Canelones, um por San Juan Bautista e San José, um por Santo Domingo Soriano e um por Maldonado. As instruções com que chegaram os deputados orientais eram contrárias à tendência dominante, que era a de não declarar a independência de imediato e de manter o poder centralizado com sede em Buenos Aires.

O Diretório foi uma forma de governo, centralizada e unipessoal. Quando esta forma de governo cessou, depois da Batalha de Cepada, não foi substituída por nenhuma outra que representasse a unidade de todas as províncias que compunham a as Províncias Unidas do Rio da Prata – exceto pela breve presidência de Rivadavia. A representação das partes integrantes foi exercida de fato pelos governadores de Buenos Aires.



Figura 10.3: Mapa que mostra a área das cidades e *cabildos* que enviaram deputados à Assembleia do Ano XIII.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Asamblea_del_A%C3%B1o_XIII



Figura 10.4: Mapa das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1821.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Provincias_Unidas_del_R%C3%ADO_de_la_Plata#Congreso_Nacional_Constituyente



O primeiro presidente

O primeiro presidente da Argentina foi Bernardino Rivadavia, que ocupou o cargo entre 1826-1827. A forma presidencial foi instaurada por causa da chamada Guerra do Brasil (Guerra da Cisplatina para a historiografia brasileira) que demandava unidade de comando. Rivadavia foi presidente antes que uma constituição sancionasse esta forma de governo. A Constituição de 1826 foi sancionada durante sua presidência, mas não foi aceita pelas províncias, que viam com desconfiança a centralização portenha e o unitarismo. Ainda se utiliza na Argentina a metáfora “a poltrona de Rivadavia” para se referir ao cargo presidencial, embora sua presidência e o sistema presidencial nesse momento tenham sido extremadamente efêmeros.

A chegada de Juan Manuel de Rosas

A Guerra do Brasil teve efeitos para além da Banda Oriental. O comando e as tropas que tinham participado da mesma estavam desconformes com os termos do fim da guerra. Lavalle, antigo companheiro de armas de Dorrego, governador da província de Buenos Aires, encabeçou uma revolução que depôs o governador e que ordenou seu fuzilamento. Era o início de um extenso conflito entre federais e unitários.

A cena política, a partir daí e até 1852, foi ocupada por Juan Manuel de Rosas, que foi governador da província de Buenos Aires entre 1829-1832 e entre 1835-1852. Uma persistência entre o período anterior a Rosas e o posterior é a existência do Estado de Buenos Aires com um alto grau de autonomia. Quando Rosas

foi vencido na Batalha de Caseros, um “Estado-Nação” foi criado, unindo as várias províncias na Confederação Argentina. Buenos Aires ditou sua própria constituição e manteve-se autônoma, e assim permaneceu até 1862.



Figura 10.5: Juan Manuel de Rosas.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5d/Juan_Manuel_de_Rosas.jpg/220px:Juan_Manuel_de_Rosas.jpg

Rosas é uma das figuras mais controvertidas da história argentina. Para seus inimigos, Juan Manuel de Rosas foi um ditador que impôs “ordem” através do terror, perseguindo e matando seus opositores. Para seus defensores, foi um verdadeiro patriota que se opôs às pretensões estrangeiras no Rio da Prata. Entre estas duas representações, abordagens mais recentes, elaboradas a partir de um “olhar de baixo”, demonstram as motivações das classes populares no apoio ao governador de Buenos Aires. Tais abordagens

dirigiam-se contra o elitismo, predominante até então, que via o apoio “plebeu” ao Restaurador das Leis como consequência da manipulação que o “caudilho” fazia das massas rurais.

Uma das primeiras preocupações do governador foi estabelecer uma ordem na desordenada província de Buenos Aires, como no Rio da Prata. Uma ordem que fosse a garantia do predomínio do grupo mercantil e pecuarista do qual ele participava. Existiam outros grupos de interesses que se chocavam com os dos pecuaristas e comerciantes, mas não conseguiram se organizar. Buenos Aires controlava a alfândega, e Rosas conseguiu que nenhum poder político legal ficasse acima dele e dos Estados provinciais, pois isto o teria obrigado a redistribuir os ingressos da alfândega e debilitaria seu status de primeiro entre os governadores. A solução foi criar uma Confederação que delegava à figura do governador de Buenos Aires as “agitadas” relações exteriores.

Muitos dos Estados que conformavam a Confederação eram “maduros” na experiência da autonomia e desde 1820 se governavam sem a existência de um poder central. A unidade a esse mosaico de províncias foi dada pela adesão a uma facção política, a federal. Provavelmente, um correntino ou um portenho, diante da pergunta “quem é você”, não teria respondido argentino, mas sim federal. Esta política requeria adversários, já que eram estes os que outorgavam coesão aos federalistas.

O clima hostil ao governo federal tinha-se manifestado desde o início pela imprensa unitária. Esta foi outra das frentes em que se deu o confronto entre federais e unitários.

O Pacto Federal (1831)

O Pacto Federal deu lugar à organização das Províncias do Rio da Prata. O Pacto organizava as províncias numa confederação de caráter provisório, mas ele funcionou como uma constituição até a queda de Rosas e a sanção da Constituição de 1853. Foi o caráter

soberano das províncias que deu lugar a esta forma confederal, na qual as províncias, durante este período, tinham alfândegas interiores e exércitos provinciais e usaram sua própria moeda.

As províncias signatárias do pacto foram Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios. Pouco depois, aderiram Corrientes, Mendoza, San Luis, San Juan, Salta, Tucumán, Catamarca, La Rioja, Córdoba e Santiago del Estero.



Figura 10.6: Bandeira confederal.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Pacto_Federal_\(Argentina\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Pacto_Federal_(Argentina))

Segundo o historiador Ricardo Salvatore, o regime rosista tratou-se de um republicanismo de exceção. Neste regime, para manter a sustentabilidade do sistema representativo – chamando periodicamente a eleições –, Rosa teve de concentrar faculdades dos outros poderes e suspender algumas das liberdades individuais. A ordem que se instaurou em 1835 não foi liberal, não pretendia defender os interesses dos indivíduos, mas do sistema federal. Por isto, a Sala de Representantes tinha concedido a Rosas assumir com a soma do poder público. Cada ano, o governador era ratificado, através de eleições nas que participava grande número de eleitores.

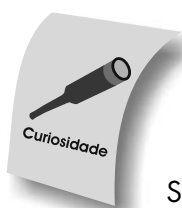
O sistema republicano, segundo os defensores do federalismo, não perdia com os poderes excepcionais, mas ganhava, já que esta era a única maneira de defender seus princípios. Os instrumentos usados por Rosas para combater a oposição foram muitos: perseguição, confisco, assassinatos, censura e obrigação de usar o distintivo vermelho dos federais. A exclusão e a intolerância formavam parte do federalismo rosista.

O republicanismo rosista sustentou-se em uma ordem baseada em um mundo rural estável e harmônico. Desde que Sarmiento qualificou Rosas como o *"terratiente"*, que tira as terras de seus inimigos, que possui terras e que concede terras para seus amigos, a relação entre Rosas e a terra ficou consagrada. Se bem é verdade que Rosas foi um grande fazendeiro que fundamentou seu poder no universo rural, ultimamente se tem matizado que seu sustento político vinha somente dos grandes proprietários. Seu regime consagra uma ordem proprietária, mas não uma ordem de grandes proprietários, como tinha imaginado Sarmiento: os pequenos lavradores e pastores eram a garantia do regime. Se a unidade era outorgada pelo federalismo, a ameaça eram os unitários, que no imaginário rosista eram um grupo de conspiradores das classes altas.

Depois de ter governado a província entre 1829 e 1832, Rosas dispôs-se a conquistar terras para a atividade pecuarista. Em 1833, tinha conseguido mais prestígio e, claro, o apoio da classe proprietária.

Rosas ainda rejeitara a nomeação para governador da província de Buenos Aires que a Sala de Representantes oferecia-lhe. Para alguns historiadores, com esta estratégia política, buscava que lhe oferecessem novamente a soma do poder público, para outros pretendia chegar ao governo da província, tendo um maior consenso. Em 1833, houve um levantamento do qual participaram ativamente os setores subalternos, politizados desde as invasões inglesas. Este levantamento ficou conhecido como Revolução dos Restauradores.

Durante toda a campanha a favor de seu retorno, Rosas ficou distante, no campo. Sua esposa, Encarnación Ezcurra, fazia as negociações e mobilizava recursos humanos na cidade. Novamente, a instabilidade instaurou-se. A Sala de Representantes substituiu o governador Balcarce por Viamonte. Mas os ânimos não se tranquilizaram até que um ano depois foi nomeado Rosas novamente como governador.



Dona Encarnación Ezcurra de Rosas: uma mulher de talento

Segundo o general Tomás de Iriarte, unitário, em suas memórias:

A mulher de Rosas, Dona Encarnación Ezcurra de Rosas, era agente deste em Buenos Aires: ela encorajava os descontentes e provocava diariamente a rebelião. Mulher vulgar, sem educação nem costumes, contatou-se com os homens mais escuros e degradados... não desdenhou os açougueiros nem os homens mais corrompidos e imorais, perseguidos por seus crimes em épocas recentes (...) trabalhou com obstinação e forte empenho, utilizando todas as formas vergonhosas e vedadas ao sexo pudico e não há dúvidas que teve uma parte muito ativa, que foi a alma e diretriz dos sublevados e a causa mais eficiente do triunfo que mais tarde obtiveram.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia a Declaração da Independência da Argentina e defina:

- a) O que significam nela os termos “províncias” e “povos”?
- b) Qual o argumento apontado no texto para justificar a independência?

Nós, os representantes das Províncias Unidas em Sul América, reunidos em congresso geral, invocando o Eterno que preside o universo, em nome e pela autoridade dos povos que representamos, protestando ao Céu, às nações e aos homens todos do globo, a justiça que regra nossos votos: declaramos solenemente à face da terra, que é vontade unânime e indubitável destas Províncias de romper os violentos vínculos que os ligavam aos reis de Espanha, recuperar os direitos de que foram despojados e investir-se do alto caráter de nação livre e independente do rei Fernando VII, seus sucessores e metrópole. Ficam, em consequência de fato e de direito, com amplo e pleno poder para se darem as formas que exija a justiça e impere ao máximo suas atuais circunstâncias. Todas e cada uma delas assim o publicam, declaram e ratificam, comprometendo-se por nosso meio ao cumprimento e sustentação de esta sua vontade sub o seguro e garantia de suas vidas haveres e fama...

[illegible]

Resposta Comentada

a. O termo “província” refere-se às deputações que enviaram representantes para o Congresso de Tucumán. A expressão “os povos que representamos” tem a ambiguidade de que falamos anteriormente, significa tanto as cidades de que são representantes os congressistas, como dos povos soberanos que delegaram a eles essa soberania para decidir a forma de governo e instituições que regeriam o Estado independente que se estava criando.

b. Ainda o texto da declaração da independência introduz uma justificativa para tal: a violência dos vínculos que uniam os povos americanos com a Espanha; com isto criticava-se toda a conquista, portanto o texto aponta para a ideia de que se estavam recuperando direitos antigos usurpados no processo de criação de uma nação independente.

Terror de Estado e Sociedade Popular Restauradora

A polícia ideológica do regime era a Sociedade Popular Restauradora, que se encarregava de identificar e tirar do corpo da República os “selvagens unitários”. Seu temível braço armado era a Mazorca, que realizava as ameaças e os assassinatos. Atuava à noite e podia realizar disparos contra uma moradia, quebrar janelas, invadir domicílios em busca de provas ou realizar assassinatos. Quem era “visitado” provavelmente no dia seguinte seguia para o exílio. Chile e Uruguai eram os destinos preferidos pela oposição. O pico da curva do terror aconteceu em 1840. A partir de 1841, quando

uma das maiores ameaças ao Regime, Lavalle, foi neutralizada, os assassinatos fizeram-se muito esporádicos.

Do exílio, a oposição não deixava de atuar na área em que melhor o fazia: a das ideias. A chamada “geração de 37” estava composta por um grupo de jovens intelectuais que de alguma forma eram herdeiros e beneficiários do programa unitário/ilustrado rivadaviano, que durante sua participação como ministro e depois como presidente tinha iniciado um amplo plano de reformas liberais. Tais reformas consistiram em criação de colégios, Museu de História Natural, Arquivo Nacional, Observatório Astronômico. Quase todos os membros dessa geração, que eram do interior, tinham conseguido estudar em Buenos Aires, graças a bolsas do Estado. Uma exceção a esta trajetória foi a de Domingo Faustino Sarmiento, um dos membros mais proeminentes dessa geração, mas que foi quase um autodidata.

Esta foi a geração que assumiria o poder na Argentina na queda de Rosas. Esta geração representa o primeiro grupo de intelectuais *rioplatenses*, cuja identidade originária não guardava vínculo com as instituições e crenças do passado barroco colonial. Essa geração combinou Romantismo e Ilustração. O que os unia era a defesa de valores universais que se constituíram em programa político: progresso econômico, social, político e cultural. Quem devia conduzir o corpo da sociedade era o Estado. A partir do exílio, esta geração vai se concentrar no principal objetivo: oposição a Rosas, a fim de derrotá-lo.

Uma série de derrotas do movimento contra Juan Manuel de Rosas, que tinha articulado um conjunto de ações no final da década de 1830, desanimou o grupo ao ponto de sair da cena política.

Entre os escritos deste grupo se destacam *O matadouro*, de Esteban Echeverría; *Facundo. Civilização e barbárie*, de Sarmiento; *Bases e pontos de partida para a organização política argentina*, de Juan Bautista Alberdi, *Amália*, de José Mármol etc.



Fragmento de *Amália*, de José Mármol

Um copo de sangue

O secretário de Rosas acabava de ler para Dom Juan Manuel as listas de classificação dos cidadãos: federais e unitários.

– Há concluído, Excelentíssimo senhor.

– Então deixe ali, vai separando as outras listas para ler depois; mas quando veja unitários nesses papéis, leia-me “selvagens unitários”. Pegue Corvalán, leve-as a Maria Josefa e diga que selecione que amanhã levarei outras.

– Nada mais, Excelentíssimo senhor?

– Nada mais.

Corvalán saiu.

Nesse momento, tomou Rosas o copo de água das mãos do assistente. A porta de vidro da sala dava ao Oriente e os vidros estavam cobertos por cortinas de coco, cor encarnado. O sol estava levantando-se entre seu radiante pavilhão de rubro; e seus raios quebrando-se nos vidros da porta e a luz, tomando a cor das cortinhas, vinham refletir com eles na água do copo, numa cor de sangue e fogo.

Este fenômeno da ótica levou o terror à imaginação dos secretários, que, ferida pela ideia que acabavam de compreender em Rosas, ao mandar as classificações para sua irmã política fez-lhes acreditar que a água tinha se convertido em sangue e subitamente se detiveram pálidos como a morte.

A ótica e sua imaginação, no obstante, tinham-se combinado para representar, sob o prisma da ilusão, a verdade terrível desse momento.

Nesse momento, bebia sangue, suave e respirava sangue. Concertava na sua mente e disponha os primeiros passos das degolas que banhariam logo a infeliz Buenos Aires.

(José Mármol, *Amália*, 1851. Buenos Aires, Imprensa Americana, 1855).

Como de costume, ano após ano, Rosas renunciava à representação das relações exteriores, e todos os anos essa renúncia era rejeitada pelas províncias que compunham a Confederação. Até que, em 1851, Justo José de Urquiza aceitou a renúncia em nome da província de Entre Rios que governava e reassumiu a representação exterior. Isto se conhece como o “pronunciamento” de Urquiza. A província de Entre Rios reivindicava a tempo a livre navegação dos rios interiores para poder ter acesso ao mercado externo sem passar por Buenos Aires, mas Rosas nem Buenos Aires estavam interessados nisso.

O pronunciamento foi o início da campanha antirrosista empreendida por Urquiza, que conseguiu a aliança de Uruguai, Brasil e Corrientes para enfrentar o governador. A Batalha de Caseros teve lugar no atual Palomar, nos arredores da Buenos Aires de então. Em 3 de fevereiro de 1852, o exército da Confederação Argentina, a mando de Juan Manuel de Rosas, foi vencido pelo Exército Grande, composto por forças do Brasil, Uruguai e as províncias de Entre Rios e Corrientes. Este exército foi liderado por Justo José de Urquiza. A batalha implicou o fim do regime rosista. Depois da derrota, Rosas renunciou e exilou-se na Inglaterra, onde viveu até sua morte.

Os vencedores ainda se enfrentariam para impor um modelo de organização para o país. Até então, os tinha unido o inimigo comum, Rosas, mas, removido este obstáculo, os “portenhos” e Urquiza agora descobriam que não tinham tanto em comum: federais antirrosistas, unitários, jovens intelectuais, autonomistas dividiram-se em diferentes grupos políticos.

No dia 5 de março de 1854, Justo José de Urquiza e Salvador María del Carril, presidente e vice-presidente, eleitos pela Confederação Argentina, prestaram juramento diante do Congresso, reunido em Santa Fé.

Ao mesmo tempo, rosistas e antirrosistas de Buenos Aires uniram-se para assegurar a unidade e supremacia da província bonaerense frente ao avanço do interior. Urquiza convocou os governadores das províncias para firmar um acordo, conhecido como o Acordo de San Nicolás, com o objetivo de garantir finalmente a sanção de uma constituição. Cada província cedia parte de sua soberania num poder central. O novo modelo integrador tinha bases no liberalismo econômico, aprovou a livre circulação dos rios e o fim das alfândegas interiores.

A legislatura bonaerense rejeitou esse acordo. Na ausência de Urquiza, que se encontrava em Santa Fé na abertura do Congresso Constituinte, explodiu uma revolução em Buenos Aires. Tropas federais sitiaram Buenos Aires, tentando desta forma obrigá-la a aceitar o acordo de San Nicolás.

Buenos Aires seccionou-se. Existiram por algum tempo dois Estados: a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires. As tensões políticas e a guerra econômica entre ambos os Estados levaram à guerra de fato. Ambos os exércitos enfrentaram-se, em 23 de outubro de 1859. As tropas portenhas, a mando de Mitre, foram derrotadas.

Por um novo pacto, o de San José de Flores, Buenos Aires entraria na Confederação, contanto que suas propostas de reforma fossem aceitas pela Constituição. Mas não se fixou o prazo para o ingresso de Buenos Aires e esta demorava em fazê-lo, mantendo nesse tempo o controle sobre as rendas alfandegárias. Houve outro e último confronto no campo de batalha. Em Pavón, as tropas portenhas sobrepuseram-se às da Confederação.

Foi então que Mitre projetou sua influência sobre todo o país, vencendo os governadores federais nos meses que se seguiram a Pavón. Em algumas províncias, foram os mesmos unitários locais que venceram os governadores, em outras foram as forças de Buenos Aires; outras províncias aceitaram o fim da antiga Confederação e reorganização em mãos de Buenos Aires.

Pouco depois, em 1862, Mitre foi eleito presidente da nação, em eleições organizadas pelos novos governos. Começou assim uma nova etapa da história argentina. Mitre inicia um governo nacional com a preponderância de Buenos Aires e do liberalismo. Ainda tendo a pecuária como principal atividade exportadora, a Argentina conheceria uma etapa de grande crescimento das exportações e de transformações, ocasionadas pela organização do Estado nacional. Durante as chamadas presidências fundadoras, Mitre, Sarmiento e Avellaneda (1862-1880), deu-se a unidade política e criaram-se as instituições que consolidaram o Estado. Inicia-se uma etapa de modernização em que ingressaram capitais ingleses, sobretudo na área de infraestrutura comercial, fomentou-se a imigração, criaram-se escolas, expandiu-se a fronteira agrícola.

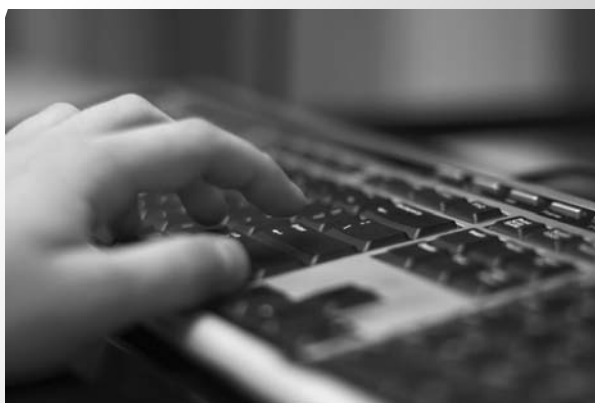


Atende ao Objetivo 1

2. Observe o mapa (**Figura 10.3**, indicada anteriormente) que cobre a área das cidades que enviaram deputados à Assembleia do Ano XIII e mencione quais os países que hoje formam parte desse território.

Resposta Comentada

Os países são Argentina, Bolívia e Uruguai.



Jakub Krechowiec

Os países da América Latina comemoram desde o ano passado o bicentenário das independências. Grandes festas populares foram feitas e estão programadas para celebrar esse fato.

Portal sugerido: <http://www.bicentenario.argentina.ar/>

Fonte: http://www.sxc.hu/pic/m/s/sq/sqback/1260787_hand_on_keyboard.jpg.

CONCLUSÃO

Nesta aula, abordamos a conformação do Estado argentino. Para tanto, contextualizamos o processo da guerra de independência americana que se iniciou em 1810, quando vários *cabildos* hispânicos,

na conjuntura das invasões napoleônicas à Península Ibérica, pronunciaram-se e formaram juntas tendentes ao autogoverno. No caso do que seria a Argentina, o *cabildo* principal, Buenos Aires, teve uma ativa participação no processo de independência iniciado em 1810.

Neste processo, foram traçados os destinos políticos do Rio da Prata, influenciando as províncias do que tinha sido o vice-reino. Mas o território que formava aquela unidade da administração espanhola não foi mantido como uma unidade, algumas províncias separaram-se desde cedo, como o Paraguai, outras através de uma agitada vida política, como o Uruguai, e outras através da tenaz resistência espanhola, como o Alto Peru.

Entre 1810 e 1816, quando se declara a independência, foram ensaiadas diferentes formas de governo: o Triunvirato, o Diretório, a Assembleia Constituinte. Depois de 1816 e de uma nova Constituição, continuaria a exercer o poder central um diretor supremo até 1820, quando se inicia o período chamado de “anarquia”, porque não há nenhuma autoridade central que empossa a nação. Como temos visto, a representação das províncias, em matéria de relações internacionais, recaiu neste período sobre os governadores da província de Buenos Aires, sendo Juan Manuel de Rosas o governador que dominou o cenário político entre 1829 e 1852.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Leia o resumo das Instruções com que os deputados da Banda Oriental apresentaram-se na Assembleia do Ano XIII e explique quais as ideias que se chocaram com os interesses portenhos.

Primeiro pedirá a declaração da independência absoluta de estas colônias (...)

“Art. 2 - Não admitirá outro sistema que o de Confederação para o pacto recíproco com as províncias que conformam nosso Estado.”

“Art. 4 - Como objetivo do governo deve ser conservar a igualdade, liberdade e segurança dos cidadãos e dos povos, cada província formará seu governo sob essas bases, ademais do governo Supremo da Nação.”

"Art. 7 - O Governo Supremo entenderá somente nos negócios gerais do Estado. O restante é peculiar ao governo de cada Província."

“Art. 10 - Que esta Província pela presente entra separadamente na firme liga de amizade com cada uma das outras para sua defesa comum, segurança de sua liberdade e para sua mútua e geral felicidade, obrigando-se a assistir a cada uma das outras contra toda violência ou ataque feitos sobre elas, ou sobre alguma delas por motivo de religião, soberania ou algum outro pretexto qualquer que seja.”

"Art. 12 - Que o porto de Maldonado seja livre para todos os barcos que concorram para introduzir e exportar frutos, estabelecendo-se uma alfândega naquele povoado..."

“Art. 13 - Que o porto de Colônia seja igualmente habilitado nos termos prescritos no artigo anterior.”

"Art. 19 - Que precisa e indispensavelmente seja fora de Buenos Aires onde resida o sítio do Governo das Províncias Unidas."

[illegible]

Resposta Comentada

Os deputados da Banda Oriental chegaram à Assembleia do Ano XIII com um conjunto de Instruções cujo conteúdo não coincidia com a tendência dominante na Junta. Em primeiro lugar, a Junta era contrária às Instruções em si. Em segundo lugar, os artigos continham ideias contrárias aos interesses de Buenos Aires. O primeiro instruía sobre a necessidade de declarar a independência de imediato, posição que a Junta não compartilhava; os artigos dois, quatro, sete e dez adotavam o sistema confederal, princípio não adotado pela Junta, nem a Assembleia. Os artigos doze e treze estabeleciam a livre navegação dos rios interiores para chegar a outros portos e também habilitação para o livre-comércio ademais do de Buenos Aires que, mantendo a "hegemonia" portuária, favorecia-se com os ingressos alfandegários. Por último, o artigo dezenove explicitava a necessidade de que o governo residisse fora desta, temendo que, sendo a sede do governo, aumentasse ainda mais a força de gravitação de Buenos Aires.



Fonte: http://www.sxc.hu/pic/m/j/ja/jaylopez/975854_film_clapper_1.jpg.

Filme sugerido: *Camila* (1984).

Direção: Maria Luisa Bemberg.

Num belíssimo casarão colonial com jardim de magnólias de frente para o rio, Camila O’Gorman toca piano, e não muito distante se escutam os sinos da Igreja do Socorro, onde o jovem padre Ladislao Gutierrez oficia missa.

Camila, educada sob severas normas tradicionais, apaixonar-se pelo jovem jesuíta. Seu tio, Juan Manuel de Rosas, não perdoará essa traição.

RESUMO

Nesta aula, abordamos o processo de formação do Estado argentino, iniciado em maio de 1810, quando, seguindo a onda juntista que varreu o mundo hispânico, formou-se a Primeira Junta de Governo, em Buenos Aires. As juntas foram sendo proclamadas na Espanha e na América ante a invasão napoleônica à Espanha e a prisão de Fernando VII.

Durante a semana de maio, em que o *cabildo* de Buenos Aires seccionou em sua forma “aberta”, foram expostas e debatidas as diferentes teorias sobre a legitimidade do poder. Nestes debates espanholistas e revolucionários, americanos enfrentaram-se com opiniões divergentes. Vimos um exemplo desse enfrentamento nas palavras do bispo Leu e de Mariano Moreno.

Também abordamos as divergências, fundamentadas em diferentes projetos políticos, dentro dos grupos independentistas, como o protagonizado entre Buenos Aires e a Banda Oriental. As primeiras e instáveis formas de governo foram outro exemplo das divergências de projetos.

O governo de Rosas é um dos períodos mais controvertidos da historiografia argentina. Considerado por muitos um caudilho personalista e arbitrário, que conseguiu chegar e sustentar-se no poder graças ao apoio dos fazendeiros que se beneficiaram com sua conquista de terras e com os peões rurais manipulados e enredados em relações patriarcalistas. Para outros, Rosas foi o patriota que finalmente conseguiu pôr ordem na insegura Argentina, castigando os criminosos e assegurando terras para a produção. A historiografia mais recente tem mostrado que, durante seu governo, o sufrágio foi exercido amplamente, que a ordem que estabeleceu baseou-se na pequena propriedade. Essas pesquisas não descartam o terror com que conseguiu manter a unidade em torno do “ideal” federal e contra o inimigo unitário.

O fim de seu regime chegou quando Urquiza conseguiu reunir uma “frente antirrosista”, composta por unitários, federais antirrosistas, brasileiros e uruguaios colorados. Este grupo heterogêneo não podia chegar a um acordo sobre o programa de governo e, logo em seguida, voltou a aparecer o antagonismo Buenos Aires e o Interior. Depois da Constituição de 1853, Buenos Aires separou-se, formando o Estado de Buenos Aires. Buenos Aires uniu-se à Confederação depois de 1862, quando conseguiu vencer o interior, impondo seu projeto político no qual a Confederação não perdia a primazia.

Aula 11

A independência de Cuba

Gabriel Aladrén

Meta da aula

Apresentar noções gerais sobre o processo de independência de Cuba. Serão analisadas algumas características da sociedade cubana na segunda metade do século XIX e a relação entre as guerras de independência, a política colonial espanhola e as transformações na sociedade cubana.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as condições gerais de Cuba durante a Guerra dos Dez Anos e suas consequências para o processo de abolição da escravidão;
2. definir as causas e as características gerais do processo de independência de Cuba na década de 1890.

INTRODUÇÃO

A história de Cuba no século XIX é bastante complexa. Nesse século, a ilha se tornou uma grande produtora e exportadora de açúcar, café e tabaco, produzidos em grande parte com a utilização da mão de obra escrava. Ao contrário do que aconteceu nas regiões espanholas da América continental, que se tornaram países independentes nas primeiras décadas do século, Cuba, junto com Porto Rico, se manteve como uma colônia da Espanha.

Em uma época de afirmação dos Estados nacionais, essa situação se tornou potencialmente explosiva, e o nacionalismo cubano adquiriu força a partir de 1860. Nesta aula, vamos estudar o processo de independência de Cuba, desde a primeira tentativa durante a Guerra dos Dez Anos até a efetiva independência da Espanha, em 1898.



Figura 11.1: O Caribe.

Fonte: <http://caribbean-direct.com/>

A Guerra dos Dez Anos (1868-1878)

O início da guerra e os projetos dos rebeldes

O Império espanhol entrou em colapso com as revoluções de independência (1810-1826). Todos os domínios da América continental foram perdidos, e novos países independentes surgiram de norte a sul. Porto Rico e Cuba foram as últimas colônias da Espanha no Caribe mantidas a partir de uma reformulação das relações coloniais.

As elites cubanas e porto-riquenhas, em troca de sua lealdade à Espanha, receberam vantagens da administração colonial, de modo a consolidar as bases de suas propriedades territoriais, possibilitando a expansão das **plantations** escravistas e uma certa liberdade de comércio. A economia das Antilhas espanholas estava em expansão desde fins do século XVIII, baseada principalmente na produção de açúcar com mão de obra escrava, facilitada pela ruína da produção concorrente de São Domingos após a Revolução Haitiana. O temor dos *criollos* cubanos de que se verificasse uma radicalização como a que ocorreu no Haiti e, ao mesmo tempo, a prosperidade econômica baseada na expansão da produção açucareira os levaram a declinar qualquer tipo de desejo pela independência.

Plantation

Unidade produtiva baseada na produção em larga escala, com uso intensivo de mão de obra escrava, de um gênero agrícola voltado para a exportação, tais como açúcar, algodão e café.

Esse quadro se manteve, em linhas gerais, até a década de 1860. Nessa época, o governo espanhol envidou esforços para reformular sua política colonial. Em 1866, foi convocada uma reunião que incluía delegados das colônias para discutir as reformas. Os delegados de Porto Rico propuseram a abolição da escravidão, e propostas para favorecer a imigração de trabalhadores assalariados brancos e para conceder mais autonomia administrativa para as colônias foram feitas. Os delegados cubanos eram reticentes em relação à abolição e só podiam concordar com uma proposta de emancipação gradual para um futuro longínquo. Sugestões como a liberdade dos recém-nascidos e dos escravos com mais de 60 anos de idade foram aventadas.

No entanto, mesmo essas propostas moderadas sofreriam uma forte resistência dos proprietários cubanos. Nesse contexto, o governo espanhol não aceitou os pedidos de reformas fiscais e administrativas e nem concedeu os direitos reclamados pelos habitantes das colônias. Além disso, embora tenha cancelado alguns tributos de menor importância, criou um novo imposto sobre a arrecadação, o que deixou os cubanos insatisfeitos. Segundo Rebecca Scott, os novos impostos, combinados com um arraigado sentimento de nacionalismo, serviram para fortalecer a oposição dos cubanos à dominação espanhola.

Em 1868, na parte oriental da ilha de Cuba, Carlos Manuel de Céspedes e um grupo de conspiradores se rebelaram – no episódio chamado de *Grito de Yara* –, dando início à Guerra dos Dez Anos (1868-1878), também conhecida como *Guerra Grande*. Da rebelião participaram proprietários *criollos* da região oriental, que vinham perdendo terreno à medida que a produção açucareira do lado ocidental crescia. Os novos impostos criados na década de 1860 se tornaram pesados para pequenos agricultores e comerciantes. Intelectuais da região oriental também vinham desenvolvendo a ideia de uma identidade *criolla* em oposição ao domínio espanhol e inclusive tinham participado de conspirações anteriores, sendo que alguns estavam exilados nos Estados Unidos. Camponeses negros, brancos e mulatos também aderiram.

Os objetivos dos rebeldes e a forma como conduziram a luta eram muito distintos. Alguns desejavam apenas uma maior autonomia dentro do sistema colonial espanhol, outros queriam que Cuba fosse anexada aos Estados Unidos e havia ainda os que desejavam uma independência nacional. A questão da abolição também era muito controversa. No início da rebelião, Céspedes recomendava a emancipação gradual, com o pagamento de indenizações, mas logo reformulou sua proposta indicando que a propriedade privada deveria ser respeitada, que os escravos que fugissem para se incorporar aos rebeldes não deveriam ser aceitos e que a abolição

seria promovida após a vitória. Havia uma forte preocupação com a rebelião dos escravos, além do desejo de agradar aos proprietários do Oeste, onde prosperavam as *plantations*.

Outros grupos rebeldes, de regiões que não contavam com uma quantidade significativa de cativos, deram um passo adiante e decretaram a abolição com a promessa de indenização futura. Muitos escravos foram libertados, mas não receberam um tratamento igualitário e ficaram submetidos a diversas formas de controle e regulamentação de seu trabalho. Os que ingressaram nas fileiras do exército rebelde, ao mesmo tempo que podiam exercer novos direitos, sofriam a discriminação racial. Enfim, a política dos rebeldes em relação à abolição era ambivalente, variava conforme as condições específicas de cada região rebelada. Nas áreas ricas de produção de açúcar no Oeste, com grande concentração da população escrava, a rebelião não teve sucesso.



Cuba e o açúcar

A produção de açúcar em Cuba no século XIX dependia profundamente da escravidão. Em 1868, a produção ultrapassava as 700 mil toneladas, e mais de 40% do mercado mundial era dominado pelo açúcar cubano. Existiam plantações de diversos tipos, desde aquelas que empregavam centenas de escravos e utilizavam engenhos mecanizados até a pequena produção em geral voltada para o consumo local.

A Lei Moret

No entanto, os acontecimentos dos primeiros anos da rebelião trouxeram mudanças. A Espanha percebeu que, para pacificar a ilha, seria necessário encaminhar, de alguma forma, a questão da escravidão. Embora a política emancipacionista dos rebeldes tenha sido tímida, muitos escravos fugiram e outros se engajaram no exército. Os negros livres apoiavam os insurretos e também viam no apoio do governo norte-americano (que recém-abolira a escravidão em seu país durante a Guerra Civil) uma oportunidade para conquistar a abolição.

O governo espanhol estava em uma situação delicada: de um lado, era preciso reduzir o apoio dos negros e dos abolicionistas à rebelião; de outro, não podia prejudicar a produção de açúcar e afastar os grandes proprietários escravistas. Na própria Espanha havia pressões abolicionistas feitas por grupos liberais.

A solução foi a aprovação de um projeto do ministro do Ultramar Segismundo Moret em 1870, conhecido como Ley Moret. Nele, previa-se a libertação de todos os escravos nascidos depois de setembro de 1868 e de todos os escravos acima de 60 anos. Também foram promulgadas medidas para melhorar o tratamento dos escravos e reduzir os castigos físicos.

Para Rebecca Scott, os debates que precederam a Lei Moret expressavam uma espécie de liberalismo formal, em que a denúncia da escravidão se combinava com uma excessiva cautela e pragmatismo. Temia-se que a abolição conduziria o país a uma guerra racial ou a um domínio dos negros. Também havia preocupações com a produção econômica e, consequentemente, com a arrecadação de impostos por parte da Espanha, que dependia da mão de obra escrava. A Lei Moret foi um esforço da Espanha para conter a insurreição, se colocando em uma posição moral elevada para receber a gratidão dos libertos e da população livre de cor, mas, ao definir um programa extremamente moderado e gradual, na prática impedia que se conquistasse a verdadeira abolição.

O desenrolar da Guerra dos Dez Anos

Após o *Grito de Yara*, a Espanha iniciou seus esforços para reorganizar o exército, que era pouco numeroso e dificilmente faria frente aos rebeldes. Os grandes comerciantes, empresários e fazendeiros pró-espanhóis contribuíram economicamente e, em pouco tempo, o número de voluntários pulou de 10.000 para quase 60.000, muitos deles vindos diretamente da metrópole.

Os combates se alastraram na parte oriental da ilha (Yara, Bayamo, Manzanillo, Jiguaní, Las Tunas e Holguín), onde chefes locais se juntaram aos rebeldes. O exército rebelde ganhou força e inclusive fundou jornais para propaganda, além de receber o apoio veiculado na imprensa estrangeira (particularmente nos Estados Unidos). Em abril de 1869, foi criada uma república independente, após uma assembleia que reuniu representantes das regiões rebeladas. Nesse momento, as principais disputas entre os rebeldes se davam entre os independentistas e os que queriam a anexação aos Estados Unidos. Em 1873, Céspedes, que representava o ideal da independência, foi deposto da presidência, entrando em seu lugar Salvador Cisneros Betancourt. As divisões ideológicas iam se acirrando, e isso se refletiu também no campo militar. Ao mesmo tempo, estava sendo preparada uma invasão no lado ocidental da ilha, considerado fundamental para rechaçar os espanhóis.

A Espanha elaborou um plano para pacificar Cuba. Em 1876 foi enviado um novo comandante militar que trouxe consigo um exército de 30 mil homens. A ideia era forçar os rebeldes a chegar a um acordo, então foram tomadas medidas políticas e militares para ganhar a confiança de alguns chefes, demonstrando que havia uma boa vontade em garantir um fim pacífico e sem retaliações. Os historiadores Pérez Herrero, Casanovas Codina e Naranjo Orovio, em obra coletiva, demonstraram que os espanhóis estavam dispostos a terminar a guerra, que tinha trazido custos elevados e grande perda de vidas após quase oito anos de luta.

Os avanços do exército espanhol a partir de 1876 deixaram os rebeldes em uma situação delicada. Alguns deles entabularam conversações e, em fevereiro de 1878, foi firmada uma convenção de paz, em troca de algumas concessões, que ficou conhecida como o *Pacto del Zanjón*. Foram oferecidos direitos políticos e administrativos, além da liberdade dos escravos que lutaram com os rebeldes, anistia política e perdão aos desertores. Alguns líderes da rebelião, como Antonio Maceo e Máximo Gómez, não aceitaram o acordo. Gómez se exilou na Jamaica e Maceo deu continuidade à luta armada por pouco tempo, sem sucesso.

Pérez Herrero, Casanovas Codina e Naranjo Orovio consideraram que a Guerra dos Dez Anos trouxe como consequência uma reestruturação da sociedade cubana e de seu sistema produtivo. A relação colonial com a Espanha também foi revisada. Em Cuba, foram criados dois partidos políticos que teriam um papel fundamental nos anos seguintes: o Partido Liberal, de cunho autonomista, e o Partido da União Constitucional, que reunia aqueles que desejavam manter o *status quo* e o controle mais estrito por parte da Espanha.

Abolição da escravidão

Após a guerra, Cuba viveu quase duas décadas de relativa paz. As estruturas econômicas e sociais foram modificadas, com a mecanização dos engenhos de açúcar, o processo gradual de abolição da escravidão, uma nova organização do trabalho e a concentração da propriedade. A sociedade civil se desenvolveu, surgiram associações operárias, étnicas e culturais, houve um aumento da circulação e da publicação de jornais, e muitos exilados retornaram ao país. Abriu-se um debate político que ajudou na criação de uma identidade nacional, expondo os problemas da dependência colonial e assentando as bases para que o pensamento independentista vigorasse.

Os *criollos* tinham conquistado muitas de suas reivindicações – diminuição de impostos, liberalização do comércio, em especial com os Estados Unidos, e participação na política e na administração. No entanto, o processo das reformas foi truncado, e dependeu da vontade política de cada gabinete, em um momento de muitas mudanças políticas na Espanha. A rivalidade entre os comerciantes cubanos e os espanhóis e as necessidades de arrecadação por parte do Tesouro da Espanha foram entraves para mudanças mais efetivas.

Uma das questões controversas da época foi a emancipação dos escravos. A Lei Moret tinha definido medidas tímidas, e sua aplicação no contexto da Guerra dos Dez Anos não teve um grande impacto. Após a guerra, havia um consenso sobre a inevitabilidade da abolição, mas muito receio de como proceder. Em 1879, a Espanha decidiu rediscutir a questão e, no ano seguinte, foi aprovada a Lei do Patronato. Ela previa que todos os escravos seriam libertados, mas se manteriam sob a tutela do senhor por um período de oito anos.

Na prática tratava-se de uma liberdade formal, pois os ex-escravos se mantinham sob o domínio de seus amos, na condição de “patrocinados”. No entanto, a lei teve efeitos importantes: o mais destacado era o fato de que foi estabelecida uma data para a abolição geral. Em 1888 os ex-escravos estariam plenamente livres. Além disso, vários dispositivos legais garantiam direitos aos ex-escravos, contra o abuso dos senhores, pelo direito à alforria, pela manutenção da família, entre outros.

Ocorre que os ex-escravos passaram a usar esses dispositivos para comprar sua alforria e conseguir a liberdade plena antes da data prevista. Segundo Rebecca Scott, em 1877 havia cerca de 200 mil escravos em Cuba. Em 1883 restava um pouco mais de 99 mil patrocinados, quantidade que baixou para 53 mil em 1885. A abolição, que deveria ser gradual, estava se consumando mais rapidamente do que o previsto. Essa situação tornou-se insustentável.

Os abolicionistas, na Espanha e em Cuba, alegavam que era necessário extinguir o patronato, enquanto os proprietários queriam mantê-lo. Mesmo alguns grupos conservadores começaram a perceber que a situação era desfavorável: não existia mais a escravidão – afinal os patrocinados não poderiam ser castigados fisicamente e não eram mais propriedade –, mas ao mesmo tempo ainda não tinha se formado um mercado de trabalho livre. Em 1886, depois de muitas discussões, o patronato foi extinto, e a emancipação plena dos escravos veio dois anos antes do previsto.

Expressão política e o surgimento dos partidos

A partir de março de 1878 os cubanos voltaram a ter representação parlamentar, mas foram impostas várias restrições ao sistema eleitoral. Só poderiam votar os chefes de família que pagassem uma contribuição territorial mínima. Também eram privilegiados os habitantes da cidade em detrimento das zonas rurais. Isso tudo favorecia os grupos mais conservadores e pró-Espanha, em detrimento dos mais pobres.

O cargo máximo do governo na ilha reunia as atribuições de capitão-geral e governador-geral, e foi feita uma divisão de seis províncias que seriam governadas por pessoas nomeadas diretamente pela Espanha. Apesar destas restrições, medidas como a liberdade de imprensa, a formação dos partidos políticos e a liberdade de reunião e associação contribuíram em muito para a sociedade civil ter um papel mais destacado.

Os dois partidos que dominaram os debates foram o Liberal e o da União Constitucional. Aparentemente, defendiam ideias semelhantes. Ao redor do Partido Liberal se reuniram os nacionalistas moderados, que aceitavam a manutenção da união com a Espanha, mas desejavam um sistema descentralizado, que conferisse maior autonomia para Cuba. Era integrado por indivíduos da classe média, profissionais liberais e intelectuais que comungavam uma

ideologia positivista difusa. Eles se diferenciavam dos nacionalistas mais radicais por defenderem a todo custo o caminho das reformas pacíficas e rechaçarem totalmente a possibilidade de uma nova revolução.

A União Constitucional era o outro grande partido surgido em 1878. Seus integrantes defendiam uma ligação forte com a Espanha, mas exigiam que Cuba fosse governada sob os mesmos princípios constitucionais que a metrópole. Defendiam o fim dos impostos de exportação, a diminuição dos tributos e da dívida pública. Em relação à abolição, apoiavam a Lei Moret, mas queriam que sua aplicação fosse cautelosa e gradual, para não causar perturbações econômicas e sociais. Além disso, acreditavam que o Estado deveria financiar a imigração de trabalhadores para suprir as necessidades de mão de obra.

Embora entre seus membros tivessem alguns reformistas, ele era dominado pelos setores pró-espanhóis, recebia apoio do governo da Espanha e dos funcionários coloniais. Eles faziam parte da elite econômica da ilha, reunindo tanto peninsulares quanto *criollos*.

No decorrer dos anos, especialmente durante a década de 1880, a composição de ambos os partidos se modificou. A União Constitucional foi se dividindo cada vez mais entre os que defendiam os interesses metropolitanos e os que defendiam os interesses locais, e os primeiros passaram a dominar com mais força o partido. Essa divisão se acirrou e, em 1893, foi criado o Partido Reformista, para o qual afluíram os grupos *criollos* que antes faziam parte da União Constitucional. Nessa época, os interesses de Cuba e da Espanha se afastavam cada vez mais, e a crise do domínio colonial emergiu novamente.



1 0

Resposta Comentada

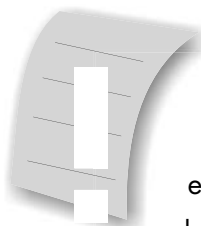
A aprovação da Ley Moret ocorreu em 1870, no início da Guerra dos Dez Anos em Cuba, e foi uma resposta da Espanha às dificuldades trazidas pelo conflito. Os rebeldes, ainda que não tivessem uma política abolicionista clara, receberam o apoio de escravos e negros livres, que viam neles uma alternativa para conquistar a emancipação. O governo da Espanha precisava reduzir o apoio dos escravos e dos abolicionistas à insurreição, mas ao mesmo tempo não podia prejudicar os interesses dos senhores. A solução foi a aprovação da Ley Moret, que previa a liberdade dos filhos das escravas e a dos escravos com mais de 60 anos. Assim, a Espanha se colocava em uma posição moral elevada, pretensamente a favor da emancipação, mas não prejudicava concretamente a economia escravista, pois encaminhava uma solução gradual e moderada para a questão.

A independência de Cuba

O projeto de José Martí

Ao longo da década de 1880, os interesses entre Cuba e Espanha voltaram a se afastar. Para esse quadro, foi importante o reagrupamento dos setores independentistas que, depois da derrota em 1878, começaram a se rearticular. José Martí se destacou como um grande pensador revolucionário, que defendia a independência de Cuba, atuando a partir do exílio em Nova York. Ele se distanciou de outros exilados, como os líderes da Guerra dos Dez Anos Máximo Gómez e Antonio Maceo, que queriam conquistar a independência

cubana por meio de uma invasão, ao propor a necessidade de formar um partido revolucionário que fosse angariando a simpatia da população e o apoio dos setores civis, e que não fosse controlado pelos militares.



José Martí

Foi um pensador e político, nascido em Havana em 1853, conhecido em Cuba como “El Apóstol de La Independencia” por seu papel crucial no movimento independentista cubano. Martí criou o Partido Revolucionário Cubano em 1892 e foi um dos principais organizadores da insurreição de 1895. Ele morreu em maio do mesmo ano, alvejado por espanhóis no campo de batalha. Seu ensaio *Nuestra América*, escrito em 1891, é considerado um marco na formação de uma identidade latino-americana.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/MartijohnManuel_K_TRestoration.jpg

Em 1892, Martí fundou o Partido Revolucionário Cubano, contando com o apoio de trabalhadores organizados da ilha. O programa defendia uma Cuba independente, republicana e democrática. Martí era o presidente, e o partido tinha um jornal de propaganda, chamado *Patria*. Ele trabalhou incessantemente na preparação de uma insurreição contra o poder espanhol em Cuba e seu partido recebeu a adesão de importantes setores de trabalhadores. Quando sentiu que a proposta estava amadurecida, Martí planejou a insurreição, em fins de 1894. A primeira tentativa foi abortada, mas em 24 de fevereiro de 1895 teve início a guerra que afastaria definitivamente o domínio espanhol da ilha.

Pérez Herrero, Casanovas Codina e Naranjo Orovio resumiram as principais propostas de Martí: ele entendia a insurreição como uma continuação da guerra de 1868. O inimigo era o governo colonial e não os espanhóis, de quem Martí também buscava apoio. Ele clamava pela unidade de todos os cubanos, para criar uma nova pátria sem distinção de raça ou classe. A participação de escravos e libertos na Guerra dos Dez Anos demonstrou que os negros eram membros da nação e lutavam junto com os brancos pelo fim do colonialismo. O fundamental era alcançar a unidade de todo o povo cubano, e as diferenças raciais não deveriam ser colocadas à tona. Martí achava que não se deveria tratar do problema racial, o silêncio sobre a raça era pensado como uma forma de conseguir a unidade da pátria e a igualdade de todos os cubanos. Era a ideia da *cubanidad*, uma pátria sem distinções étnicas e raciais, um discurso fundador para a nacionalidade cubana.

A decadência do Império colonial espanhol

Na Espanha, após a Guerra dos Dez Anos, ocorreu uma virada conservadora em relação às políticas coloniais. A questão ultramarina era uma fonte de discórdia, e a política espanhola viveu momentos turbulentos, com muitas lutas internas e dificuldade para chegar a posições consensuais.

Os acordos que a Espanha fez com os cubanos no Pacto Del Zanjón não foram totalmente cumpridos. A desejada autonomia política e administrativa, embora diversas vezes prometida, não foi colocada em prática. Apesar de os cubanos e porto-riquenhos terem representação nas cortes espanholas, ela era minoritária, e limitada pelas restrições ao sufrágio.

Segundo Pérez Herrero, Casanovas Codina e Naranjo Orovio, uma parte da historiografia cubana identifica o fim do domínio colonial com as dificuldades econômicas e com a inabilidade do governo espanhol em efetivar projetos que contribuíssem para sanar os problemas comerciais. Os interesses econômicos da metrópole e da colônia foram se afastando cada vez mais, o que tornou a relação colonial mais complexa e instável. A Fazenda espanhola dependia do dinheiro vindo das colônias que era, especialmente, extraído dos superávits obtidos por Cuba. O protecionismo se tornou novamente importante para a Espanha, ao mesmo tempo que restringia o desenvolvimento da burguesia cubana, que necessitava de novos mercados.

E isso tudo ocorreu em um momento de transformações na indústria açucareira, a queda dos preços do açúcar no mercado internacional e o fim da escravidão, mudanças que trouxeram grandes desafios para os proprietários. A metrópole, em vez de permitir maior liberdade de comércio, especialmente com os Estados Unidos (que recebia cerca de 70% das exportações cubanas de açúcar por volta de 1890), impôs mais restrições, mantendo o mercado antilhano como um monopólio para as exportações espanholas.

Um dos momentos de acirramento dos conflitos foi a disputa em relação ao pagamento das dívidas contraídas durante a Guerra dos Dez Anos. A Espanha as repassou para o tesouro cubano, mas em 1884 um grupo de associações e representantes das elites cubanas organizou um movimento para solicitar a revisão da dívida, além dos tributos e de tratados comerciais. Nesse ano, a Espanha fechou um acordo comercial com os Estados Unidos, que diminuiu

a carga tributária sobre as exportações de açúcar cubano, como uma tentativa de remediar a difícil situação vivida pelos produtores e aplacar sua insatisfação. Mas, novamente, esse acordo trouxe poucos resultados.

A situação se tornou dramática em 1890, quando uma reforma tributária nos Estados Unidos aumentou a carga sobre a importação de açúcar cubano e virtualmente deixou o produto fora do mercado americano. Com isso, os norte-americanos pressionavam o governo espanhol para facilitar a entrada de seus produtos nas Antilhas. Um novo tratado firmado em 1891 apaziguou temporariamente a situação, até que deixou de vigorar em 1894. Os espanhóis tentaram novamente contornar a situação e discutiram um novo projeto para atender às reivindicações dos cubanos, mas já era tarde. Em 1895 começou a derradeira guerra de independência de Cuba.

A Guerra de Independência cubana (1895-1898)

A situação cubana nos primeiros anos da década de 1890 era bastante complicada. A perda do mercado norte-americano causou um enorme descontentamento entre os produtores e exportadores da ilha, especialmente aqueles vinculados ao negócio do açúcar. O nacionalismo vinha ganhando força, e a política dos autonomistas já não mobilizava grandes setores da população cubana.

Desde Nova York, José Martí, contando com o apoio de cubanos e porto-riquenhos, preparava uma insurreição com o propósito de construir uma república. Alguns líderes estavam vinculados ao ideal do *antillanismo*, cuja proposta era criar uma confederação de repúblicas independentes que incluíam, além de Cuba, Porto Rico e a República Dominicana. O *antillanismo* era, segundo os historiadores Pérez Herrero, Casanovas Codina e Naranjo Orovio, um projeto integrador que partilhava da ideia de uma identidade caribenha derivada de uma história comum

entre essas regiões. Outros líderes pensavam de forma distinta. Acreditavam que a independência seria um primeiro passo para obter a anexação por parte dos Estados Unidos.

O Partido Revolucionário Cubano, criado por José Martí, foi um ativo defensor da independência, e sua estratégia baseava-se também na busca do apoio dos porto-riquenhos. No entanto, em Porto Rico, a tentativa de conquistar a independência em 1897 foi rapidamente debelada pela Espanha. Em Cuba, a independência iniciou com o *Grito de Baire*, em 24 de fevereiro de 1895. Em várias localidades do leste da ilha estouraram outros focos da insurreição. A guerra teve um forte caráter popular e se destacou pelos compromissos de seus principais líderes – José Martí, Máximo Gómez e Antonio Maceo, entre outros – com as populações urbanas e rurais mais pobres.

Assim como em 1868, houve uma forte participação dos negros e mulatos, que lutaram nas fileiras do exército libertador, o que favoreceu a consolidação de uma solidariedade inter-racial e posteriormente a inserção da população de ex-escravos na sociedade cubana. Essa participação conferiu aos negros um valor simbólico e patriótico que ajudou na sua conquista de direitos e de cidadania, em uma nação independente que colocava a identidade cubana acima das divisões raciais.

José Martí chegou a Cuba em abril de 1895 e logo se reuniu com Maceo e Gómez para planejar o desenvolvimento da rebelião. As diferenças logo apareceram. Maceo desejava uma república de militares, enquanto Martí acreditava na necessidade de separação de poderes e na construção, ao longo da guerra, das bases de uma futura república democrática, sem esperar a vitória para fazê-lo. Martí morreu em combate no dia 19 de maio, ficando marcado na história de Cuba como o grande mártir da independência.

Em setembro de 1895, a rebelião foi institucionalizada, com a aprovação de uma constituição para a República em Armas. Inicialmente, a guerra ficou circunscrita à região oriental de Cuba,

até que em fins de novembro uma invasão liderada por Maceo e Gómez alastrou a rebelião para a parte ocidental. Em fevereiro de 1896, a Espanha enviou o general Valeriano Weyler, à frente de um exército de cerca de 270 mil homens, para combater os rebeldes. Suas ações foram cruéis, com o deslocamento da população civil, a fortificação de linhas militares para impedir o deslocamento e o abastecimento dos inimigos. Tal situação, especialmente a concentração de camponeses em núcleos militares, provocou uma escassez de alimentos que, associada às más condições higiênicas, resultou na morte de uma cifra que se calcula ao redor de 200 mil civis. A política de Weyler, que buscava combater a qualquer preço a insurreição, acabou empurrando muitos civis para o campo dos rebeldes, já que as condições impostas pelo general eram draconianas.

Ao longo de 1897, a insurreição ganhou força, e, paulatinamente, os rebeldes conquistaram cidades e regiões, a partir das frentes comandadas por Maceo no Oeste, Gómez no centro e Calixto García na parte oriental. Em outubro, uma nova assembleia da República em Armas definiu que não seriam aceitas mediações com a Espanha que não resultassem na independência de Cuba. Os espanhóis, preocupados com a situação, destituíram o general Weyler e enviaram o general Ramón Blanco para tentar negociar a paz por meio de um acordo. No entanto, o ideal da independência já havia avançado, e os interesses dos Estados Unidos em relação a Cuba seriam decisivos para que a Espanha perdesse a guerra.

A intervenção norte-americana

A guerra prolongada havia prejudicado seriamente a economia cubana. Nesse contexto, os investidores norte-americanos, que tinham muitos negócios na ilha, sofreram graves prejuízos. Eles tentaram negociar com a Espanha uma saída, que implicava a compra de Cuba pelos Estados Unidos. O governo espanhol, encurralado pelos rebeldes e pela pressão norte-americana,

concedeu a autonomia a Cuba e formou um governo autônomo em janeiro de 1898. Porém, os independentistas não aceitaram a situação e decretaram a pena de morte para todos aqueles que entabulassem conversações com a Espanha.

No dia 15 de fevereiro de 1898, a explosão do encouraçado USS *Maine* justificou a entrada dos Estados Unidos no que ficou conhecida como a Guerra Hispano-Americana. O navio havia sido enviado para a costa cubana com o objetivo de garantir os interesses norte-americanos na ilha. Suspeitou-se que os espanhóis eram os responsáveis pelo atentado, e uma intensa campanha midiática exigiu que os Estados Unidos declarassem guerra à Espanha. Na realidade, sendo ou não uma sabotagem da Espanha, a explosão do navio norte-americano caiu como uma luva para os projetos norte-americanos para Cuba e legitimou a intervenção no conflito, desejada havia a muito tempo por Washington.

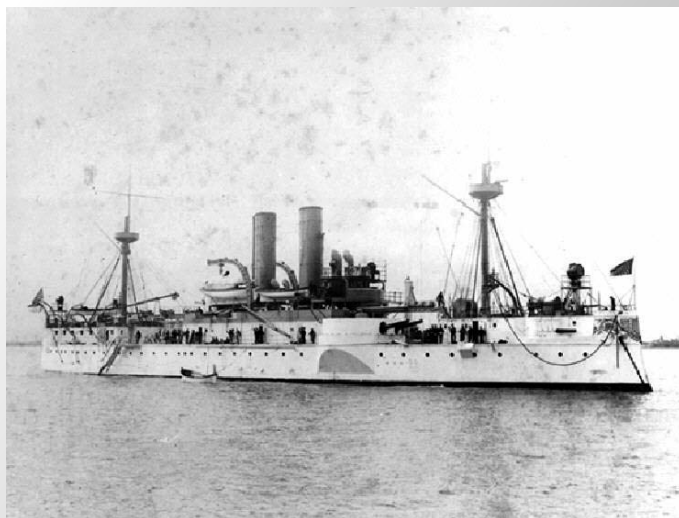


O afundamento do USS *Maine* e a Guerra Hispano-Americana

Há muitas controvérsias sobre a verdadeira causa do afundamento do encouraçado USS *Maine*. Os norte-americanos o atribuíram a um ato de sabotagem dos espanhóis e com isso justificaram sua entrada na guerra. No entanto, relatórios produzidos na época pela Espanha, e corroborados por pesquisas realizadas no século XX, afirmam que a causa foi uma explosão interna, produzida pelos gases emitidos pela queima do carvão.

De qualquer forma, o evento deu início à chamada Guerra Hispano-Americana, em que os norte-americanos derrotaram a armada espanhola e obtiveram um

tratado extremamente vantajoso. Com a obtenção das Filipinas, de Guam, de Porto Rico e o protetorado sobre Cuba, os Estados Unidos saíram da guerra como uma grande potência imperialista.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14/USS_Maine_h60255a.jpg

A participação norte-americana foi decisiva. Embora a Espanha estivesse em uma situação bastante complicada, não é possível afirmar que os rebeldes venceriam definitivamente a guerra. A superioridade do exército e da marinha norte-americanos impôs severas derrotas aos espanhóis em Cuba e também nas Filipinas (colônia espanhola no Pacífico). No dia 12 de agosto de 1898, após a destruição da armada espanhola em Santiago de Cuba e em Manila (Filipinas), a guerra foi concluída, e foi celebrado o armistício no Tratado de Paris.

No acordo firmado, a Espanha renunciava ao direito de soberania sobre Cuba e cedia aos Estados Unidos as ilhas de Porto Rico e Guam e as Filipinas. Os independentistas cubanos não participaram das discussões. Os generais e líderes rebeldes foram excluídos e sua participação política em Cuba foi restringida

pela intervenção norte-americana. Em 1899, o presidente McKinley aprovou uma Resolução Conjunta que determinava uma condição de tutela para Cuba, sob a alegação de que os cubanos ainda não estavam maduros para se autogovernar. Alguns grupos cubanos apoiaram essa medida, especialmente os que havia muito tempo desejavam a anexação da ilha aos Estados Unidos, mas também os grupos autonomistas que tinham perdido espaço para os independentistas ao longo da década de 1890. Entre 1898 e 1902, vigorou o Governo Interventor, sustentado pela presença de forças militares norte-americanas.

Os integrantes da República em Armas fizeram esforços para participar do novo governo. Em novembro de 1898, enviaram uma comissão a Washington para apresentar propostas sobre o papel que o exército libertador teria na transição e no período de intervenção americana. A ideia era colaborar com o novo governo a fim de garantir, na medida do possível, os interesses dos independentistas cubanos. Uma das questões cruciais relacionava-se com a dissolução do exército rebelde. Líderes como Máximo Gómez exigiram a concessão de benefícios para os soldados e oficiais, sob pena de mantê-los mobilizados. Pérez Herrero, Casanovas Codina e Naranjo Orovio dizem que a proposta dos Estados Unidos era oferecer três milhões de dólares aos ex-combatentes, valor considerado muito baixo. Gómez não aceitou o acordo e foi demitido, abrindo o caminho para a aceitação das propostas norte-americanas.

Após o período da intervenção, Cuba se tornou efetivamente uma república independente em 1902. No entanto, Washington impôs um conjunto de tratados que limitava a soberania cubana, tais como a **Emenda Platt**, o Tratado de Reciprocidade Comercial e o Tratado de Arrendamento das Bases Navais e Militares. A independência cubana, havia tanto tempo desejada, nascia sob o controle do emergente imperialismo americano.

Emenda Platt

Foi incluída na Constituição cubana de 1902 e autorizava os Estados Unidos a intervirem na ilha a fim de proteger seus interesses. A emenda, associada a tratados comerciais e militares, mantinha uma forte ascendência norte-americana sobre a política e a economia cubanas.

CONCLUSÃO

Cuba, na passagem do século XIX para o XX, emergia como um país independente, mas ainda estava longe de conquistar uma soberania plena. A dependência econômica e a subordinação política e militar em relação aos Estados Unidos marcaram o surgimento da nação cubana.

As diferenças sociais e raciais, embora muitas vezes silenciadas, dificultavam a integração da sociedade, e a herança colonial ainda estava muito viva, fazendo com que grupos tradicionais preferissem o controle norte-americano como uma forma de manter sua posição privilegiada. O projeto revolucionário de José Martí, de uma república independente e democrática, ainda tardaria algumas décadas para ser colocado em prática.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Em 1892, José Martí fundou o Partido Revolucionário Cubano, cuja proposta era conquistar a independência de Cuba e fundar uma república democrática. O quarto artigo do programa partidário afirmava que

o Partido Revolucionário Cubano não se propõe a perpetuar na República Cubana, com formas novas ou alterações mais aparentes que essenciais, o espírito autoritário e a composição burocrática da colônia, e sim fundar, no exercício franco e cordial das capacidades legítimas do homem, um povo novo com uma democracia sincera, capaz de vencer, pela ordem do trabalho real e o equilíbrio das forças sociais, os perigos da liberdade repentina em uma sociedade composta para a escravidão (PÉREZ HERRERO, 2008, p. 297).

Os esforços de Martí foram essenciais para que os cubanos iniciassem a insurreição de 1895, que derrotou o domínio colonial espanhol em 1898. No entanto, o ideal de uma república independente, soberana e democrática, sonhado por Martí, ainda estava longe de ser atingido. Explique.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

A Guerra de Independência Cubana, iniciada em 1895, contou com um forte apoio popular, na tentativa de construir uma república democrática e soberana, conforme o desejo expressado pelo Partido Revolucionário Cubano, de José Martí. No entanto, os interesses dos Estados Unidos em Cuba eram muito fortes, e sua participação na guerra derrotou definitivamente a Espanha em 1898. Contando com o apoio de setores conservadores de Cuba, que ainda sofria pela forte presença da herança colonial, os norte-americanos mantiveram a ilha sob um regime de protetorado até 1902. Muitas das lideranças que participaram da guerra de independência foram afastadas e, quando Cuba se tornou uma república independente em 1902, uma série de acordos e tratados facilitaram o controle norte-americano sobre os destinos políticos e econômicos cubanos. Ainda levaria um bom tempo para que a sociedade cubana superasse o domínio dos Estados Unidos e construísse verdadeiramente uma república soberana.

RESUMO

A independência de Cuba foi conquistada arduamente. Em 1868, uma insurreição que contava com apoio popular, especialmente na parte oriental da ilha, desafiou o domínio colonial espanhol. Após dez anos de guerra, a Espanha conseguiu conter os rebeldes, estabelecendo um novo pacto para a administração de Cuba. Nesse contexto, teve início o processo de abolição da escravidão, encaminhado de forma gradual com a Ley Moret de 1870, avançando com a Lei do Patronato em 1880 e resultando na abolição definitiva em 1886. Após a Guerra dos Dez Anos, Cuba viveu um momento em que surgiram partidos políticos que oscilavam entre posições autonomistas e outras mais favoráveis à continuidade do domínio colonial sem alterações. A posição independentista voltou a ganhar força no início da década de 1890, favorecida por uma crise econômica que prejudicou a produção e a exportação de açúcar cubano. Nesse momento, revolucionários como José Martí tomaram a linha de frente e deram início a uma nova insurreição para conquistar a independência cubana em 1895. Após quase três anos de guerra, a intervenção dos Estados Unidos foi decisiva para a derrota da Espanha, e Cuba se tornou um protetorado norte-americano até 1902. Nesse ano, finalmente, Cuba se tornou uma república independente, mas ainda sofria a dependência econômica, política e militar dos Estados Unidos, situação que se prolongou durante algumas décadas no século XX.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos estudar os debates sobre a economia latino-americana no século XIX. Até lá!

Aula 12

A economia latino-americana no século XIX: debates

Maria Verónica Secreto

Meta da aula

Apresentar a inserção da economia latino-americana na economia mundial, durante a segunda metade do século XIX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as peculiaridades do processo de inserção da América Latina no mercado internacional;
2. reconhecer os diferentes produtos com que cada país inseriu-se na economia mundial.

INTRODUÇÃO

Durante os primeiros cinquenta anos que seguiram às independências, as economias dos países americanos não tiveram um desempenho que deixassem satisfeitos os novos governos. Tais governos não cumpriram as grandes expectativas dos defensores do livre-comércio, que acaloraram os debates do fim da ordem colonial. A própria organização da economia colonial e sua desestruturação com as revoluções atentaram contra a nova organização das “economias nacionais”.

O meio século transcorrido entre as independências e a efetiva inserção da América Latina na ordem liberal e no mercado internacional como provedora de um conjunto de matérias-primas e produtos primários em geral não pode ser definido, como já foi, de “longa espera”. Se algo não se fez nesse período foi “esperar”. A historiografia que criou essa denominação para o período tem uma visão **teleológica** da história. O fim neste caso seria o pleno desenvolvimento da ordem liberal/capitalista.



Figura 12.1: A Batalha de Ayacucho, em 9 dezembro de 1824, marcou o fim das guerras de independência na América do Sul.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Battle_of_Ayacucho.jpg

Teleologia

Refere-se ao estudo filosófico dos fins, ou seja, estudo dos propósitos ou finalidades. Embora o estudo dos objetivos seja entendido como se referindo aos objetivos que os homens colocam em suas ações, numa acepção filosófica, teleologia refere-se ao estudo das finalidades do universo.

Politicamente, durante esse período desenvolve-se um grande número de conflitos que tiveram por objetivo definir a forma de governo e de organização do Estado adotada em cada um dos

países. Essas disputas políticas condicionaram o desempenho econômico na medida em que, muitas vezes, desorganizaram os espaços econômicos, implicaram enormes gastos e criaram instabilidades política e jurídica.

Alguns países tiveram sua vida política mais estabilizada na primeira metade do século XIX de forma a garantir a prosperidade material. A inserção dos países da América Latina na economia internacional foi desigual porque alguns países conseguiram exportar vários produtos e outros fizeram gravitar a economia nacional em torno de um produto principal – como o caso do Peru, em torno do **guano**. Os países com economias mais diversificadas foram Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e México. Estes países receberam imigrantes e investimentos estrangeiros.

A partir da década de 1870, a América Latina participou da divisão internacional do trabalho, como provedora de matérias-primas para um mundo industrializado que buscava novos produtos para a indústria ou descobria novas funções para produtos conhecidos de antigamente e que requeria a incorporação de novas fronteiras à produção de alimentos para abastecer uma população industrial e/ou urbana crescente.

Resumidamente:

- As planícies argentinas e uruguaias foram semeadas de trigo e milho. A pecuária que era uma atividade tradicional foi-se aperfeiçoando com avanços tecnológicos, tanto na criação como no processamento da carne. Entre 1894 e 1914, a Argentina decuplicou as exportações de carne no transporte dos novos barcos frigoríficos.
- O Brasil cultivou de forma extensiva o café, que representou 50% das exportações no último quartel do século XIX e no início do XX. Mas sua economia era diversificada, também exportava borracha (como outros países amazônicos), tabaco, algodão, cacau e açúcar.

Guano

Adubo natural com alto conteúdo de nitrogênio e fósforo.

Em 1840, este adubo depositado durante milhares de anos pelas aves marinhas na costa peruana foi redescoberto pelos proprietários da firma Anthony Gibb & Sons, comerciantes ingleses que impulsionaram o comércio do rico fertilizante, através do monopólio.

- O Chile exportou cobre e **salitre** e, em busca de expandir as exportações destes produtos, entrou em guerra contra Bolívia e Peru. Da região do Vale Central, exportou cereais.
- No México, a mineração continuou a ser a principal atividade econômica. A prata representava o terno do valor das exportações. Também exportava ouro, cobre e **henequén**.

Integração econômica

A integração da economia mundial requeria o movimento de capitais e do trabalho, a expansão do comércio mundial e o desenvolvimento de um sistema de pagos.

O Sistema Monetário Internacional tornou-se uma necessidade para a realização das transações econômicas internacionais. Entre 1870 e 1914, este sistema baseou-se no padrão ouro: as moedas de ouro como meio de câmbio, depósito de valor e unidade de contas. Os bancos centrais dos diferentes países emitiam moedas alastradas nas reservas de ouro que os países possuísem. A quantidade de dinheiro em circulação estava relacionada à quantidade de ouro existente. O Movimento Internacional de Capitais assim se configurou na época: a industrialização europeia demandou matérias-primas e alimentos. Os primeiros eram transformados no processo produtivo e os segundos serviam para alimentar uma classe operária industrial cada vez mais numerosa. Os avanços técnicos nos meios de navegação reduziram os custos do transporte ultramarino, facilitando as trocas entre os continentes.

A mão de obra também foi mobilizada. Na segunda metade do século XIX, grandes contingentes humanos saíram da Europa em busca de melhores oportunidades laborais e condições de vida nas Américas: Estados Unidos, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile foram os países que mais se beneficiaram com esta mobilização. O período também conheceu grande movimento da população ao interior de

Salitre

Entre seus vários usos, também é um fertilizante que teve grande demanda para repor os nutrientes dos cansados solos europeus.

Henequén

É uma planta da espécie dos cactos. Os maias utilizavam-na para fazer cordas e tapetes. Hoje em dia, continua a ser utilizada para esta finalidade. Em meados do século XIX, teve grande demanda e a península de Yucatán foi coberta pelo cultivo dela. Grandes fazendas dedicaram-se à sua exploração, empregando o trabalho indígena para seu cultivo e tratamento. Em 1880, o estado de Yucatán era dos mais ricos do México. Nessa época, 90% das cordas e sacas usadas no mundo eram feitas de *henequén yucateco*.

.....

cada país, entre as regiões menos dinâmicas e as mais dinâmicas, como foi o caso do México. Entre 1870 e 1913, o volume físico das exportações da América Latina cresceu cinco vezes.

Em 1880, a Argentina multiplicou em dez vezes as exportações realizadas durante o vice-reinado. O Chile multiplicou em cinquenta vezes; o Brasil duplicou suas exportações coloniais; o Peru multiplicou por cinco; a Nova Granada, por sete; o Equador triplicou. Bolívia e México foram os que menos aumentaram suas exportações, se comparadas com o período colonial. Mas estes países tinham constituído o coração da mineração, as áreas mais ricas do Império espanhol. A historiadora mexicana Alicia Hernández Chávez, que questiona os indicadores tão pessimistas sobre o desempenho do México no pós-independência, ressalta que é um equívoco afirmar que no período 1821-1850 reinaram a anarquia, a desordem social e a crise econômica.

Devemos lembrar que as guerras de independência são contemporâneas das guerras napoleônicas europeias e que estas significaram um custo grande para a América. O México, por exemplo, enviou remessas para subvencionar as guerras europeias no valor aproximado de um ano do produto bruto mexicano no período 1810-1821. Outra característica da economia mexicana, que implica dificuldade para calcular o produto bruto, é que uma boa parte de sua riqueza circulava nos mercados locais, mais seguros no contexto da guerra e dos riscos que se corriam nos traslados pelos caminhos. Há, portanto, uma regionalização da economia mexicana que dificulta os cálculos globais.

Acompanhando o processo de integração da economia mundial, houve remissão de fundos, característica peculiar ao processo de imigração. Os imigrantes enviavam dinheiro aos parentes que tinham ficado em regiões empobrecidas da Europa, como o Sul da Itália e da Irlanda.

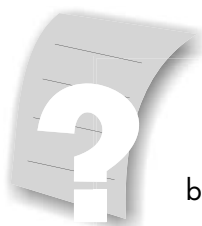


Atualmente, os imigrantes latinos radicados nos Estados Unidos enviam para seus países de origem mais de 45 bilhões de dólares. As remessas de dinheiro de imigrantes latino-americanos para seus países em 2010 demonstrou uma tendência de estabilização. No caso dos imigrantes brasileiros, suas remessas diminuíram 15%, representando mais ou menos 4 bilhões de dólares. Os dados são do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que atribui a queda ao bom momento econômico do Brasil. Para alguns países da América Latina, o envio de dinheiro via remessas constitui um forte estímulo às economias locais.

A Inglaterra exerceu um papel fundamental neste processo de integração econômica:

- como mercado para os produtos americanos;
- como fornecedora de manufaturas;
- como investidora de capitais, sobretudo, na área de infraestrutura e comercialização, produzindo um tipo de especialização no interior da organização das economias nacionais.

Como resultado, as elites tradicionais latino-americanas, em geral proprietárias rurais, ficaram na posse da terra que se valorizou enormemente, durante o período, graças à infraestrutura de exportação.



A infraestrutura de exportação

Na Argentina, predominaram os investimentos britânicos na área de infraestrutura de exportação.

No México, pela sua peculiaridade de proximidade com os Estados Unidos, foram os capitais dessa origem os que predominaram a partir de 1880.

A primeira linha ferroviária do México foi inaugurada em 1873 pelo Ferrocarril Mexicano, unindo a Cidade de México a Veracruz, de capital inglês.

Durante a primeira presidência de Porfirio Díaz (1876-1880), foram concedidos aos governos estaduais e a particulares mexicanos os direitos para as construções de ferrovias.

Em 1880, foram concedidas importantes concessões a capitais norte-americanos, com toda classe de facilidades para a construção e importação de material, e bens de capital. Esses investimentos deram origem ao Ferrocarril Central, ao Ferrocarril Nacional e ao Internacional. Ao final do primeiro governo de Porfirio Díaz, a rede ferroviária federal tinha 1.073,5km.

Quatro anos depois, a rede ferroviária contava com 5.731km. O retorno de Díaz (no período 1884-1910) consolida o modelo de expansão das ferrovias e facilita os investimentos estrangeiros, chegando a 19.280km, em 1910.

As relações comerciais com a Inglaterra não eram necessariamente recíprocas. Com isto, queremos dizer que a Inglaterra não era compradora dos produtos argentinos, que encontram mercado na França, Espanha e Bélgica, mas sim tem uma presença marcante no comércio do Rio da Prata. Na verdade, a Inglaterra detinha os

mecanismos financeiros e bancários. A maior parte dos governos latino-americanos utilizou os serviços dos banqueiros londrinos como agentes financeiros. Veremos a seguir como a exportação de produtos determinou a nova conjuntura econômica dos países latino-americanos e os efeitos que tiveram para as economias regionais.

Argentina

Um dos grandes pecuaristas do século XIX foi a região do Rio da Prata, nas suas duas margens, Uruguai e Argentina. Na Argentina, a exportação de couros alcançou dois milhões e meio de unidades, em 1850. Nessa metade do século XIX, aparecem dois outros itens exportáveis, derivados do gado: a carne salgada e a lã.

A produção pecuária esteve favorecida pela abundância de terras na região pampiana, a expansão da demanda mundial, o baixo nível tecnológico e de mão de obra que a atividade requeria. Apesar da abundância de terra, esta não estava plenamente disponível. Os povos originários ocupavam grandes extensões ao sul de Buenos Aires, portanto, foi de fundamental importância para o sucesso econômico conquistar essas terras e incorporá-las à produção, visando ao mercado externo. A apropriação da terra transferiu doze milhões de hectares para mãos privadas, o que ocasionou uma acentuada concentração da terra.



Por fatores ecológicos, o gado vacum trazido pelos conquistadores espanhóis encontrou ótimas condições de reprodução. Os pampas ficaram povoados por milhões de cabeças de gado, que eram arrebanhados pelos povoadores de acordo com as necessidades de consumo ou para a comercialização do couro. Este gado era chamado de *cimarrón*. Aos

poucos, esta “irracionalidade” foi dando lugar a uma forma mais controlada na criação do gado. Durante o período colonial, as autoridades emitiam permissões para vaquejar, isto era para caçar gado vacum, já que o mesmo tinha se reproduzido livremente nos pampas. Essas permissões eram de dois tipos: podiam ser para recolher e aquerenciar, ou de cueriar (extrair o couro).



Figura 12.2: Caçando vacas.

Fonte: http://www.sxc.hu/pic/m/s/su/sundstrom/876216_cow.jpg

O processo de crescimento incorporou melhoras organizativas e técnicas para elevar a lucratividade. Os animais começaram a ser criados em currais e introduziram-se animais reprodutores importados para melhorar a qualidade dos animais. A pecuária recebeu investimentos de grupos de comerciantes de Buenos Aires, vinculando-se assim aos interesses pecuaristas. A partir de 1850, vinculada à imigração irlandesa, expande-se a produção de lã.

Entre as novidades da economia pampiana da segunda metade do século XIX, destaca-se a agricultura para exportação. Os imigrantes que foram atraídos para a Argentina, na segunda metade do século XIX, encontraram na agricultura um nicho econômico para explorar. Esta atividade não alterou a estrutura

de propriedade da terra, que permaneceu sendo concentrada. Os imigrantes inseriram-se na economia argentina como arrendatários. Os contratos de arrendamento eram sumamente favoráveis para os grandes proprietários. Os colonos faziam contratos de três anos, depois dos quais deviam deixar as terras cobertas de alfafa que os proprietários pecuaristas utilizavam na alimentação do gado. Desta forma, a agricultura e o trabalho imigrante subsidiavam os ricos fazendeiros. Os contratos temporários, por outra parte, atentavam contra a realização de melhorias que implicassem investimentos maiores, já que os agricultores não estavam dispostos a perdê-lo todo quando tivessem de deixar a parcela de terra semeada com a rica forragem para o gado do patrão e ocupar outra como estabelecia o contrato. A área dedicada à agricultura aumentou quinze vezes no período entre 1872-1895.

O trigo foi o produto que gerou maior ganho. No período entre 1890-1894, multiplicou 23 vezes sua produção. Na década seguinte, foi a vez do milho, que resultou em colheitas enormes. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, os principais produtos argentinos em ordem decrescente eram trigo, milho, carne de boi congelada e esfriada, lã, couros e linhaça.

Buenos Aires concentrava grande parte dos benefícios do crescimento econômico devido às exportações. Na primeira década do século XIX, transformou-se numa cidade florescente e cosmopolita. Além disso, Buenos Aires “rivalizava” com Montevideu a adoção de um estilo de vida europeu. Ambas as economias eram as mais inseridas e dependentes do mercado internacional.



Greve agrária de 1912

A vocação agrária de exportação da Argentina tinha começado com a imigração, mas depois de mais de 30 anos as coisas tinham mudado pouco para os colonos. Continuavam como arrendatários

e dependendo dos grandes proprietários e intermediários para a comercialização das colheitas. No sul da província de Santa Fé, nos férteis pampas, teve lugar uma rebelião de pequenos e medianos arrendatários.

Em junho de 1912, realizou-se uma assembleia da Sociedade Italiana de Alcorta. Reuniram-se 300 agricultores que declararam a greve até conseguirem as seguintes reivindicações: rebaixa dos arrendamentos, contratos de quatro anos no mínimo, entrega nas parcerias dos produtos.

Aos poucos, foram se organizando melhor, e em agosto do mesmo ano fundaram uma associação setorial chamada Federación Agrária Argentina. Os proprietários não duvidaram em reprimir, e num ato realizado na vila de Firmat foram mortos dois militantes anarquistas. Mas os grevistas não desistiram e aos poucos ganharam muitas adesões, incluindo as classes médias, obrigando os grandes proprietários a ceder, pelo menos em parte, renegociando os contratos, embora ainda mantivessem grandes e graves restrições, como as que limitavam a liberdade de compra e venda. Francisco Netri, advogado que representou os interesses dos agricultores, foi morto anos depois (1916), em Rosário.

Alguns produtos de clima temperado começaram a ser exportados antes de 1870, por exemplo, a lã e os couros. Vejamos como se comportou a produção e exportação de lã na Argentina e no Uruguai.

Argentina**Produção de lã**

Ano	Milhões de quilos anuais		Anos	Crescimento
1840	1,6		1876-1880	Triplicou
1860-1869	45			
1880	100		1896-1890	Triplicou
1895-1899	211			

Uruguai**Produção de lã****O frigorífico**

Em 1873, uma invenção mudou a história do comércio e consumo de carne. Charles Tellier criou um procedimento de conservação no frio seco. Em 1877, chegou a Buenos Aires o primeiro barco frigorífico, o que marcou uma nova etapa da produção e processamento da carne. Em 1882, foi construído o primeiro frigorífico em San Nicolás de los Arroyos e no ano seguinte se iniciou a exportação de cordeiros congelados. No mesmo período se estabelece outra planta processadora em Campana, desta vez de capitais britânicos.

Durante parte do século XIX, tinha-se exportado gado vivo, mas enfermidades como a febre aftosa (doença viral que afetava o gado) fecharam os mercados europeus a esse tipo de comercialização. Durante os primeiros anos do século XX, a indústria frigorífica argentina viu facilitada a colocação de seus produtos no mercado britânico pela saída dos Estados Unidos do mercado internacional para atender ao mercado interno. No período 1880-1910, a população norte-americana cresceu 83%, enquanto seu rebanho bovino somente 22,5%.

A característica mais saliente do comércio da carne foi sua integração vertical. A maior parte da carne enviada da Argentina para a Inglaterra foi através dos frigoríficos. Estas firmas industriais e comerciais controlavam todas as etapas do processo: da compra dos animais aos produtores até a venda ao público em Londres.



Atende ao Objetivo 1

1. Vejamos o trecho a seguir:

Na Argentina, a construção das ferrovias esteve, num primeiro momento, em mãos de capitais nacionais e imediatamente depois de capitais ingleses e franceses. A maior extensão de trilhos foi instalada na região pampiana para dar saída à produção cerealífera e pecuária. Por este motivo, as ferrovias na Argentina apresentam forma de leque com seu vértice em Buenos Aires e Rosário, portos de exportação no século XIX. Além dos capitais privados estrangeiros, o estado também teve importante papel na construção de trajetos que não eram lucrativos para os investimentos privados.

Considerando o caso argentino, identifique quais os elementos necessários à integração econômica e qual a relação que se estabeleceu entre América Latina e o capital internacional.

Resposta Comentada

Para que as economias se integrassem, embora isto acontecesse com grande desigualdade, era necessário que os diferentes fatores econômicos pudessem se movimentar com facilidade: capitais, trabalho e bens. Contribuíram para essa movimentação as melhoras no transportes, as políticas estatais de imigração, a abertura comercial, a crescente demanda pelos produtos americanos. Por outra parte, houve uma potencialização de uns sobre outros. Por exemplo, os investimentos na área de infraestrutura, como as ferrovias, possibilitaram que os imigrantes fossem internalizados no território. Mas esta integração econômica também produziu uma marcada divisão internacional do trabalho que fragilizou as economias locais, cada vez mais dependentes do capital internacional. Foi em mãos dos atravessadores ingleses que ficou a comercialização de boa parte dos produtos nativos, uma exceção a esta regra era o Brasil, país no qual os cafeicultores também fizeram investimentos no sistema de escoamento – ferrovias – e de comercialização do café.

Chile

A república liberal

Até a década de 1870, a economia chilena havia se desenvolvido a partir da exploração mineira e da agricultura do trigo que tinha, principalmente desde a década de 1840, dois mercados: Austrália e Califórnia. As divisas que ingressaram das exportações foram reinvestidas no processo minerador que demandava grandes desembolsos de capitais nos avances tecnológicos e construção da infraestrutura de exportações: ferrovias, portos e barcos. Completava este quadro a atividade criadora, produtora de lã na Patagônia e a indústria do curtume e das serralherias.

Até 1878, o Chile foi o maior produtor de cobre do mundo, sozinho produzia 43,6% do cobre mundial, mas este quadro começou a mudar a partir daí, caindo sua produção para 25,3% em 1880, 9,7% em 1890 e 4,3% em 1900, quando a produção ficou estancada em 26.000 toneladas anuais. Os motivos eram principalmente dois: o esgotamento das jazidas de cobre e a baixa capacidade tecnológica com que era explorado. No século XX, engenheiros e novos capitais renovariam as formas de exploração do mineral, que retomou e superou a produção anterior.

O Chile tinha apresentado um quadro bastante promissor da sua economia até a década de 1870, quando acompanhou a crise internacional. A partir daí passa pela crise do cobre que vimos antes e perde os mercados australiano e californiano para o trigo, quando estes últimos conseguiram o autoabastecimento. Algumas das minas de prata também se esgotaram nesse período.

A “inexplicável” guerra com a Espanha (1865) também ocasionou grandes perdas materiais, entre elas a destruição do porto de Valparaíso. Todas essas causas foram se alastrando até chegar a seu ponto mais agudo entre 1875-1878. Em 1879, começou a Guerra do Pacífico. Os nitratos seriam sua nova fonte de riqueza. Até o início da guerra, o Chile produzia 59.000 toneladas de nitrato por ano. A partir da guerra, as exportações salitreiras só aumentariam.



A chamada Guerra Hispano-Sudamericana (1865-1866) iniciou-se quando uma esquadra espanhola de caráter científico-diplomático que estava percorrendo a costa do Pacífico sul-americano envolveu-se no desentendimento diplomático entre Espanha e Peru por motivo da morte de um colono espanhol ocorrida na fazenda Talambo. Neste conflito, também interveio o Chile, que primeiro se

negou a abastecer a esquadra espanhola e depois também declarou a guerra. Equador e Bolívia tiveram uma participação menor.

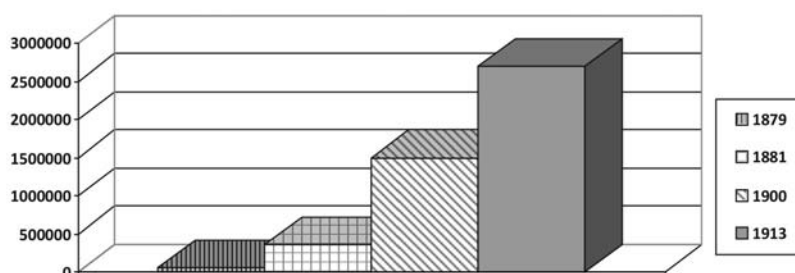


Figura 12.3: Produção de nitrato chileno em toneladas. Período: 1879-1913.

A Guerra do Pacífico (1879-1884): a disputa por cobre, salitre e guano

A Guerra do Pacífico foi um conflito bélico, de caráter eminentemente econômico, entre Bolívia, Chile e Peru. O Chile, como vimos, atravessava uma crise econômica ocasionada pelo declínio dos preços dos produtos de exportação. O Peru vivia, desde o início da década de 1870, o declínio do comércio do guano, com o qual sustentava a economia nacional desde a década de 1840.



Figura 12.4: Combate naval de Iquique. Óleo de Thomas Somerscales.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_del_Pac%C3%ADfico

Em meados do século XIX, o deserto de Atacama tinha adquirido grande valor pelas suas jazidas de guano e salitre, ambos com demanda no mercado internacional. Quando foi fundada a república da Bolívia em 1825, definiu-se a saída ao mar pelo porto de Cobija. Grande parte da exploração costeira era realizada por empresários chilenos. Em 1873, o governo boliviano firmou um acordo com a Compañía de Salitre y Ferrocarril de Antofagasta, uma sociedade chilena formada por capitais chilenos e britânicos. Segundo este acordo, a dita companhia podia explorar o salitre sem pagar direito algum durante quinze anos.

Este tratado não foi ratificado pelo Congresso, o que era fundamental para sua vigência, já que os tratados envolvendo recursos naturais tinham de ter sua ratificação. Em 1878, tentando escapar de uma crise econômica, o Congresso decidiu revisar os contratos firmados com o Chile. Chegou-se à conclusão que para que entrasse em vigor o contrato com a Companhia Salitreira era necessário pagar 10 centavos por quintal de salitre exportado. Segundo a empresa assinante do contrato, essa cobrança violava o tratado. A defesa dos interesses privados, assumidos pelo governo do Chile, transformou o problema num conflito diplomático.

Quando o governo de La Paz decidiu reaver as áreas salitreiras, revogando a lei de 1878, colocou as áreas em leilão. Isto determinou que o Chile ocupasse Antofagasta (atual cidade do Chile conhecida popularmente como a Pérola do Norte). O Peru tinha firmado em forma secreta um tratado de aliança defensiva com a Bolívia, entretanto, tal acordo não fora bem-sucedido. Apesar de se tratar de um tratado defensivo, a interpretação chilena foi de que era defensivo na forma, porém ofensivo no fundo. Em 5 de abril de 1879, o Chile declara guerra à Bolívia e ao Peru.

A guerra teve duas frentes: a marítima e a terrestre. A guerra marítima era fundamental, já que o deserto da Atacama, na área da fronteira, era inóspito para o combate.

Depois de várias batalhas navais, o Chile impunha-se no combate naval de Punta Angamos. A campanha terrestre foi, no mínimo, surpreendente para os peruanos que viram a cidade de Lima sendo ocupada pelo exército chileno. Em Lima, organizaram-se milícias civis que pretendiam defender a cidade, mas com poucas possibilidades de serem bem-sucedidas.

A guerra teve fim com a assinatura do Tratado de Ancón. Neste tratado, o departamento de Tarapacá passou a formar parte do território chileno, enquanto as províncias de Arica e Tacna passaram à administração chilena de forma temporária por dez anos, depois do quais um plebiscito determinaria se permaneceria em domínio chileno ou se voltaria ao território peruano. Este plebiscito não se realizou e, em 1829, através de outro tratado, Tacna voltou para o Peru e Arica ficou para o Chile.

O Chile ficou com 75.000 km² da Puna de Atacama, até então boliviana. A paz com a Bolívia também esperaria até o século XX. Resultado: a confirmação da perda da saída ao mar para a Bolívia. A guerra terminou com um saldo entre 14 mil e 23 mil mortos.

Considera-se uma guerra motivada por fatores econômicos, e como resultado enormes ganhos econômicos para o ganhador do conflito bélico. O Chile, portanto, obteve enormes áreas com salitre, guano e cobre que passaram imediatamente a mãos britânicas.

Em 1886, havia três grandes empresas proprietárias do salitre: as três empresas organizadas por John Thomas North: Compañía de Nitrato de Liverpool, Compañía de Nitrato Colorado e a Primitiva Compañía de Nitratos. Dois anos depois os capitais ingleses eram proprietários da maior parte das ações da Companhia Ferroviária de Nitratos e do Banco de Tarapacá y Londres, que foi o banco dos negócios do salitre. Quando o presidente Balmaceda intentou nacionalizar os nitratos, como tinha feito o Peru, os ingleses financiaram uma revolução que levou ao suicídio de Balmaceda, como já tinham financiado o Chile, na Guerra do Pacífico.

John Thomas North durante a Guerra do Pacífico comprou ações emitidas pelo governo peruano, que tinha nacionalizado as minas de salitre. Comprou a 12% do valor original porque os preços caíam vertiginosamente na medida em que o Chile obtinha vitórias. Pensava-se que, como os salitres finalmente passariam ao Chile, este não reconheceria esses títulos em mãos privadas, mas North acreditava que o governo chileno reconheceria esses títulos, e assim foi. North conseguiu ser o “rei do salitre”, obtendo informações preciosas.



Figura 12.5: John Thomas North, o “rei do salitre”.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/John_Thomas_North_Vanity_Fair_2_November_1889.JPG

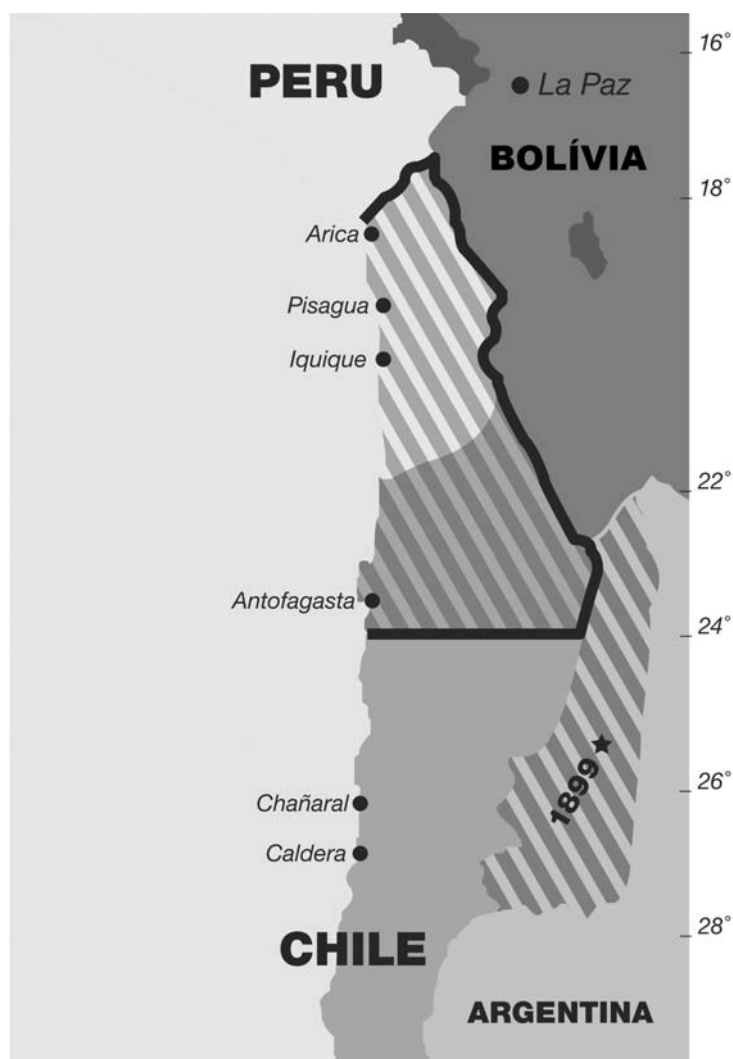


Figura 12.6: A Guerra do Pacífico.

Fonte: [http://gl.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Pac%C3%ADfico_\(1879-1883\)](http://gl.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Pac%C3%ADfico_(1879-1883))



Divisão internacional do trabalho: vantagens comparativas

David Ricardo (1772-1823), um dos fundadores da escola clássica da Economia Política, criou, dentro da teoria do comércio internacional, o conceito das vantagens comparativas.

Argumentou, pela primeira vez, que o comércio binacional podia beneficiar os dois países envolvidos nas trocas comerciais.

Para demonstrar esta teoria, Ricardo utilizou o caso da Inglaterra e Portugal, um produzindo têxteis e o outro vinho. Ainda que a Inglaterra fosse mais eficiente na produção dos dois, era conveniente a importação do vinho português.



Figura 12.7: David Ricardo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8d/David_ricardo.jpg/220px-David_ricardo.jpg

Adam Smith, famoso economista e filósofo do século XVIII, propunha a teoria das vantagens absolutas, segundo a qual cada país deveria se especializar naquilo que produzia a menor preço. Mas esta teoria deixava os países que não tinham nenhum produto mais barato que seus concorrentes fora do mercado internacional.

As classes dominantes da América Latina aderiram tanto à teoria das vantagens absolutas como à das comparativas. No novo contexto internacional, parecia que a América Latina tinha encontrado sua “vocação” que justificava a não industrialização, já que se poderia ter acesso às manufaturas sem realizar as importações.

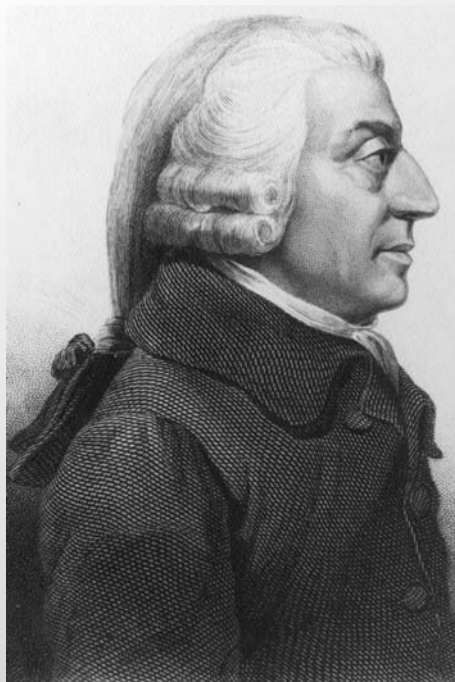


Figura 12.8: Adam Smith.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/0a/AdamSmith.jpg/200px-AdamSmith.jpg>

Porfiriato

Denomina-se porfiriato o período entre 1887 e 1911, período em que Porfirio Díaz foi reeleito para a presidência. Este período foi precedido por outro de reformas liberais que sustentaram as bases da integração econ  mica.

México

Durante o **porfiriato** (1876-1911), o México passou por uma série de reformas liberais. A situação geográfica colocava-o em excelentes condições para a integração comercial com os países do

Hemisfério Norte, tanto com o mercado europeu como com o norte-americano em expansão, que não requeria altos custos para o transporte e que de fato absorvia três quartas partes das exportações mexicanas.

A pauta de exportações mexicana era muito variada, como pode ser apreciado no **Tabela 12.1**, a seguir. Ainda ficaram fora dela, por proporcionar ingressos pequenos, produtos como mel, frutas, pimentas, legumes, cerveja, tabaco, chapéus de palha, zinco, antimônio e mercúrio. Na primeira década século XX, começou a exportação da indústria petroleira. A pauta tão diversificada deu estabilidade à economia mexicana. Nos períodos 1877-1878 e 1910-1911, o valor total das exportações foi de 23,9 milhões a 239,7 milhões de pesos constantes.

As exportações mexicanas deixaram sentir seus efeitos em diferentes regiões. A atividade pecuária e a mineração concentraram-se no norte, o cultivo do *henequén* na península de Yucatán, o petróleo no golfo do México, mas apesar desta distribuição, o crescimento não se fez sentir em todas as partes e nem beneficiou os mexicanos no seu conjunto, embora apareçam algumas mudanças gerais que merecem ser mencionadas.

A população cresceu no período entre 1850-1880, passando de 7 milhões e meio a 9 milhões, e a 12 milhões em 1890. O número de núcleos urbanos aumentou. Esta nova dinâmica também esteve condicionada, porque a partir da República Restaurada as economias de autossustentação começaram a integrar-se aos circuitos mercantis. No período entre 1877-1890, as exportações subiram de 33 para 91 milhões de pesos.

Dentro da nova ordem liberal, fizeram-se grandes reformas, desde o chamado período das reformas que mencionamos. A “lei Lerdo” privatizou as terras eclesiásticas e as terras de corporações civis e criou as condições para a economia de mercado.

Argentina, Chile e México constituem as economias mais inseridas da América Latina no período 1870-1914. Mas os outros países também entraram na divisão internacional do trabalho,

embora suas inserções não fossem tão bem-sucedidas. Outros países, como a Colômbia, tiveram suas economias menos impulsionadas nesse novo contexto.

Durante o século XIX, impuseram-se os seguintes produtos de exportação: tabaco, ouro, café, anil, quina e couros. Alguns destes produtos tinham uma tradição colonial, haviam sustentado a economia mercantilista, por exemplo, o ouro. A descoberta de ouro na Califórnia desceu seu preço, mas continuou a ser um dos itens importantes das exportações colombianas. A quina, apesar de ser conhecida e utilizada com fins medicinais desde a colônia, começou a ser exportada na segunda metade do século XIX.

O tabaco começou a ser exportado em grande escala em 1851. O seu mercado prioritário era Bremen, na Alemanha, e Londres, na Inglaterra. Sua produção caracteriza-se por auges e decadências. O auge maior foi em 1870 e a depressão mais marcada em 1875, quando se deu uma queda na produção em função de dois fatores: o esgotamento das terras e, portanto, uma baixa na qualidade e a concorrência de novos fornecedores como Java.

O algodão conheceu, como em outros lugares do mundo, um efêmero auge, acompanhando a saída do algodão dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão. Ciclo mais curto ainda conheceu o anil (1870-1873), utilizado no tingimento de tecidos. Seu declínio deveu-se à descoberta de colorante artificial para lograr o azul.

Entre os novos produtos, aqueles que se impuseram na pauta de consumo do século XIX, estava o café, mas este iria se impor somente no fim do século XIX. A pecuária (couro) desenvolveu-se de forma extensiva sobretudo na década de 1870.



A casca da quina contém vários alcaloides, e o principal é a quinina. Suas propriedades medicinais eram conhecidas pelos povos originários.

A casca do tronco é moída e com ela se tratava o paludismo (também conhecido como malária). Em 1638, a condessa de Chinchón, esposa do vice-rei do Peru foi curada de paludismo com um preparo desta casca. Era conhecida pelos europeus como *cascarilla da condessa* e *chinchona*.

No século XIX, quando esta espécie foi explorada em grande escala, houve danos ambientais. Em 1852, os holandeses levaram a semente para Java e a cultivaram em grande escala. Também Indonésia, Índia e Ceilão converteram-se em produtores da quina.

Durante a Segunda Guerra Mundial este produto transformou-se em estratégico, e os Estados Unidos colocaram-no na lista de produtos com os que os países da região deveriam contribuir para o esforço de guerra.

CONCLUSÃO

Nesta aula, abordamos as características econômicas da América Latina na segunda metade do século XIX. Nesta época, os países desta região inseriram-se no mercado internacional através da exportação de alguns produtos primários, dos investimentos e empréstimos estrangeiros, e da importação de manufaturas.

A integração da economia mundial requeria o movimento de capitais e do trabalho, a expansão do comércio mundial e o desenvolvimento de um sistema de pagos. A industrialização

européia demandou matérias-primas e alimentos. Os primeiros eram transformados no processo produtivo e os segundos serviam para alimentar uma classe operária industrial cada vez mais numerosa. Na segunda metade do século XIX, as distâncias mundiais diminuíram, uma vez que os transportes foram mais eficientes.

Esta integração econômica acarretou grandes desigualdades nas formas de inserção da América Latina no mercado internacional, já que implicou sua vulnerabilidade. A economia da América Latina selou seu destino: ficou amplamente dependente das flutuações internacionais, tanto no que diz respeito à demanda dos produtos primários como dos capitais internacionais.

Mostramos como as planícies argentinas e uruguaias foram semeadas de trigo e milho. A pecuária, que era uma atividade tradicional, modernizou-se a partir de meados do século; como o Chile exportou cobre e salitre, e aumentou esta capacidade de exportação depois da Guerra do Pacífico. No México, a mineração continuou a ser a principal atividade econômica. A pauta de exportações mexicanas para Estados Unidos foi muito ampla.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Analise o quadro a seguir e depois responda:

Tabela 12.1: Total de artigos exportados do México para os Estados Unidos em 1887-1894 e para o ano de 1898

Artigos exportados	1887-1894	1898
Café	92.9	72.5
Henequén	92.2	98.9

Mineral de prata	80.9	89.9
Prata de pasta	72.7	81.8
Jumbo	97.4	83.7
Cobre	8.1	63.5
Gado vacum	90.7	66.4
Gado menor	97.9	93.3
Peles de cabrito	98.9	99.8
Peles de boi	88.1	94.9
Ixtle	71.5	35.9

Fonte: Cerutti, 1998.

Compare os produtos exportados pelo México e descreva como estes produtos ofereceram as bases para a consolidação da economia dos países latino-americanos.

Resposta Comentada

O México, como foi mencionado, tinha como principal mercado os Estados Unidos, mas o *henequén* que era produzido no México cobria quase integralmente a demanda mundial da fibra natural que era utilizada nas cordas e sacas para transportar os produtos de exportação. Os minerais explorados no território mexicano também atendiam à demanda americana, e muitas vezes eram os próprios capitais americanos os responsáveis pela exploração. O cobre era utilizado nas instalações elétricas. Atualmente, continua sendo um metal muito utilizado, perdendo espaço somente para o ferro e o alumínio. O gado atendia à demanda alimentícia da população vizinha em crescimento, assim como o couro atendia à indústria do calçado.

O Chile destacou-se na produção de cobre, que, como mencionamos, teve grande importância na instalação das redes elétricas e do telégrafo, ademais da demanda industrial, e de salitre, que era utilizado nos adubos que os solos esgotados demandavam para repor os nutrientes necessários à produção. O trigo chileno atendeu num primeiro momento à demanda da Califórnia e da Inglaterra, esta última, sobretudo, entre 1860 e 1870. A partir da Guerra do Pacífico, já não conseguiu concorrer com o trigo argentino e norte-americano no mercado internacional, e a produção local passou a atender à demanda gerada pelo *boom* mineiro e os centros urbanos. Argentina e Uruguai inseriram-se no mercado internacional com a produção pecuária. A Guerra de Secessão dos Estados Unidos provocou a alta dos preços do algodão, o que também ocasionou a alta do preço de outra fibra natural, a lã. Assim, Uruguai e Argentina encontraram-se em uma conjuntura favorável. O ovino requeria menos terra e cuidados que o vacum. Os principais mercados para a lã eram Bélgica e França. A Argentina posteriormente exportou cereal e carne para a Inglaterra.

RESUMO

Durante as primeiras décadas posteriores à independência, os países da América Latina não tiveram um desempenho econômico como tinham preconizado e anelado os homens que participaram das guerras pela emancipação política e que propagaram as ideias de livre-cambistas. A historiografia mexicana mais recente tem relativizado a deterioração da economia independente, questionando os dados com que foi avaliado o pobre desempenho da economia pós-colonial. De qualquer forma, as economias independentes estiveram, em um primeiro momento, condicionadas pela própria guerra e pelos custos desta. As jovens nações nasceram atreladas a empréstimos internacionais.

Na segunda metade do século XIX, o panorama modifica-se. O mercado internacional, mais dinâmico, já não busca somente mercados para suas manufaturas, também está interessado nas matérias-primas, alimentos e possibilidade de investimentos. O capital inglês busca os mercados americanos para se realizar. Intervem principalmente na infraestrutura, como ferrovias, portos e demais suportes, que permitem o escoamento das mercadorias. Também foi área do domínio inglês a comercialização dos produtos americanos. Não se transformaram em proprietários rurais, salvo algumas exceções, este nicho econômico ficou reservado às oligarquias locais.

Cada região da América Latina achou “seu produto” de exportação que permitiu a modernização das metrópoles e a expansão do Estado, embora fosse num modelo de grande vulnerabilidade pela dependência da demanda e dos capitais externos. No interior das sociedades nacionais o modelo acentuou as desigualdades, como ficou retratado no caso argentino.

Entre 1870 e 1914, a América Latina fez reformas liberais que atingiram diferentes esferas da vida social. O liberalismo foi além da economia.

Argentina, México e Chile foram os países mais inseridos nesse modelo econômico, embora os outros países da região também tenham se mostrado favoráveis ao modelo agroexportador.

Aula 13

A reconstrução dos Estados Unidos no período pós-Guerra Civil

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar o contexto sociopolítico do período pós-Guerra Civil nos Estados Unidos, explicitando em particular os contornos da chamada “Reconstrução negra”.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. adequar o tema da relação entre a elite política e os grandes industriais norte-americanos à linguagem didática, a partir da elaboração de um roteiro de atividade de ensino e aprendizagem apropriada para alunos do Ensino Médio;
2. relacionar o conteúdo da aula com a análise de fontes primárias sobre o contexto da Reconstrução negra, que se seguiu à Guerra Civil.

INTRODUÇÃO

Reconstruindo a “casa dividida”

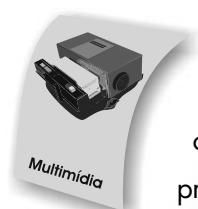
Mark Twain, um renomado escritor, romancista e humorista norte-americano, era também um grande frasista. Desse autor, uma das minhas frases favoritas é esta: “De um bom elogio, posso viver por dois meses.” É sempre um pouco constrangedor admitir, mas acho que todos nós, no fundo, esperamos elogios de vez em quando, não é?

Mas, na verdade, deixando de lado os elogios, lembro Mark Twain ao iniciar esta aula, pois o refinado senso crítico do autor foi capaz de formular uma expressão preciosa para qualificar o extremo crescimento econômico dos Estados Unidos no período que se seguiu à Guerra Civil. Twain publicou em 1873 um romance em coautoria com Charles D. Warner intitulado *The Gilded Age* (ou A Era Dourada, notando-se que o dourado, nesse caso, remete a um brilho menos valioso que o do ouro), satirizando os excessos da ganância por riqueza, a ostentação e a corrupção política que, para os autores, marcariam a era pós-Guerra Civil. A expressão ficaria conhecida como síntese daquela era de aceleradas mudanças. Mas que mudanças eram essas? Até o fim da Guerra Civil, as ferrovias norte-americanas iam do litoral atlântico até o rio Mississippi, de modo que mais da metade do território do país não era servido pelo transporte ferroviário. Entre 1865 e 1873, 35.000 milhas de trilhos foram assentadas, permitindo a incorporação de terras do Oeste, o estabelecimento de migrantes em áreas antes inóspitas, assim como a circulação de mercadorias e matérias-primas primordiais ao desenvolvimento industrial. Em 1869, as costas leste e oeste já estavam unidas pelos trilhos da primeira ferrovia transcontinental, permitindo que a viagem de um lado ao outro do país fosse concluída em apenas sete dias.

A extensão das linhas férreas simbolizava o amadurecimento da ordem capitalista após o fim do conflito bélico: o *boom*

manufatureiro e a criação de novas formas de organização industrial viram crescer uma poderosa classe de magnatas e empreendedores ferroviários, que ganharam espaço e visibilidade em detrimento da antiga elite comercial; ao mesmo tempo, os trabalhadores assalariados suplantaram os artesãos independentes como mão de obra típica nos estados nortistas. Por volta de 1873, a produção industrial norte-americana era superada apenas pela Inglaterra. Não muito tempo depois, já em 1890, os Estados Unidos figuravam como primeira potência industrial do mundo.

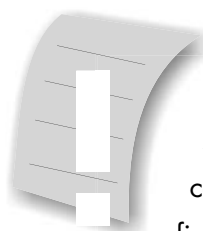
Quais foram os desdobramentos mais imediatos desse extraordinário crescimento econômico? Construiu-se algo semelhante a um império americano entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX? Como a reconstrução do país no período pós-guerra atingiu a massa de homens e mulheres negros libertados ao fim da Guerra Civil? Esta aula se destina a discutir, com você, essas instigantes questões.



Ao preparar a primeira parte desta aula, tive como referência central dois ótimos textos: o primeiro é de Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes, intitulado “Os Estados Unidos no século XIX”; o outro é o texto de Sean Purdy, intitulado “O século americano”. Ambos foram publicados no livro *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*, que consta nas referências bibliográficas desta aula. O livro de Mary Junqueira, ao qual recorro a todo momento para escrever sobre história dos Estados Unidos neste curso, é, como já comentei em outra aula, sempre uma referência fundamental. Sugiro a leitura destes textos para que você entenda melhor o contexto histórico de nossa discussão.

Um império em construção?

As décadas finais do século XIX nos Estados Unidos reúnem índices de crescimento em diferentes direções: a produção industrial, crescentemente controlada pelos grandes monopólios, superou o patamar de produção da Inglaterra, que dominara a cena econômica mundial até 1890. Este vertiginoso crescimento econômico dependia da presença de uma mão de obra expressiva, alimentada pela chegada de 20 milhões de imigrantes aos Estados Unidos entre 1870 e 1900. Nas últimas décadas do século XIX, a maioria dos imigrantes que chegavam aos portos dos Estados Unidos vinha de origens tradicionais como Reino Unido, Irlanda e Alemanha.



A formação das grandes fortunas

As principais companhias industriais norte-americanas formaram grandes monopólios a partir do final do século XIX. De acordo com a historiadora Mary Junqueira, essas companhias eram geralmente controladas por famílias e se organizavam segundo dois modelos básicos: por vezes, expandiam-se e monopolizavam a produção de um único produto, comprando os negócios dos concorrentes ou levando-os à falência; outras vezes, o meio de expansão era a compra de muitas empresas nos vários níveis da produção e da distribuição. Assim, a família Rockefeller controlava a extração e a distribuição do petróleo; os Morgan controlavam as atividades bancárias; as famílias Vanderbilt, Harrimans e Hills, por sua vez, dominavam o próspero negócio das ferrovias. Entre 1869 e 1898, estima-se que cerca de 13% da renda nacional foram aplicados na expansão da indústria norte-americana. Já em 1904, 318 corporações poderosas controlavam, de acordo com Sean

Purdy, nada menos que 40% da renda nacional. A respeito desta extrema concentração dos negócios em mãos de poucos empreendedores, o Senado norte-americano relatou, em 1903, dados expressivos: o banqueiro J. P. Morgan participava então da diretoria de nada menos que 48 corporações, enquanto J. D. Rockefeller, o presidente da Standard Oil, atuava em 37 diretorias corporativas na mesma época.

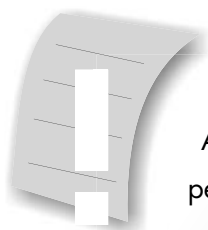
O acelerado processo de industrialização impulsionou igualmente a urbanização. Na verdade, até a virada do século, em 1900, a maior parte da população norte-americana ainda vivia em áreas rurais, mas as cidades da região dos Grandes Lagos, como Chicago, e da costa leste, como Nova York e Philadelphia, expandiam-se rapidamente. De acordo com os historiadores Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes, já era possível, por volta de 1890, perceber a crescente formação de uma classe média nessas cidades, portadora de hábitos cada vez mais difundidos: praticar esportes, usar a bicicleta como meio de transporte e ler romances e revistas de grande circulação. Ao mesmo tempo, as grandes cidades concentravam parcelas de negros e imigrantes pobres que nelas buscavam condições de vida melhores, demonstrando a face desigual do progresso econômico do período.

A “teoria do mais apto” – ou darwinismo social – teve influência nos Estados Unidos naquele momento. O filósofo Herbert Spencer, considerado “o pai do darwinismo social”, e seu discípulo nos Estados Unidos, William Sumner, professor da Universidade de Yale, traduziam os contornos dessa teoria ao alegarem que a luta pela existência era o meio pelo qual os indivíduos alcançavam o nível mais alto de desenvolvimento, confirmando os valores do individualismo competitivo. O darwinismo social foi influente entre políticos, líderes religiosos e jornalistas norte-americanos, atraídos

pela ideia de que a ação do governo em defesa dos mais pobres e dos mais fracos interferia nas leis da natureza e prejudicava a sociedade como um todo.

Embora o darwinismo social estivesse em ascensão na América do Norte até a década de 1890, a crítica a esta teoria tornou-se igualmente vigorosa. Entre o fim da década de 1870 e os anos 1890, um número crescente de norte-americanos passou a defender a necessidade de reformas sociais, criticando assim os excessos do liberalismo e do individualismo implícitos nas teses do darwinismo social. Homens influentes como Eugene Debs, do Partido Socialista da América, e Edward Bellamy, escritor comprometido com a reflexão sobre as injustiças geradas pelo capitalismo, pregavam uma nova ordem social, ancorada nos valores da cooperação e do coletivismo. Outro escritor e teórico social que se engajou na crítica ao capitalismo monopolista e aos males sociais a ele atribuídos foi Henry George, autor de *Progresso e pobreza*, publicado em 1879.

O expansionismo chegou também ao âmbito da política externa, reforçando os ideais de um suposto “Destino Manifesto” dos Estados Unidos, primeiramente difundido no contexto da guerra contra o México (1846-1848): tratava-se da atribuição de um caráter excepcional aos norte-americanos, seus costumes e instituições políticas, que no limite legitimaria a intervenção política e militar do país em diferentes partes da América Central, do Caribe e das ilhas do Pacífico. Vejamos, nesse sentido, alguns episódios emblemáticos da progressiva intervenção norte-americana nas regiões vizinhas, na virada do século XIX para o XX.



Destino Manifesto

A expressão “Destino Manifesto” foi difundida pela revista norte-americana *Democratic Review*, na década de 1840, por meio de editoriais que apoiavam a anexação de parte do território mexicano pelos Estados Unidos. A expressão remetia à noção de que a expansão territorial era uma espécie de direito divino da nação norte-americana, que, pela anexação, levaria seus supostos valores superiores de liberdade e democracia para outros povos.

- Após envolverem-se na guerra pela emancipação de Cuba frente aos espanhóis (em 1898), os Estados Unidos anexaram as antigas possessões hispânicas de Porto Rico e Filipinas.
- Em 1903, o Panamá separou-se da Colômbia e tornou-se um país livre, com o apoio dos Estados Unidos. Em troca, os panamenhos concederam aos Estados Unidos direitos soberanos sobre a Zona do Canal, região que viabilizou e impulsionou trocas comerciais pela ligação entre o Atlântico e o Pacífico.
- Entre 1898 e 1902, Cuba, já independente, foi mantida sob controle de uma junta militar norte-americana. Ao deixarem a ilha, em 1902, os americanos criaram um dispositivo constitucional que garantiria sua ação na região. Sob pressão do senador Orville Platt, os cubanos foram levados a incluir uma emenda à Constituição do país, que reservava aos Estados Unidos o direito de intervir na ilha com “o objetivo de manter a ordem e a estabilidade do país”.

Como se davam as intervenções norte-americanas nas regiões sob sua influência? De acordo com Mary Junqueira, a ideia de cumprimento de uma suposta missão civilizatória fazia parte da cultura política norte-americana. De acordo com essa perspectiva,

os enérgicos norte-americanos cumpriam um destino já traçado pela Providência: levar civilização, tecnologia e democracia aos povos além de suas fronteiras. Na verdade, para Mary, “essa seria apenas uma justificativa para a ação hegemônica dos norte-americanos sobre outras culturas”.

Para o crítico literário Edward Said, a noção de império estava presente na cultura política dos Estados Unidos por intermédio das práticas e dos discursos que consideravam o avanço sobre outros países vital para a defesa dos interesses norte-americanos no mundo. No plano dos discursos políticos, segundo Said, as intervenções americanas em outras regiões eram justificadas pela ideia de que se estava praticando o bem por meio da mudança de valores e da luta pela democracia em países que os americanos julgavam atrasados ou antidemocráticos. Assim, os norte-americanos insistiriam em uma ideia de inocência, que revestia as pretensões intervencionistas com os valores da luta pela liberdade de outros povos.

Já o historiador norte-americano Steve Topik apresenta uma particularidade um pouco distinta a respeito do imperialismo norte-americano na virada do século XIX para o século XX. De acordo com Topik, o comércio, e não a busca por territórios, era o principal motor do expansionismo dos Estados Unidos naquela época, que, como vimos, foi marcada por extraordinário crescimento da produção industrial. A este respeito, o autor cita uma sugestiva frase do milionário Thomas J. Coolidge, que representou os Estados Unidos na primeira Conferência Pan-Americana, ocorrida em Washington (1889-1890): “Vamos comprar de vocês [sul-americanos] e vender para vocês, mas não nos uniremos a vocês, nem tampouco os governaremos.”



Um pouco de historiografia

O período que se seguiu à Guerra Civil norte-americana suscitou diferentes interpretações historiográficas ao longo do século XX. Em 1927, os historiadores Charles e Mary Beard publicaram *The Rise of American Civilization*, livro no qual indicavam o potencial transformador da Guerra Civil, por eles chamada de Segunda Revolução Americana. A construção de uma ferrovia transcontinental e o excepcional crescimento industrial do período revelavam, para os autores, os traços de uma nova revolução, marcada pela proeminência dos interesses econômicos do Norte e do Leste dos Estados Unidos: uma transferência de poder dos “aristocratas plantadores sulistas” para os “capitalistas” do Nordeste.

Em 1935, o monumental estudo do ativista político e acadêmico negro W. E. B. Du Bois redirecionou o rumo das discussões sobre o período ao ressaltar a importância da Reconstrução negra, movimento político liderado pelos republicanos radicais que visava a criar políticas e práticas de integração e defesa da cidadania negra nos anos que se seguiram à Guerra Civil. Du Bois, em seu livro *Black Reconstruction in America*, demonstrou o esforço para a formação de uma ordem política inter-racial e democrática a partir das cinzas da ordem escravista; e advertiu que os escritos sobre a ordem socioeconômica advinda da guerra haviam, até aquele momento, ignorado o principal ator do drama da Reconstrução: o negro emancipado. O historiador norte-americano Eric Foner, em trabalho publicado em 1992, já notou que, ao final dos anos 60, a Reconstrução era vista por seus historiadores como um momento de extraordinário progresso

político e social para os negros; se era então descrita como uma “era trágica”, isso se devia ao fato de as mudanças, em relação à cidadania dos negros, terem consumido um século de lutas para serem implementadas, pelo menos em seus aspectos mais básicos (lembro, para esclarecer melhor esta formulação, que as reivindicações pelos direitos civis dos negros estavam na ordem do dia nos anos de 1960, daí a referência a um século de lutas). Ao concluir, Foner afirmava que a Reconstrução americana no período pós-Guerra Civil teve sim um contorno “revolucionário”, mas, ao contrário de Charles e Mary Beard, os citados historiadores da década de 1920, Foner pensava que a emancipação em si havia sido o mais revolucionário aspecto do período pós-Guerra Civil.



Atende ao Objetivo 1

1. Nesta atividade, você está convidado a treinar uma habilidade fundamental para a carreira docente: criar roteiros consistentes de trabalho para seus alunos, a partir de fontes que possam ser usadas com facilidade em sala de aula. Proponho que você observe com atenção a ilustração e a legenda a seguir, para criar um roteiro de atividade de análise para a gravura, adequado para alunos de História do Ensino Médio com conhecimentos básicos sobre o tema em questão.



Fonte: <http://www.mrrena.com/2003/social1.shtml>

Este *cartoon* político, desenhado pelo artista Horace Taylor em 1899, tem como tema principal o industrial J. D. Rockefeller (o nome está impresso no colarinho da camisa). O industrial segura a Casa Branca na palma das mãos e, ao fundo, o Congresso americano é representado como uma refinaria de óleo, sugerindo o poder dos grandes negócios sobre os governantes e legisladores da nação.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Como se trata de uma atividade que exige conhecimento aliado à criatividade, o comentário que se segue é um modelo de roteiro, entre outros possíveis. O roteiro de atividade que proponho foi organizado sob a forma de etapas de pesquisa e análise a serem seguidas pelos alunos da turma, sempre com o objetivo de interpretar a imagem proposta.

1) Observação e análise da imagem e da legenda:

- Identifique os elementos presentes na imagem, com o auxílio das informações da legenda.
- Descreva as possíveis intenções do cartunista Horace Taylor ao desenhar esta cena, em 1899.
- Pesquise e descreva, em linhas gerais, o contexto de ascensão dos grandes magnatas da indústria norte-americana no período de produção desta imagem, em particular.

2) Análise do conteúdo da imagem propriamente dito:

- No *cartoon*, J. D. Rockefeller segura a Casa Branca com a mão direita, observando-a atentamente. O que esta imagem sugere, se analisada à luz da ascensão econômica extraordinária dos grandes grupos industriais nas últimas décadas do século XIX?
- Ao fundo, observe a presença do Congresso norte-americano, desenhado como se fosse uma refinaria de petróleo. Qual relação se pode estabelecer entre essa representação e a de J. D. Rockefeller?
- Redija um parágrafo de síntese sobre a imagem analisada, ressaltando o seguinte aspecto: o cartunista quis sugerir que os magnatas norte-americanos do fim do século XIX possuíam influência política sobre os presidentes e congressistas? Este tipo de influência é exclusivo da história norte-americana? Você se lembra de algum episódio da história brasileira recente em que industriais ou proprietários tenham se organizado para exercer influência política sobre governantes e congressistas?

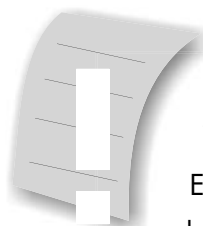
A Reconstrução negra

A Guerra Civil americana terminou em 1865 com o saldo extraordinário de mais de 500.000 baixas, de acordo com Peter Eisenberg, indicando o alto preço pago pela manutenção do Norte e do Sul unidos em uma mesma nação. Além da destruição material das cidades, o Sul estava financeiramente falido e precisava lidar com a questão constitucional da reintegração à União, após a derrota no conflito. Afinal, qual seria o estatuto legal de estados que haviam se separado da União e eram obrigados a retornar? E mais: quais eram os anseios de cerca de 4 milhões de negros libertos ao fim da guerra? Estes eram alguns dos enfrentamentos que as autoridades federais e estaduais tinham diante de si no momento de “reconstrução” da nação.

O partido político de maior expressão nacional naquele momento era o Partido Republicano, que contava com algumas divisões internas quando se tratava da discussão sobre a reconstrução nacional. Os chamados “moderados” defendiam uma ação federal conciliatória e limitada nos estados sulistas, garantindo os direitos políticos das unidades que estabelecessem um governo comprometido com os princípios da União. Aos libertos, na ótica dos moderados, não se devia garantir muito mais que a própria liberdade. Os chamados “radicais”, por sua vez, entendiam que a readmissão dos estados sulistas à nação exigia uma estreita vigilância e interferência federal, inclusive com a presença de tropas nacionais garantindo o alistamento eleitoral dos negros nos estados sulistas.

A partir de 1867, os projetos defendidos pelos radicais ganharam fôlego, e, nas palavras do historiador Peter Eisenberg, viraram o Sul de cabeça para baixo. Esse contexto, especialmente entre os anos de 1867 e 1870, ficou conhecido como período da Reconstrução Radical (ou Reconstrução negra) e foi marcado por uma série de intervenções e iniciativas políticas voltadas especialmente para a garantia dos direitos de cidadania negra na sociedade sulista.

Em 1865, a Emenda Constitucional XIII referendava a emancipação geral dos escravos em todo o território norte-americano, ratificando a lei de 1863 de mesmo teor, aprovada por Abraham Lincoln ainda no curso da guerra. Já em 1868, quando a Emenda XIV foi ratificada no Congresso, a questão da cidadania negra chegou ao centro da discussão política nacional. A Emenda XIV previa que, no país, a cidadania era atributo das pessoas nascidas em território norte-americano, ou ali naturalizadas, não dependendo, portanto, da raça ou da condição anterior do sujeito. Indicava-se, assim, que tanto os negros quanto os ex-escravos gozavam de direitos políticos gerais na nação e em seus estados de residência. Tais estados, aliás, deveriam ser punidos com a diminuição da representação no Congresso Nacional caso fosse comprovado que limitavam os direitos de voto de seus cidadãos.



As Emendas Constitucionais XIV e XV

Veja aqui o primeiro item da décima quarta Emenda à Constituição norte-americana, adotada em 1868:

Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas a sua jurisdição, são cidadãos dos Estados Unidos e do estado onde tiveram residência. Nenhum estado poderá fazer ou executar leis restringindo os privilégios ou as imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; nem poderá privar qualquer pessoa de sua vida, liberdade ou bens sem processo legal, ou negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis.

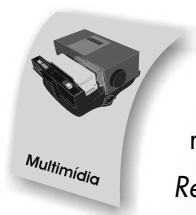
A Emenda XV, adotada em 1870, apresentava o seguinte texto:

1. O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não poderá ser negado ou cerceado pelos Estados Unidos, nem por qualquer estado, por motivo de raça, cor ou prévio estado de servidão.

2. O Congresso terá competência para executar este artigo, com legislação apropriada.

Os radicais dividiram temporariamente a região Sul em cinco territórios, colocados sob governo militar. Cada estado deveria então formar uma Convenção dedicada à elaboração de novas Constituições estaduais, que deveriam incorporar a décima quarta Emenda e receber ratificação do Congresso federal. Só então os governos militares se afastariam, dando lugar a eleições para a formação dos novos governos estaduais sulistas.

Além de promover a ocupação militar temporária, os republicanos radicais e seus simpatizantes dirigiram-se às cidades sulistas para promover programas de educação, acesso à moradia, auxílio jurídico, fiscalização dos processos de registro dos eleitores negros, entre outras iniciativas destinadas a garantir recursos para o exercício da cidadania dos recém-libertos.



“O significado da liberdade” é um artigo primoroso de Eric Foner, publicado em português na *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v.8, n.16, mar./ago. 1988 (Escravidão – número especial organizado por Silvia Hunold Lara). Se você se interessou pelo conteúdo desta seção da aula, vai adorar a leitura desse texto.

Como ressalta o historiador norte-americano Eric Foner, com o progresso da Reconstrução, cidadãos negros ocuparam postos oficiais locais em praticamente todas as cidades nas quais a população era expressiva. Xerifes, coletores de impostos, juízes, oficiais militares e congressistas negros conquistaram seus postos de trabalho no período da Reconstrução, muitos deles sem sequer possuir uma formação educacional anterior. Nas legislaturas locais dos estados sulistas, uma crescente capacidade de mobilização foi responsável pela eleição de cerca de 600 legisladores negros entre o final dos anos 1860 e a primeira metade da década seguinte. Tratava-se, nas palavras de Eric Foner, de uma formidável mudança na vida política norte-americana.



Joseph Rainey: liberto, barbeiro e congressista dos Estados Unidos

Joseph Rainey nasceu na escravidão e foi o primeiro norte-americano negro a ter uma cadeira de deputado no Congresso Nacional. Nascido em 21 de junho de 1832 em Georgetown, Carolina do Sul, Rainey conquistou a liberdade no início da década de 1840, quando seu pai, um escravo que trabalhava como barbeiro com a permissão senhorial, conseguiu poupar o suficiente para comprar a própria liberdade e a de toda a família. Já livres, mudaram-se todos para a cidade de Charleston, na Carolina do Sul. Na juventude, Joseph recebeu uma educação formal bastante limitada, mas aprendeu o ofício do pai. Como barbeiro, o jovem de 27 anos rumou para a cidade da Philadelphia, em 1859, onde conheceu a mulher com quem se casou e teve três filhos. Durante a Guerra Civil, o casal foi para a ilha de Bermuda, uma colônia britânica no Caribe que havia abolido a escravidão em 1834. Lá, Joseph tornou-se um próspero proprietário de barbearia, e sua esposa, Susan Rainey, abriu uma loja de vestidos. O casal era regularmente informado sobre o progresso da guerra pelos marinheiros de passagem, até que em 1866, após o fim do conflito, voltaram aos Estados Unidos, estabelecendo-se novamente na Carolina do Sul.

A riqueza adquirida pelo casal na ilha de Bermuda elevou o status deles na comunidade e rendeu a Joseph um espaço ativo no Partido Republicano, inicialmente ocupando cargos na legislatura estadual, e, mais tarde, ocupando cadeiras na legislatura federal, entre 1870 e 1879. O maior reconhecimento público alcançado pelo congressista negro foi junto ao comitê dos Assuntos dos Libertos, criado para cuidar de toda a legislação relativa aos recém-libertos. Em abril de 1871, ele fez seu primeiro grande discurso no Congresso, solicitando o uso de tropas federais para proteger os negros sulistas contra os ataques da recém-formada Ku Klux Klan: "Quando eu e meus colegas [congressistas negros] deixamos o Congresso e voltamos para nossos lares sulistas, não sabemos se o assassino pode estar a nossa espreita, para uma vingança." A repercussão deste discurso foi, ao que tudo indica, imediata: ainda em abril de 1871, o presidente Ulysses Grant assinou a lei federal destinada a coibir a ação da Klan. Pouco tempo depois, Rainey recebeu uma carta escrita com tinta vermelha que aconselhava que ele e outros defensores dos direitos civis negros "se preparassem para encontrar seu Deus". De fato, os sulistas brancos praticamente ignoraram a referida lei, e os congressistas que a ela se opunham cuidaram de impedir que fundos fossem criados para viabilizar o efetivo cumprimento da lei.

Em 1878, já sinalizando o avanço dos democratas e dos defensores da supremacia branca no Sul, o republicano Rainey foi derrotado nas eleições para o Congresso, de onde saiu em 1879.

Para outras informações sobre os congressistas negros norte-americanos no período da Reconstrução, visite o site <http://baic.house.gov/>



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Joseph_Rainey_-_Brady_Handy.jpg

Após 1870, sinalizando que o compromisso dos sulistas com a promoção da cidadania negra era frágil, ressurgiram, em diferentes áreas, leis estaduais discriminatórias em franca insubordinação aos princípios constitucionais: a proibição de casamentos inter-raciais e as chamadas leis Jim Crow multiplicaram-se a partir da década de 1870. O termo Jim Crow tinha origem em uma famosa canção popular do Sul e foi usado para batizar leis restritivas que estabeleciam a separação entre negros e brancos nos transportes, cinemas, restaurantes, hotéis e outros espaços públicos; após 1885, muitas escolas sulistas foram formalmente separadas. Apenas muitas décadas depois, e já nos anos 1950 e 1960, a Suprema Corte norte-americana derrubou tais leis discriminatórias, tornando ilegais as práticas cotidianas de segregação.



A ação da Ku Klux Klan

A Ku Klux Klan foi uma organização formada por sulistas brancos em 1866, que teve sua Constituição adotada em 1867 e revisada no ano seguinte. Tratava-se de uma organização ilegal, que recorria a ameaças, linchamentos e outros tipos de violência para tentar restabelecer princípios de supremacia branca nos estados sulistas que se encontravam sob o domínio legal da Reconstrução. Veja alguns trechos da Constituição do grupo, datados de 1868:

Esta é uma instituição de Cavalheirismo, Humanidade, Misericórdia e Patriotismo... cujos objetivos peculiares são:

Primeiro: proteger os fracos, inocentes e indefesos contra as indignidades, injustiças e ultrajes dos sem-lei, violentos e brutais; acudir aos injuriados e oprimidos; socorrer os sofredores e infelizes, e , sobretudo, as viúvas e órfãos de soldados confederados.

(...)

Terceiro: ajudar e assistir na execução de todas as leis constitucionais, e proteger o povo do sequestro ilegal e do julgamento que não seja pelos seus pares, em conformidade com as leis da terra.

(...)

Interrogações que devem ser feitas [aos novos membros]:

Você se opõe à igualdade do negro, tanto social quanto política?

É a favor do governo de um homem branco neste país?

É a favor da manutenção dos direitos constitucionais do Sul?

É a favor da relibertação e emancipação dos homens brancos do Sul, e da restituição ao povo sulista de todos os seus direitos, tanto de propriedade quanto civis e políticos?

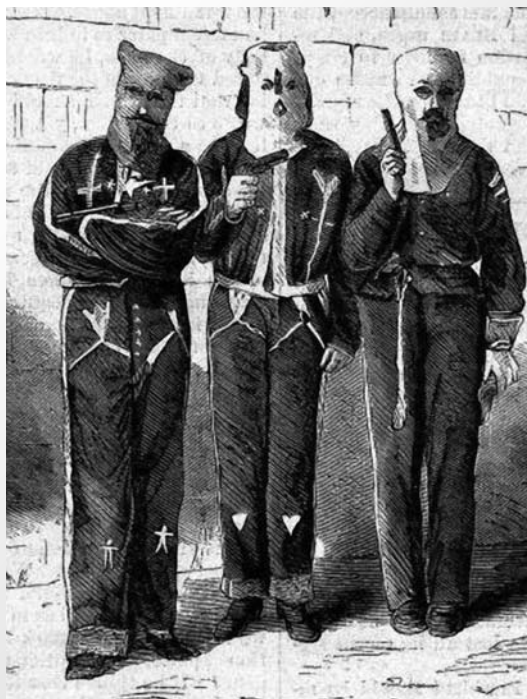


Figura 13.1: Membros da Ku Klux Klan em seus disfarces, capturados no estado do Mississippi, em 1871. A imagem foi publicada na revista *Harper's Weekly* em janeiro de 1872.

Fonte: http://em.wikipedia.org/wiki/File:Mississippi_ku_klux.jpg

CONCLUSÃO

Uma sociedade com tanta hostilidade racial seria capaz de assegurar a justiça para os recém-emancipados? A partir do ano de 1872, os radicais ficaram progressivamente mais isolados no Congresso norte-americano por um conjunto de razões combinadas: os congressistas democratas tornaram-se majoritários; as organizações racistas ampliaram seu raio de ação e pressão antinegro nos estados sulistas; a crise econômica de 1873 afetou

em cheio os radicais, que perderam apoio de bancos e empresários no financiamento de iniciativas de promoção da cidadania negra nos estados sulistas.

Nesse contexto, a política pró-negro perdeu apoio oficial e privado. O Governo Federal não era democrata, mas os democratas – defensores, naquela época, de ideais de supremacia branca – monopolizavam a política no Sul, controlavam os tribunais estaduais e criavam mecanismos diversos para negar aos negros o direito de voto nos estados sulistas: mudavam os locais de votação sem aviso prévio, falsificavam votos e cobravam impostos ilegais dos eleitores negros. Uma das iniciativas mais absurdas, em meio a esse descaso geral em relação à décima quarta e à décima quinta Emendas, foi a criação da cláusula do avô: os eleitores negros deviam comprovar que seus avós eram eleitores antes do ano 1867 para exercerem o direito de voto. Ora, possuir avós eleitores era uma condição quase impossível para qualquer homem negro recém-saído da escravidão nos estados sulistas!

Nas décadas seguintes, o frágil compromisso sulista em torno da cidadania negra foi derrotado na arena jurídica. Em 1883, em processo conhecido como Civil Rights Cases, a Corte Suprema dos Estados Unidos desconsiderou as garantias da décima quarta Emenda ao permitir que os tribunais estaduais deliberassem sobre os casos de discriminação racial, esvaziando assim o papel do Governo Federal na garantia da igualdade entre brancos e negros no acesso à cidadania.

Em 1896, no processo judicial conhecido como Plessy x Ferguson, a Corte Suprema dos Estados Unidos referendou a doutrina “Separados, mas iguais” (*Separate, but equal*, originalmente). De acordo com essa doutrina, havia igualdade quando negros e brancos eram providos de instalações substancialmente iguais, embora fossem separadas. A decisão reconhecia assim as práticas discriminatórias de manutenção de escolas separadas para os negros, locais separados nos transportes, nos restaurantes etc.

Muitas décadas e lutas seriam necessárias para que estas práticas discriminatórias fossem tornadas ilegais no país. Mas essa já é uma outra história, para ser contada em outra ocasião.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Considere a leitura da fonte a seguir para formular um comentário que ressalte a vinculação entre as Emendas XIV e XV e a Primeira Lei de Reconstrução de 1867.

Primeira Lei de Reconstrução

2 de março de 1867

Visto que não existem governos estaduais legais nem adequada proteção à vida ou à sociedade nos Estados rebeldes...; e visto ser necessário que a paz e a boa ordem sejam impostas nos ditos Estados enquanto não puderem estabelecer legalmente governos estaduais leais e republicanos,

Ordena-se... que os ditos Estados rebeldes serão divididos em distritos militares e ficarão sujeitos à autoridade militar dos Estados Unidos como mais adiante se prescreve...

(...)

...que quando o povo de qualquer Estado rebelde tiver formado uma Constituição dos Estados Unidos em todos os sentidos, redigida por uma convenção de delegados eleitos pelos cidadãos do sexo masculino do dito Estado, maiores de vinte e um anos de idade, sejam quais forem sua raça, cor ou situação anterior, residentes no dito Estado pelo espaço de um ano antes da citada eleição... e quando a dita Constituição determinar que o privilégio do voto será gozado por todas as pessoas que tiverem as qualificações aqui expostas para os eleitores de delegados... a partir de então as seções anteriores desta lei passarão a ser inoperantes no dito Estado...

Resposta Comentada

Ao responder a esta questão, o aluno deve ter atenção às datas de aprovação da Primeira Lei de Reconstrução (1867) e às datas das duas Emendas constitucionais citadas no enunciado (1868 e 1870). Ao comparar as datas, é possível observar que os direitos de cidadania e voto independentes de raça, cor ou prévia condição estavam em discussão na sociedade norte-americana mesmo antes de serem garantidos pelas Emendas constitucionais. Assim, em 1867, quando a Primeira Lei de Reconstrução veio a público para estabelecer a intervenção federal nos estados sulistas, as futuras garantias constitucionais encontravam-se já explicitadas no conteúdo da própria lei. Segundo tal lei, as Constituições estaduais reformuladas nos estados sulistas só teriam validade se redigidas por uma convenção de “delegados eleitos pelos cidadãos do sexo masculino do dito Estado, maiores de vinte e um anos de idade, sejam quais forem sua raça, cor ou situação anterior, residentes no dito Estado pelo espaço de um ano antes da citada eleição”.

RESUMO

As décadas finais do século XIX nos Estados Unidos apresentaram índices de crescimento em diferentes direções: a produção industrial, progressivamente controlada pelos grandes monopólios, superou o patamar de produção da Inglaterra, que dominara a cena econômica mundial até 1890. Esse vertiginoso crescimento econômico dependia da presença de uma mão de obra expressiva, alimentada pela chegada de 20 milhões de imigrantes aos Estados Unidos entre 1870 e 1900. Nas últimas décadas do século XIX, a maioria dos imigrantes que chegavam aos portos dos Estados Unidos dirigia-se para as cidades, intensificando também o processo de urbanização.

Tal quadro de crescimento integrou o processo de Reconstrução Nacional norte-americana no período que se seguiu à Guerra Civil, terminada em 1865. A outra face desse processo de reconstrução foi a mobilização dos republicanos radicais e de seus partidários na condução do que ficou conhecido como Reconstrução negra. A partir de 1867, os projetos defendidos pelos radicais ganharam fôlego, e, nas palavras do historiador Peter Eisenberg, viraram o Sul dos Estados Unidos de cabeça para baixo, especialmente até o início da década de 1870. Esse período foi marcado por uma série de intervenções e iniciativas políticas voltadas especialmente para a garantia dos direitos de cidadania negra na sociedade norte-americana, em geral, e nos estados sulistas, em particular.

Informação sobre a próxima aula

Na última aula desta disciplina, você vai conhecer novas discussões sobre escravidão e abolição na América do Sul. Não perca!

Aula 14

Escravidão e emancipação na América Latina pós-independência

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar noções gerais sobre os processos de abolição ocorridos na América Latina continental, ao longo do século XIX, com ênfase em três aspectos: as tensões entre os processos de independência política e a escravidão; as especificidades dos projetos de emancipação na América Latina continental, com destaque para o caso da região da Grande Colômbia; o debate historiográfico sobre a temática.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais relações entre os processos de independência política e a ruptura da escravidão negra na América Latina, ao longo do século XIX;
2. reconhecer os contornos gerais do debate historiográfico contemporâneo sobre os processos de ruptura da escravidão na América Latina.

INTRODUÇÃO

Um difícil compromisso

Simón Bolívar, um dos mais notáveis letrados e líderes da independência política da América hispânica no século XIX, viu-se muitas vezes diante dos impasses da escravidão humana, enquanto lutava pela liberdade política. Após as derrotas diante do poderio espanhol, restaurado na América em 1814, Bolívar deixou sua terra natal, a Venezuela, em busca de apoio estrangeiro para uma nova invasão ao continente. Após uma passagem pela Jamaica, ele seguiu para o Haiti, a República negra independente da França desde 1804 e então presidida por Alexandre Pétion, a quem Bolívar foi pedir ajuda para reiniciar a luta de independência na Venezuela.

Pelo que se sabe, Bolívar teve acesso imediato ao presidente Pétion, a quem teria apresentado seus planos de uma nova ofensiva contra os monarquistas para liberar o continente. Pétion, por seu lado, dispôs-se a fornecer ajuda, desde que o general venezuelano se comprometesse a alforriar os escravos de todos os territórios libertados. Com o compromisso firmado, a expedição reunida por Bolívar partiu do Haiti com sete navios, armas e munições para 6.000 homens e vários militares haitianos, que ficariam conhecidos como los franceses.

Ao conquistar suas vitórias militares, Bolívar e outros líderes da independência política na América do Sul foram levados a testar os limites de compromissos como este, firmado com Pétion em 1815: a independência política, conquistada nos campos de batalha, traria o fim imediato da escravidão negra nas novas repúblicas sul-americanas? A autoridade militar bastaria para que os proprietários abrissem mão de seus escravos? Que lugar a escravidão ocuparia nos debates legislativos das nascentes repúblicas? Estas são algumas das questões que eu me proponho a discutir nesta aula.

Independência e emancipação na América espanhola

As doutrinas e ideologias que justificavam a escravidão dos africanos foram progressivamente abaladas ao longo do século XVIII. Como explica a historiadora brasileira Emília Viotti da Costa, a burguesia criou novos conceitos em sua luta para destruir o Antigo Regime. Um destes novos conceitos baseava-se na defesa da supremacia das leis e dos direitos naturais dos homens, entre os quais figuravam o direito de propriedade, de liberdade e de igualdade de todos perante a lei.

No âmbito do pensamento revolucionário que emergiu no século XVIII, encontram-se as origens do abolicionismo, que respondia a uma mudança profunda na visão da justificativa da escravidão. Até aquele momento, a escravidão era geralmente vista como resultado da vontade divina; no século XVIII, em contrapartida, a noção de que a escravidão era fruto da vontade e dos interesses dos homens tornava-se mais difundida entre setores ligados à defesa de ideias liberais. Ainda de acordo com Emília Viotti, enquanto no passado considerava-se a escravidão um corretivo para os supostos vícios e ignorância dos negros, muitas pessoas passavam, no século XVIII, a considerar a escravidão como a causa destes supostos vícios. Desta forma, a escravidão passava a ser condenada em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica.

Enquanto tais ideias criavam um contexto favorável à luta pelo fim do tráfico de escravos e à cruzada abolicionista na Europa desde o fim do século XVIII, nas Américas elas também tiveram impacto. Nos territórios americanos sob domínio da Espanha que se encontravam levantados desde 1809, as discussões sobre a possibilidade de liberdade política muitas vezes encontravam no vocabulário da escravidão suas palavras de ordem: lutava-se contra a “tirania da metrópole”, pronta a “escravizar os súditos americanos” por adotar práticas e políticas que não consideravam os interesses daqueles que viviam nas áreas coloniais. Aos olhos dos escravos, dos negros livres

e, paulatinamente, de algumas lideranças políticas do movimento de independência na América hispânica, o novo idioma da liberdade política precisaria incorporar a liberdade dos indivíduos, entendida como um valor mais amplo, contrário à escravidão.

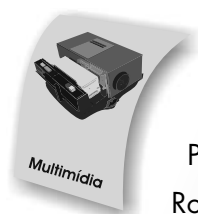


Em Cuba, monarquia e escravidão

Nunca é demais lembrar: entre as áreas da América hispânica que não foram mobilizadas pelas lutas de independência das primeiras décadas do século XIX, Cuba é o exemplo mais notável. Em Cuba, ilha leal aos espanhóis, a escravidão floresceu ao longo do século XIX em torno da produção açucareira e do enorme contingente de escravos chegados à região de 1789 em diante.

A oligarquia cubana contou com a monarquia espanhola para distanciar-se do republicanismo que afetara as relações entre senhores e escravos em outras partes da América e também para livrar-se da pressão internacional pelo fim do comércio do escravos. De acordo com Robin Blackburn, todos os funcionários espanhóis radicados em Cuba, de capitão-geral para baixo, recebiam uma propina dos comerciantes de escravos em troca do descumprimento dos acordos internacionais contra o tráfico. Contra este pano de fundo, diz o autor, Cuba logo viria a tornar-se o maior produtor de açúcar do mundo.

Quando os movimentos insurgentes tornaram-se mais ativos em Cuba, a partir de 1868, a participação dos escravos nas lutas pela independência trouxe a discussão da emancipação para o centro dos debates. A abolição cubana, enfim, seria declarada em 1886. A independência política, em contrapartida, só seria conquistada em 1898.



Para mim, *A queda do escravismo colonial*, de Robin Blackburn, é praticamente um livro de cabeceira. Boa parte desta aula apoiou-se no Capítulo IX desse livro, cuja leitura recomendo. Para uma visão panorâmica dos processos de abolição na América espanhola, recomendo igualmente a leitura do Capítulo 2 do livro de George R. Andrews intitulado *América afro-latina*.

Dois grandes líderes das independências americanas, Simón Bolívar e José de San Martín, não perceberam a princípio o conflito entre a luta pela emancipação política e a escravidão; já após 1814, como lembra o historiador George Andrews, esses homens haviam mudado de opinião e Bolívar rejeitava como uma “loucura [a ideia] que uma revolução em prol da liberdade devesse tentar manter a escravidão”. À medida que ambos conquistavam territórios aos espanhóis – Chile e Peru, no caso de San Martín; Colômbia, Equador e Venezuela, no caso de Bolívar –, viram-se diante da necessidade de implementar programas de emancipação gradual que apontassem para os novos compromissos liberais e atendessem, ainda que de forma muito limitada e instável, às demandas dos negros e mestiços que lutaram pelos republicanos durante a guerra.

A situação era conflituosa: muitos proprietários de cativos eram favoráveis à independência política, mas insistiam que a falta de alternativas de mão de obra impossibilitava o compromisso com a abolição. Diante deste argumento, podemos nos perguntar sobre o alcance da escravidão nas áreas de colonização espanhola nas primeiras décadas do século XIX. Seria o trabalho escravo estratégico naquele período?

Na verdade, a escravidão negra era marginal na região do México e da América Central. Na maior parte da América do Sul continental, o trabalho escravo ocupava apenas uma posição secundária (a mão de obra indígena e mestiça era preponderante na maior parte das regiões), mas pode-se calcular, de acordo com Robin Blackburn, a presença de cerca de 225.000 cativos nesta vasta área por volta de 1810. Assim, a propriedade escrava na América continental era secundária e difusa, por certo, porém jamais inexpressiva. Fora das áreas de maior concentração escravista em grandes propriedades produtoras de mercadorias para o comércio internacional – Venezuela, parte do Peru e Nova Granada –, a escravidão era pulverizada, e muitos proprietários possuíam apenas alguns cativos, empregados como criados, artesãos ou servidores de confiança. A posse de escravos, mesmo que não preponderante, era valorizada na América hispânica antes da independência, pois um *dueño de esclavos* (um proprietário) tinha *status* e podia ser considerado um *señor* ou *señora*, como na imagem que se segue.



Figura 14.1: A imagem acima é uma pintura do artista Vicente Albán, natural de Quito, capital do atual Equador. Datada de 1783, a pintura apresenta vivos contrastes e sugestivas correlações entre a “Senhora Principal” e sua “negra escrava”, ladeadas pela exuberância tropical dos frutos da região.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Escuela_Quite%C3%B1a

Manumissão

É o nome dado aos processos de alforria de escravos, que podiam se tornar livres através da compra da própria liberdade, através de disputas judiciais, ou ainda por meio de concessões senhoriais.

Outro dado a ser considerado na análise da escravidão na América continental antes da independência é a presença expressiva de escravos fugidos, bem como de negros e mulatos livres, estes últimos muitas vezes envolvidos na criação de gado e na agricultura de subsistência. As fugas de escravos e a relativa frequência da **manumissão** produziam cotidianamente o crescimento da população de negros e mestiços livres ou fugidos, ampliando a diversificação de modos de vida experimentados pelos negros na América do Sul.

Geralmente chamados de pardos, mulatos ou zambos, os mestiços, quando livres, podiam almejar posições sociais relativamente vantajosas. Os mestiços que possuíam mais talento e educação formal chegavam a competir limitadamente com os brancos por empregos e outros privilégios em sociedades marcadas pelos preconceitos de origem, nascimento e posição social. Ao final do período colonial, os mestiços formavam uma parcela crescente da população hispano-americana e eram vistos com maior desconfiança pelos brancos, que temiam suas pretensões de distinção e aspiração por privilégios tradicionalmente concedidos aos espanhóis e seus descendentes nascidos na América, os chamados *criollos*. Notar este dado é importante para que se percebam as tensões em relação aos negros e mestiços livres ainda na vigência do governo colonial. Quando as guerras de independência eclodiram, os proprietários de escravos temeram, por certo, que a escravidão fosse colocada em xeque – como de fato foi. Temeram, de forma igual, os riscos potencialmente oferecidos pelos negros e mestiços livres naquele contexto, pois havia dúvidas sobre as posições que tais grupos escolheriam na luta.

O que se pode ressaltar daquilo que foi discutido até aqui? Creio ser importante registrar que, mesmo sem ser uma instituição central na América continental, a escravidão tornou-se um tema central durante as guerras de independência. Os movimentos de independência foram mais vigorosos em áreas onde a presença de escravos era mais intensa: Venezuela, Nova Granada (que corresponde mais ou

menos à atual Colômbia) e Rio da Prata. Para os escravos dessas áreas e de outras regiões americanas, a independência nacional e a escravidão tornaram-se, como já afirmou George Andrews, conceitos mutuamente exclusivos.



Armar os negros para vencer a guerra

Na América hispânica, os pardos e os negros livres sofriam com o estigma da escravidão e do nascimento ilegítimo, que os tornava, ao menos idealmente, submetidos a diversas leis restritivas: podiam ser enviados a trabalhos forçados nas minas, não podiam possuir armas de fogo, eram controlados em seus movimentos e modos de vestir...

No entanto, nas últimas décadas do período colonial, as autoridades espanholas muitas vezes viam a população negra e mulata livre como um contrapeso às aspirações autonomistas dos hispano-americanos. Sendo assim, contar com os militares negros passou a ser um trunfo mais valorizado. As unidades militares de negros e mulatos integravam as milícias subordinadas às tropas metropolitanas regulares, e alguns homens de cor eram promovidos às patentes de oficiais inferiores. Os membros das unidades “de cor” das milícias obtinham alguns direitos especiais, uma vez que não pagavam tributos e tinha, ao menos parcialmente, o privilégio de desfrutar do foro militar. No século XIX, quando as lutas da independência eclodiram, a lealdade dos escravos, dos negros livres e dos pardos foi intensamente disputada pelos adversários de então, os monarquistas e os patriotas. Na Venezuela, para oferecer um exemplo concreto destas disputas, sabe-se que os monarquistas buscaram mobilizar

o apoio das milícias pardas. José Tomás Boves tornou-se o mais vitorioso e controverso dos líderes das tropas de pardos – provavelmente atraídos pela promessa de obter as propriedades dos insurgentes *criollos* – envolvidas na luta contra os patriotas. Em junho de 1814, para citar um exemplo, Boves conseguiu vencer as forças conjuntas de dois líderes republicanos, Bolívar e Santiago Mariño, forçando os revolucionários, na ocasião, a abandonar Caracas. Os patriotas, por sua vez, ordenavam o alistamento de escravos na luta pela república, oferecendo a alforria como recompensa pelo alistamento militar. A promessa republicana de igualdade civil também atraiu aos poucos o apoio de alguns militares oriundos das milícias de pardos, que eram confirmados em postos de comando mais prestigiados, oferecidos pelos patriotas.

A emancipação na Grande Colômbia

A Grande Colômbia ou Grã-Colômbia foi a república constituída em 1819, reunindo territórios do antigo vice-reinado de Nova Granada. Em 1830, dividida diante de interesses regionais específicos, desmembrou-se, dando origem às atuais repúblicas da Colômbia, da Venezuela e do Equador.

A região da Venezuela, principal campo de batalha na primeira fase da luta de independência, era também a área que possuía maior contingente de escravos na América continental. Desde 1811, a área dividiu-se nas disputas entre monarquistas (contrários à independência) e republicanos. De 1813 em diante, o então jovem Simón Bolívar declarou “guerra até a morte” contra

os espanhóis e prometeu proclamar a igualdade civil para todos os homens de origem livre e americana. Bolívar, como ressaltou o historiador Robin Blackburn, não possuía aparato militar capaz de garantir a vitória de suas proclamações.

Como foi lembrado na Introdução desta aula, Bolívar convenceu-se, ao longo do processo de independência, de que um programa social mais radical era necessário para que a luta fosse bem-sucedida. A decisão de pedir apoio militar à República do Haiti refletiu esta virada radical e conduziu os republicanos à adoção de uma política de manumissão para os escravos que se unissem aos exércitos patriotas. Aos poucos, o compromisso dos republicanos com a igualdade civil adquiriu uma relativa credibilidade, principalmente à medida que mestiços receberam postos de responsabilidade e comando militar. Ao mesmo tempo, a tensão entre os líderes militares e os proprietários de cativos crescia, pois se era simples incorporar aos exércitos escravos fugitivos de proprietários monarquistas, muito mais complicado era desapropriar os senhores de escravos patriotas.

Em 1819, Bolívar fez um discurso a favor da abolição no Congresso de Angostura, que o elegeu presidente, mas não firmou um compromisso com o fim da escravidão. Foi apenas em 1821 que a República da Grande Colômbia aprovou formalmente a Lei de Manumissão, no Congresso de Cúcuta. Tal lei determinava que daí em diante ficariam livres os filhos nascidos de mãe escrava (trata-se da liberdade de ventre ou *Ventre Libre*, como ficou conhecida no Brasil). Como ressaltava Blackburn, o conteúdo emancipacionista desta lei foi limitado por cláusulas que exigiam que o liberto trabalhasse para o proprietário de sua mãe até a idade de 18 anos. Apesar destes limites, a Lei de Manumissão aprovada em Cúcuta associava a causa sul-americana ao antiescravismo no mesmo momento em que as autoridades liberais de Madri seguiam apoiando a escravidão como interesse imperial estratégico.



A tabela que segue mostra as datas da extinção do tráfico, da aprovação das leis de Ventre Livre e da abolição final em algumas regiões da América Latina.

País	Extinção do tráfico	Liberdade de ventre	Abolição final
Venezuela	1821	1821	1854
Colômbia	1821	1821	1852
Equador	1821	1821	1851
Argentina	1813 (1838)	1813	1853
Uruguai	1825 (1838)	1825	1842
Cuba	1820/1835 (1866)	1870	1886
Brasil	1830/1850 (1852)	1871	1888

As datas entre parênteses referem-se à extinção de fato do tráfico, quando este não coincidiu com a legislação propriamente dita.

Fonte: Andrews (2007, p. 87).



Atende ao Objetivo 1

1. Para esta atividade, selecionei dois documentos cujas conexões peço a você para estabelecer. O primeiro é o Decreto de Liberdade dos Escravos, redigido por Simón Bolívar, em 1816. O segundo é a Lei sobre a Abolição da Escravidão, sancionada em 1820 pelo Congresso de Angostura. Trata-se de dois documentos referentes a uma mesma região, a

Gran Colômbia, no período em que ocorriam as guerras de independência ali lideradas por Simón Bolívar. Apesar da curta distância de tempo que os separa, os dois documentos apresentam abordagens diferentes em relação à escravidão. Após a leitura, aponte estas diferenças, considerando que estamos tratando da área de maior concentração de escravos da América hispânica continental no século XIX.

Documento 1

Decreto de liberdade dos escravos, Carúpano, 2 de junho de 1816

Simón Bolívar, Chefe supremo e Capitão-Geral dos Exércitos da Venezuela e Nova Granada

Aos habitantes de Rio Caribe, Carúpano e Cariaco

Saudações

Considerando-se que a justiça, a política e a pátria reclamam imperiosamente os direitos imprescindíveis da natureza, decreto a liberdade absoluta dos escravos que sofreram sob o jugo espanhol nos três séculos passados e, considerando que a República necessita dos serviços de todos os seus filhos, devemos impor aos novos cidadãos as seguintes condições:

Artigo 1º- Todo homem robusto, desde os quatorze anos de idade até os sessenta anos, apresentar-se-á na paróquia de seu Distrito para alistar-se no Exército da Venezuela, vinte e quatro horas depois de publicado o presente decreto.

Artigo 2º- Os anciãos, as mulheres, as crianças e os inválidos ficarão isentos desde agora e para sempre do serviço militar, assim como, também, do serviço doméstico e campestre em que estavam empregados para o benefício dos seus senhores.

Artigo 3º- O novo cidadão que se recuse a pegar em armas para cumprir o sagrado dever de defender a sua liberdade ficará sujeito à servidão, não somente a dele, mas também de seus filhos menores de 14 anos, de sua mulher e seus pais anciãos.

Artigo 4º- Os parentes dos militares empregados no Exército Libertador gozarão dos direitos de cidadãos e da liberdade absoluta que é conceder este decreto em nome da República da Venezuela.

O presente decreto terá força de lei e será fielmente cumprido pelas autoridades de Rio Caribe, Carúpano e Cariaco.

Dado no Quartel Geral de Carúpano, 2 de junho de 1816 (PAMPLONA, 2009, p. 160-161).

Documento 2

Extrato do Decreto de 22 de janeiro de 1820 sobre a liberdade dos escravos, Guyana

(...)

O Congresso soberano teve por bem suspender até o próximo ano o plano ao qual se propunha para extinção absoluta da escravidão e, neste sentido, decreta:

Artigo 1º- A escravidão fica abolida por direito e será totalmente extinta dentro do prazo estipulado de [cinco anos] e através dos meios prudentes, justos e filantrópicos, que o Congresso Geral determinará em sua próxima reunião.

Artigo 2º- Enquanto isso, tudo ficará no mesmo estado em que se encontra hoje cada um dos três departamentos da República, sem nada mudar nas províncias ou em lugar algum, permanecendo em liberdade os que a tenham obtido e aguardando para recebê-la do Congresso Geral os que ainda se encontram em servidão.

Artigo 3º- Entretanto, os que forem convocados pelo Presidente da República ou fizerem algum serviço distinguido receberão a sua liberdade, considerando as indenizações a que tenham direito.

Artigo 4º- A entrada de escravos no território da República, seja para o comércio ou para estabelecimento, fica proibida sob multa de mil pesos por indivíduo.

Artigo 5º- Primando a República pelo respeito às leis, usos e costumes de todas as nações, declara-se que todo escravo de país estrangeiro será preso e restituído ao seu amo, castigado com a pena de pagar os gastos e prejuízos dos que tenham favorecido a sua vinda e dos que o ocultarem e protegerem. Assim tem entendido o Supremo Poder Executivo e disporá o necessário para o seu cumprimento.

Dado no Palácio do Congresso Soberano, capital de Guayana, em 22 de janeiro de 1820 (PAMPLONA, 2009, p. 164-165).

[illegible]

Resposta Comentada

Ao comparar os dois documentos, deve-se observar que ambos dizem respeito a uma região na qual a escravidão era uma forma de trabalho importante no início do século XIX, de modo que as decisões relativas aos cativos envolviam necessariamente os interesses, por vezes concorrentes, de proprietários, escravos e lideranças militares em luta. O documento 1, decreto de Simón Bolívar, datado de 1816, aborda a questão da alforria imediata como parte do esforço de guerra na Venezuela e dirige-se aos escravos como “filhos da República” e “novos cidadãos”. O decreto exige o pronto engajamento dos escravos na luta patriota sem fazer qualquer menção a indenizações ou acordos de qualquer tipo em relação aos proprietários de escravos. O documento 2, sancionado em 1820, apresenta resoluções legislativas posteriores à conquista da independência e, portanto, já distantes do contexto do esforço de guerra. Nota-se, neste documento, um tratamento bastante cauteloso da questão da alforria, reconhecida como um “direito”, mas adiada como um fato. A cautela sugere a dificuldade de conciliar os interesses econômicos dos proprietários da nova república com a abolição imediata da escravidão. Deve-se notar, igualmente, que os legisladores reservavam ao Estado a tarefa de cuidar dos assuntos relativos à alforria, na medida em que se afirmava que os escravos ainda não alforriados deviam aguardar para “receber” a liberdade do “Congresso Geral”.

A emancipação hispano-americana na visão dos historiadores

Seria correto afirmar que as leis, por si sós, explicam a abolição na América hispânica? A esta questão o historiador Manuel Fraguinals responde negativamente, sugerindo que no caos gerado pelas guerras hispano-americanas de independência as leis foram a expressão teórica de um compromisso político que exigia uma transformação social. Mas a mudança social, afirma o autor, não seria simplesmente o resultado da promulgação de leis. Para ele, a legislação antiescravista da América hispânica pós-independência foi confusa, contraditória e esteve sempre acompanhada por medidas de força. Quer dizer, tais leis executavam-se, e apenas parcialmente, quando havia um poder coercitivo para exigir seu cumprimento.

Robin Blackburn, em contrapartida, sugere que a legislação foi um aspecto crucial do compromisso antiescravista na América do Sul. Para este autor, a libertação política não garantiu um compromisso antiescravista imediato na América hispânica, mas desencadeou a adoção de legislação que garantia a liberdade de ventre (liberdade tutelada para os filhos de mães escravas) e, portanto, tornava sistemática a política da alforria. Por volta de 1830, as novas repúblicas da América hispânica, com exceção do Paraguai, possuíam legislação antiescravista avançada, a ponto de estimular o abolicionismo inglês e francês nas Américas. Para este autor, diferentes dos Estados Unidos, as repúblicas sul-americanas haviam encaminhado a extinção da escravidão em seus territórios nacionais. E neste sentido, a independência hispano-americana teria marcado um avanço maior do que a independência norte-americana.

O historiador George R. Andrews, por sua vez, aponta para uma outra dimensão ao avaliar a conexão entre as guerras de independência e a crítica à escravidão na América hispânica. Andrews afirma que as guerras de independência quebraram a espinha dorsal da escravidão colonial e desferiram um golpe fatal contra a instituição na região. O aspecto importante ressaltado

por este autor é que este golpe fatal teria sido desferido pelos próprios escravos, que ganhavam, nesta interpretação, um papel de protagonistas. Os escravos pegaram em armas para lutar por sua liberdade, para conquistar a independência para as sociedades em que viviam e, assim, teriam ajudado a lançar a primeira grande onda de reforma sociopolítica na América Latina. Na visão de Andrews, as guerras de independência irromperam por causa de questões de soberania política, e a obtenção desta soberania foi certamente sua consequência política mais imediata e importante. Mas como resultado da iniciativa e da capacidade de negociação dos escravos, as guerras também tiveram desdobramentos sociais então inesperados: o fim do tráfico (oficial) e o compromisso (gradual) com a emancipação dos escravos.

Maria Verónica Secreto, historiadora e autora de várias aulas desta disciplina, ressalta a continuidade da escravidão como um paradoxo em muitas das novas repúblicas latino-americanas que pregavam a liberdade. No entanto, ela alerta exatamente para o potencial político deste paradoxo, que foi habilmente manejado por abolicionistas e escravos como argumento para pleitear a liberdade. Para a autora, os dois direitos naturais – o direito à liberdade e o direito à propriedade – enfrentaram-se em discursos cheios de contradição no período posterior às independências, levando os escravos e seus representantes a ocuparem crescentemente as arenas jurídicas para lutar em favor do direito à liberdade.

CONCLUSÃO

Na América hispânica, a luta pela independência nas duas primeiras décadas do século XIX trouxe a discussão antiescravista para o centro do debate das repúblicas em formação. As revoluções do mundo atlântico que antecederam as independências hispano-americanas haviam igualmente enfrentado a discussão da escravidão, porém com desdobramentos diferentes. Assim, a

independência dos Estados Unidos (1776-1783) criou uma nação soberana, republicana, livre das amarras coloniais, mas a escravidão manteve-se. Já no Haiti, a colônia negra que se tornou livre da França em 1804, a escravidão foi superada para dar lugar à primeira república negra das Américas. Dez anos depois, como foi visto na Introdução desta aula, as tropas negras haitianas desembarcaram na América do Sul continental, para lutar ao lado dos patriotas. Inevitavelmente, o destino da escravidão viria à tona.

No curso deste processo, os afro-americanos transformaram os termos de sua participação na vida de seus países. Se a liberdade não foi uma conquista imediata, e de fato não o foi, é importante lembrar que escravos e seus representantes buscaram ampliar, nas arenas jurídicas, o idioma da liberdade, disseminado durante as guerras de independência.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Nesta atividade, você é convidado a ler as visões de dois autores sobre as leis de ventre livre, promulgadas nas repúblicas hispano-americanas, a partir da segunda década do século XIX. Em seguida, peço que elabore um breve comentário, confrontando as duas visões.

As leis de Ventre Livre foram o resultado tenso e extremamente contestado das guerras de independência direcionadas (em grande parte) por senhores de escravos, mas vencidas (em grande parte) pelos escravos, um compromisso entre os interesses desses dois grupos. Sob as novas leis, os interesses imediatos dos senhores estavam em sua maior parte satisfeitos. Os escravos permaneciam escravos, os libertos nascidos sob as novas leis tinham de esperar 18 anos ou mais para reivindicar sua liberdade e seus senhores conservavam a mão de obra dos dois grupos. Mas, enquanto os senhores de escravos colhiam os benefícios imediatos do compromisso, a emancipação gradual,

conjuntamente à abolição do tráfico de escravos, anunciavam o fim definitivo da escravidão. Sem a importação de mais escravos africanos e sem o nascimento de mais escravos americanos, o fim da escravidão estava claramente à vista (ANDREWS, 2007, p. 95).

A medida conciliatória da liberdade de ventre... fora adotada porque respeitava a autoridade patrimonial e a propriedade privada. Libertava os não nascidos e dava liberdade apenas condicional aos libertos, que podiam ser pressionados a prestar mais serviço a seu senhor ou ao Estado. Seus efeitos foram um tanto antecipados pela manumissão militar, embora muitos dos libertados desta forma tenham morrido na guerra (BLACKBURN, 2002, p. 397-398).

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Ao confrontar textos ou trechos de textos, como é o caso aqui, é sempre importante observar algumas características básicas: quem são os autores? São textos comparáveis? Em que época foram produzidos? Após responder a estas perguntas básicas, você terá notado que se trata de textos produzidos por historiadores, ou seja, são visões analíticas de um mesmo problema. O próximo passo, em se tratando de um confronto de ideias, seria examinar os textos em busca de pontos de comparação, ressaltando as semelhanças e atentando, igualmente, para as diferenças. No caso das interpretações de Andrews e Blackburn, pode-se notar que ambos

ressaltam o caráter gradual da legislação de ventre livre, que fazia recair sobre os próprios “libertos”, em última análise, a responsabilidade pela indenização aos proprietários, uma vez que eles continuariam a trabalhar para seus senhores ou para o Estado.

RESUMO

Mesmo sem ser uma instituição central na América continental, a escravidão tornou-se um tema central durante as guerras de independência. Os movimentos de independência foram mais vigorosos em áreas onde a presença de escravos era mais intensa: Venezuela, Nova Granada (que corresponde mais ou menos à atual Colômbia) e Rio da Prata. Para os escravos dessas áreas e de outras regiões americanas, a independência nacional devia incorporar compromissos contrários à escravidão. Ao lutarem por sua própria liberdade, os escravos desempenharam um papel vital na conquista da independência política da América hispânica, desencadeando programas de emancipação gradual nas recém-criadas repúblicas sul-americanas.

Por toda a região, a desordem e o tumulto das guerras ofereceram aos cativos oportunidade ímpar para lutar por seus próprios interesses e objetivos. Na esteira da guerra, a destruição de parte significativa da economia de *plantation* e o enfraquecimento do aparato senhorial contribuíram para fortalecer significativamente o poder de negociação dos escravos na formulação de compromissos antiescravistas.

História da América II

Referências

Aula 8

ALTUNA, Elena. Un letrado de la emancipación: Bernardo de Monteagudo. *Revista Andes*, [S.l.], n. 13, 2002.

BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria. *Simón Bolívar*. São Paulo: Ática, 1983.

BOLÍVAR, Simón. *Manifiesto de Cartagena*. 1812. Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=677>. Acesso em: 13 maio 2011.

DEMÉLAS, Marie-Danielle. *La invención política*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2003.

FICK, Carolyn. Camponeses e soldados negros na revolução de Saint-Domingue: reações iniciais à liberdade na província do Sul. (1793-1794). In: KRANTZ, Frederick (Org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MORENO, Mariano. *Representación de los hacendados y otros escritos*. Buenos Aires: Emecé, 1998.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

Aula 9

ANNA, Timothy. A independência do México e da América Central. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Brasília: Edusp: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 73-118. v.3.

BAZANT, Jan. O México da independência a 1867. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Brasília: Edusp/Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 413-464.

CARMAGNANI, Marcello (Org.). *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

FLORESCANO, Enrique. *Memória mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. *México: breve historia contemporânea*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. Nova Espanha: São Paulo: Paz e Terra, 2008.

VAN YOUNG, Eric. *La crisis del orden colonial: estructura agraria y rebeliones populares de la Nueva España, 1750-1821*. México: Alianza Editorial, 1992.

VAN YOUNG, Eric. *La otra rebelión: la lucha por la independencia de México, 1810-1821*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

Aula 10

200 ANOS bicentenario argentino. Disponível em: <<http://www.bicentenario.argentina.ar>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

CHIARAMONTE, J. C. Estado y poder regional: constitución y naturaleza de los poderes regionales. In: VAZQUEZ, Josefina; MIÑO GRIJALVA, Manuel. *La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Madrid: Unesco, 2007.

GUERRA, François-Xavier. Revolución francesa e revoluciones hispánicas: una relación compleja. In: _____. *Modernidad e independencias*. Madrid: MAPFRE, 2000.

RODRIGUEZ, Jaime. La organización política de los Estados. In: VAZQUEZ, Josefina; MIÑO GRIJALVA, Manuel. *La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Madrid: Unesco, 2007.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del regimen rosista (1835-1852). In: GOLDMAN, Noemí. *Nueva historia argentina: revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

Aula 11

ANDREWS, George R. *América afro-latina, 1800-2000*. São Carlos: Edufscar, 2007.

CASANOVAS CODINA, Joan. *¡O pan, o plomo! Los trabajadores urbanos y el colonialismo español en Cuba, 1850-1898*. Madrid: Siglo XXI, 2000.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERRER, Ada. *Insurgent Cuba: race, nation and revolution, 1868-1898*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *Cuba/Espanha, Espanha/Cuba: uma história comum*. Bauru: Edusc, 2005.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo econômico-social cubano do açúcar*. São Paulo: Hucitec: Unesp, 1987.

PÉREZ HERRERO, Pedro; NARANJO OROVIO, Consuelo; CASANOVAS CODINA, Joan. *La América española (1763-1898): política y sociedad*. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.

SCOTT, Rebecca J. *La emancipación de los esclavos en Cuba: la transición al trabajo libre, 1860-1899*. [S.l.]: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Aula 12

CERUTTI, Mario. El gran norte oriental y la formación del mercado nacional en México a finales del siglo XIX. In: SILVA RIQUER, Jorge; LOPEZ MARTÍNEZ, Jesús (Coord.). *Mercado interno en México: siglos XVIII – XIX*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1998.

ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia general de las relaciones exteriores argentinas*. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/historia.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

HERNANDEZ CHÁVEZ, Alicia. *México: breve história contemporânea*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

Aula 13

DIVINE, Robert et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

DU BOIS, W. E. B. Black. *Reconstruction in America, 1860-1880*. New York: The Free Press, 1992.

EISENBERG, Peter. *Guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Os Estados Unidos no século XIX. In: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

FONER, Eric. *A short history of reconstruction*. New York: Harper Perennial, 1990.

HORN, Gerald. *O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- JUNQUEIRA, Mary. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PURDY, Sean. O século americano In: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SYRETT, Harold. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- TOPIK, Steve. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Aula 14

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDREWS, George Reid. *América afro-latina*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.
- BETHELL, Leslie (Org.) *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp, 2001. V. 3.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. La abolición de la esclavitud. In: VÁZQUEZ, Josefina Z.; GRIJALVA, Manuel (Org.) *Historia general de America Latina: La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. [S.l.]: Ediciones Unesco: Editorial Trotta, 2007.
- KLEIN, Herbert. *La esclavitud africana en America Latina y el Caribe*. Lima: IEP, 2008.
- MÖRNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- PAMPLONA, Marcos; MÄDER, Maria Elisa (Org.) *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual Editora, 1994.
- SECRETO, Maria Verónica. *Soltando-se das mãos: liberdades dos escravos na América Espanhola*. No prelo, 2011.

STOLKE, Verena. *O enigma das interseções: classe, raça, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao século XIX*. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n.1, jan./abr. 2006.

ISBN 978-85-7648-793-7



9 788576 487937



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

